



**ESCOLA DE
CONTROLE
INTERNO**

**PROF. FRANCISCO
RIBEIRO • SCGE/PE**

Diretoria de Convênios e Regularidade - DCON



**PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**

Secretaria
da Controladoria
Geral do Estado



**GOVERNO DE
PER
NAM
BUCA**
ESTADO DE MUDANÇA

Contextualização

Diário Oficial Estado de Pernambuco

Ano XCVI • Nº 123

Poder Executivo

Recife, terça-feira, 2 de julho de 2019

DECRETO Nº 47.667, DE 1º DE JULHO DE 2019.

Aprova o Regulamento da Secretaria da Controladoria Geral do Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II e IV do artigo 37 da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 49, de 31 de janeiro de 2003, na Lei nº 16.520, de 27 de dezembro de 2018, no Decreto nº 46.975, de 4 de janeiro de 2019, no Decreto nº 47.002, de 16 de janeiro de 2019, e no Decreto nº 47.208, de 18 de março de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados o Regulamento e o Quadro de Cargos Comissionados e Funções Gratificadas da Secretaria da Controladoria Geral do Estado, conforme os Anexos I e II.

Art. 2º Ficam red denominados os cargos comissionados e as funções gratificadas do Quadro de Cargos Comissionados e Funções da Secretaria da Controladoria Geral do Estado a seguir especificados, mantidos os símbolos:

CAPÍTULO I

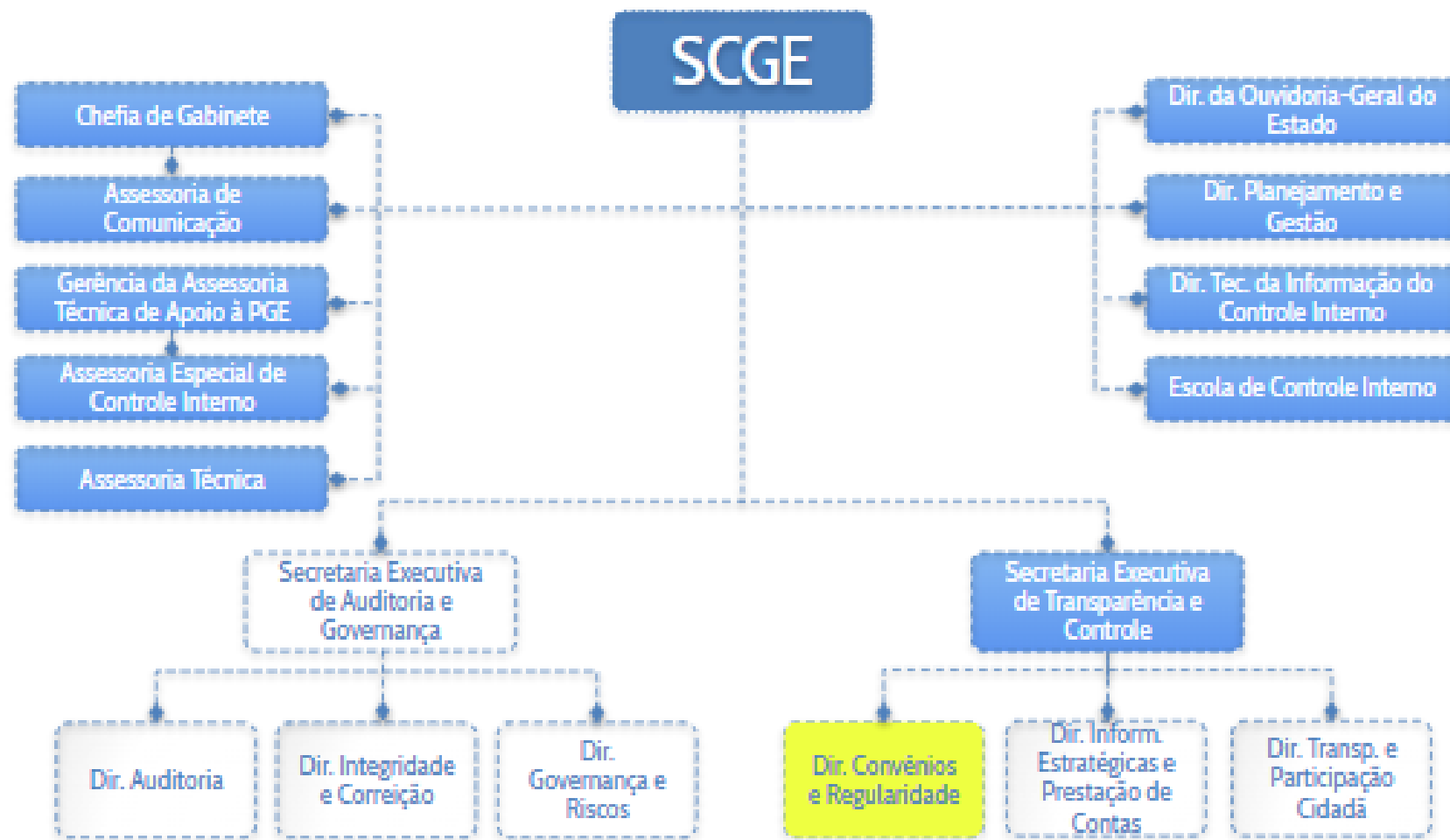
DA FINALIDADE E COMPETÊNCIA

*Art. 1º A Secretaria da Controladoria Geral do Estado, órgão integrante da Administração Direta do Poder Executivo Estadual, tem por finalidade e competência coordenar o Sistema de Controle Interno da administração pública estadual, na prevenção e no combate à corrupção, na defesa do patrimônio público, no fomento ao controle social, na melhoria da qualidade do gasto, no apoio ao controle externo; exercer funções de controladoria, auditoria, ouvidoria e analisar atos de correição; e **exercer o acompanhamento dos convênios celebrados com entes e entidades, desde a celebração até a prestação de contas final dos referidos instrumentos, para orientar os gestores dos órgãos e entidades, em todas as etapas, assim como acompanhar apontamentos posteriores eventualmente apresentados por órgãos de controle externo.***



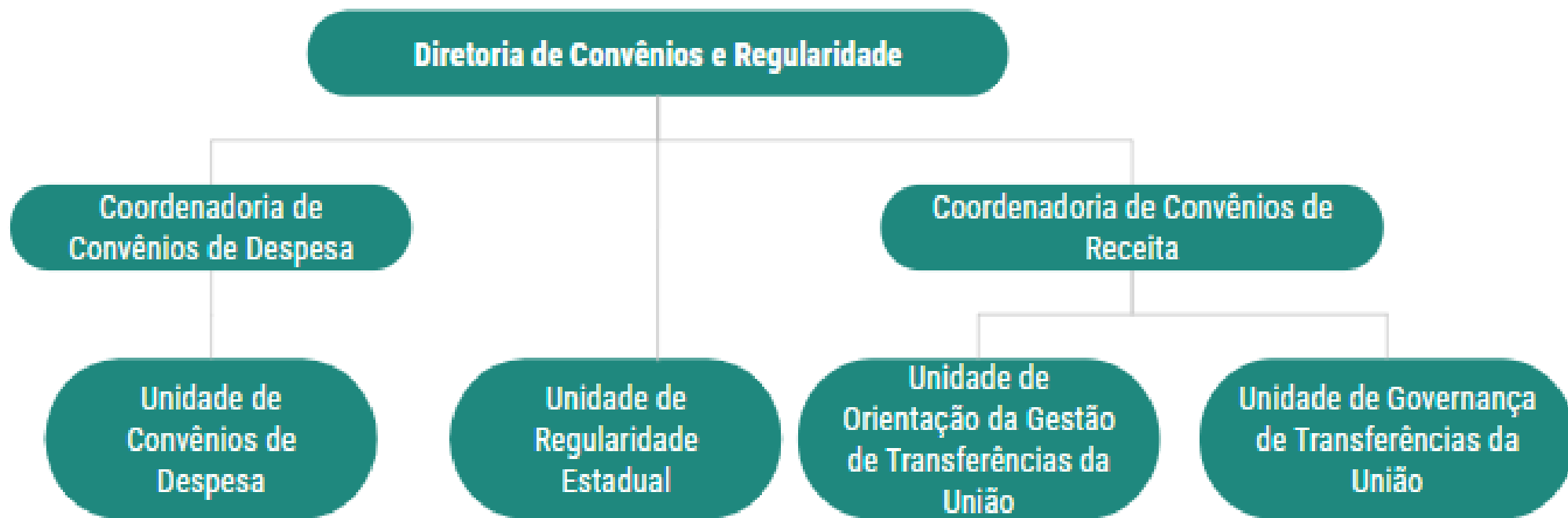


Estrutura





Estrutura





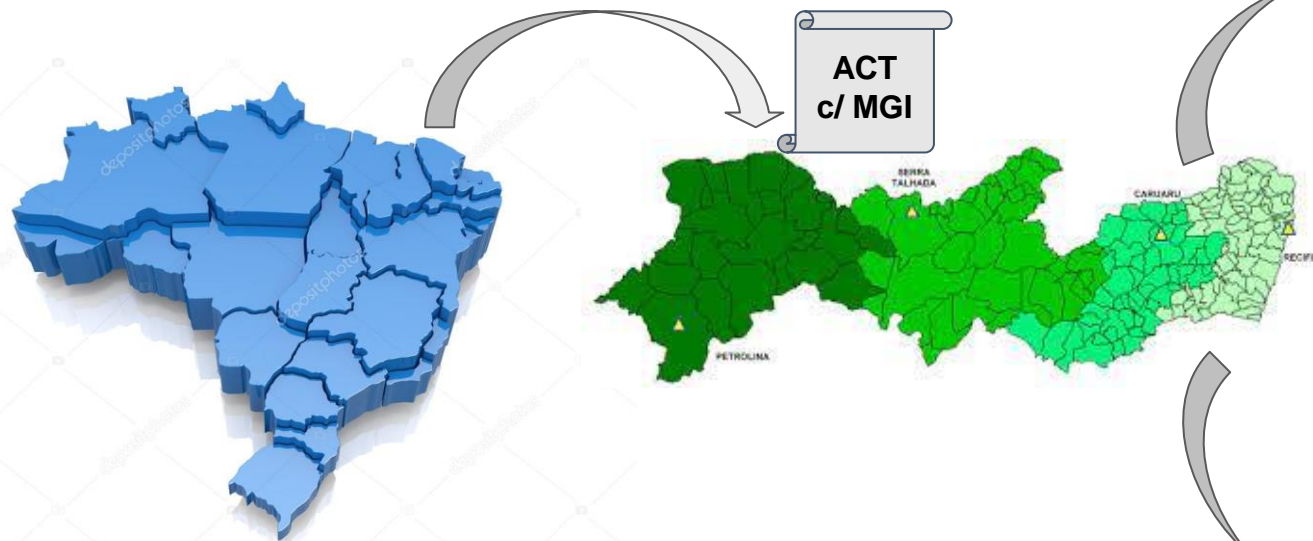
Convênios de DESPESA



Convênios e Regularidade

Lógica das Transferências Voluntárias:

Convênios de RECEITA
Contratos de Repasse



Convênios de DESPESA



Termos de Colaboração
Termos de Fomento
Acordo de Cooperação



Convênios e Regularidade

Áreas DCON (Apoio, Orientação e Monitoramento):

Coordenadoria de Convênios de RECEITA



Coordenadoria de Convênios de DESPESA

Ações:

- Manuais
- Padrões
- Reuniões
- Notas Técnicas
- Telefone
- E-mail (institucional)



Convênios e Regularidade

Regularidade (Apoio, Orientação e Monitoramento)

Unidade de REGULARIDADE



Ações:

- Manuais
- Padrões
- Reuniões
- Notas Técnicas
- Telefone
- E-mail (institucional)



Unidade de Convênios de DESPESA (CRT)



Convênios e Regularidade

Fornecimento de Capacitações:

**Módulos 'A', 'B' e 'C' -
TRANSFEREGOV**



**Monitoramento da
Regularidade Estadual**



**Convênios de Despesa
Decreto 39.376**



**Parcerias com Adm. Estadual
Decreto 44.474**



Convênios e Regularidade



Rede de Parcerias

Economia Capacitações*:

Pernambuco está no **2º lugar** na posição nacional, o que representa uma **ECONOMIA** estimada em **R\$ 295.750,00****

1.956 Total de **multiplicadores formados** pela Rede de Parcerias, de 2015 a 2023, em todo o Brasil.

Sendo **505** multiplicadores só no Elo União



Total acumulado em cada Estado

*Relatório Nacional da Rede de Parcerias 2023

** Custo médio estimado por aluno no mercado/módulo: R\$ 1.750,00.





Atuação Convênios de Receita

Art. 4º Compete, em especial:
(...)

Coordenadoria de Convênios de Receita: apoiar os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual na governança e no gerenciamento de riscos dos recursos transferidos pela União, com ações de orientação, consultoria e comunicação; coordenar a rede estadual de convênios; e gerenciar o módulo de Gestão de Transferências da União - GTU no sistema e-Fisco;





Ações



Rede de Parcerias

☒ **Acordo de Cooperação Técnica nº 53/2020 com o Ministério da Economia para **Coordenação-Geral da Rede + Brasil** contendo ações de:**

- **Melhoria da gestão**
- **Capacitação**
- **Comunicação e Transparência**

☒ **Capacitação:** Multiplicadores certificados pelo MGI na SCGE. Capacitação nos Módulos A, B e C do Transferegov - Atos Preparatórios, Execução e Prestação de Contas. Suporte aos usuários.

☒ **Comunicação e Transparência:** Reuniões do Comitê Gestor - Elo Estadual. **Ações sob demanda do Ministério** (Ex. Lei Aldir Blanc, Lei de Conectividade e Transferências Especiais).





Ações

- ❑ **Levantamento de informações de 400+ Convênios de Receita e Contratos de Repasse vigentes, para disponibilização no Portal da Transparência**
- ❑ **Monitoramento da resposta de Notificações enviadas pelos Ministérios Concedentes, através do Transferegov para as Unidades Gestoras do Estado.**
- ❑ **Apoio ao Novo Pac Seleções 2025 - orientação aos gestores quanto à elaboração das proposta submetidas pelo Transferegov nos eixos Saúde, Educação, Infraestrutura Social e Inclusiva e Cidades Sustentáveis e Resilientes;**
- ❑ **Apoio à elaboração dos Planos de Trabalhos referente à Emendas Especiais;**
- ❑ **Desenvolvimento do modelo de avaliação de risco na Gestão das Transferências da União;**
- ❑ **Desenvolvimento do Módulo GTU no e-Fisco para acompanhamento das transferências voluntárias realizadas por meio do Tranferegov**

Atuação Convênios de Despesa

Art. 4º Compete, em especial:

(...)

XXXII - à **Coordenadoria de Convênios de Despesa: monitorar, orientar e apoiar** a execução das parcerias e transferências voluntárias de recursos estaduais; gerenciar o Cadastro de Regularidade de Transferências Estadual – **CRT**; gerenciar o módulo de Gestão de Transferências Voluntárias e Parcerias – **GTV**; verificar a regularidade dos entes públicos e entidades privadas sem fins lucrativos interessados em firmar convênios e parcerias com a Administração Pública Estadual;





Ações



- ☒ **Gestão do CRT (Cadastro de Regularidade de Transferências):**
 - > **Análise de processos para Certificação de Transferências Voluntárias Estaduais - CERT.**
 - > **Apoio ao usuário do sistema (telefone, e-mail, etc.)**
 - > **Tempo médio de análise: 1,09 CERT/dia (prazo legal 10 dias úteis)**
- ☒ **Desenvolvimento de Módulo de Transferências Voluntárias Estaduais no EFisco: GTV - Projeto PROFISCO no valor previsto de US\$ 330.000,00.**
- ☒ **Capacitação na temática de Transferências Voluntárias Estaduais - Convênios de Despesa (Decreto 39.376/2013).**
- ☒ **Capacitação na temática de Transferências Voluntárias Estaduais - Parceiros Privados (Decreto 44.474/2014).**





Ações

- ✘ **Elaboração de Manuais, Padrões e Modelos (Edital, Minuta de Termo, Plano de Trabalho, etc.) para divulgação aos gestores Estaduais.**
- ✘ **Elaboração de Notas Técnicas orientativas na temática de convênios e regularidade**
- ✘ **Apoio a PGE - Edição de Notas Técnicas com subsídio de defesa para demandas judiciais contra o Estado (Transferências Voluntárias Estaduais)**





Atuação - Regularidade

Compete, em especial:

(...)

IX - **Chefia da Unidade de Regularidade Estadual**: assistir a Diretoria de Convênios e Regularidade no desenvolvimento das ações de **orientação e acompanhamento** da **regularidade** jurídica, fiscal, econômico-financeira e administrativa dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual;





Ações - Regularidade

☒ **Renovação da Certidão Negativa de Débitos do Estado - CND - 3 rodadas anuais.**

120+ CNPJs relacionados de forma direta.

2000+ CNPJs relacionados de forma indireta.

☒ **Controle Preventivo: Envio de alertas preventivos de acompanhamento da Regularidade Estadual.** Visando corrigir pendências relacionadas aos Correios, RFB/PGFN e FGTS/CAIXA.



☒ **Controle Repressivo: Monitoramento diário da REGULARIDADE junto ao CAUC (Notificação SCGE e Ofício CPF)**

Inscrições da Administração Direta.

Inscrições da Administração Indireta.

***A permanência da inscrição impossibilita o Estado receber repasses de recursos decorrentes de transferências voluntárias da União, bem como, de realizar captação de recursos com as instituições financeiras de crédito.**





Ações - Regularidade

☒ Melhorias do sistema de Automação do Acompanhamento da Regularidade Estadual ARE

- ☒ Elaboração e Publicação mensal:
 - > Cronograma de Vencimento de Obrigações;
 - > Infosocial;
 - > Boletim.

- ☒ Curso de Monitoramento da Regularidade Estadual - CAUC.



Coordenadoria de Convênios de Receita - CCR



**ESCOLA DE
CONTROLE
INTERNO**

PROF. FRANCISCO
RIBEIRO • SCGE/PE



PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**

Secretaria
da Controladoria
Geral do Estado



GOVERNO DE
**PER
NAM
BU**
ESTADO DE MUDANÇA



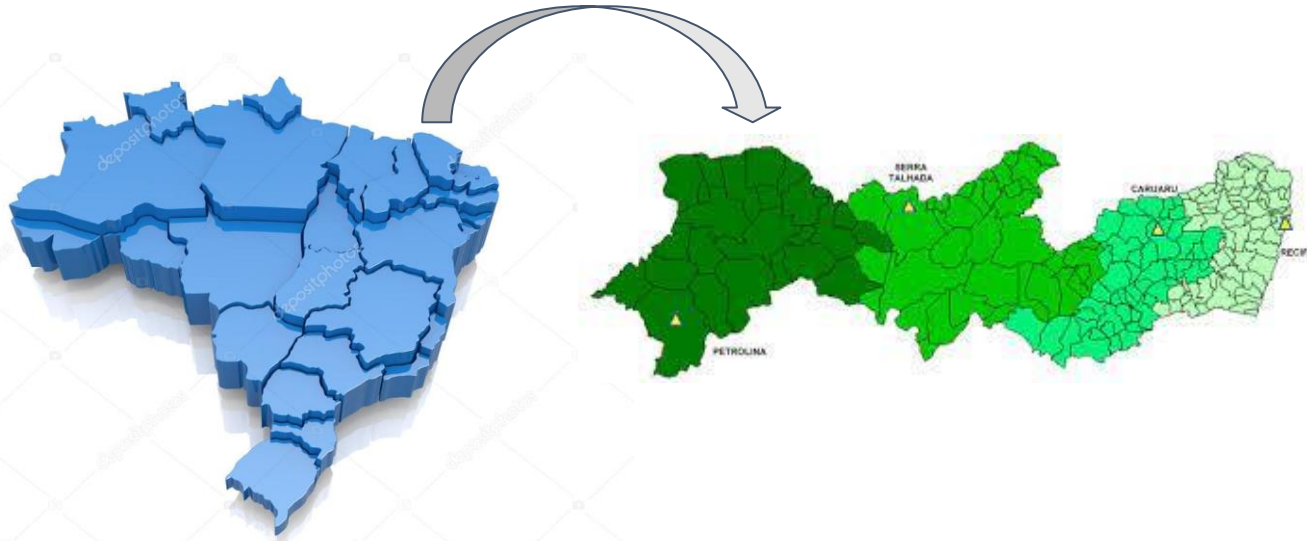
Transferências de Recursos da União





Transferências de Recursos

Convênios de RECEITA Contratos de Repasse





Transferências da União

Transferências da União

Repasses financeiros da União a estados e municípios, ou a entidades privadas sem fins lucrativos, seja **por imposição legal ou a título de cooperação, auxílio ou assistência**, com vistas à **realização de uma política pública** que interessa mutuamente ao Governo Federal e à entidade beneficiária dos valores descentralizados.





Transferências da União

- Constitucionais
- Legais

Transferências
Obrigatórias



- Convênios
- Contratos de Repasse
- Termos de Parceria
- Termos de Fomento
- Termos de Colaboração

Transferências
Voluntárias/
Discrecionárias





Transferências da União

Transferências Voluntárias



Está condicionada à celebração de instrumento jurídico próprio entre as partes.

Recursos financeiros repassados pela União a estados, Distrito Federal, municípios e a entidades privadas sem fins lucrativos para, de forma **descentralizada e em regime de cooperação**, promover **ações de interesse recíproco**, como a realização de obras, aquisição de bens e prestação de serviços no âmbito de programas governamentais.

Transferências Obrigatórias



Não Vinculadas a uma aplicação específica



Vinculadas a uma aplicação específica

Sua ocorrência depende apenas da previsão legal.

Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (**FPE**), do Fundo de Participação dos Municípios (**FPM**), da repartição de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (**IPI-Exportação**), da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (**Cide**) e das compensações financeiras do art. 20 da CF/1988 (**royalties**).

Transferências “**fundo a fundo**” do **SUS**, do Fundo Nacional de Assistência Social (**FNAS**) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (**Fundeb**).





Classificação das Transferências

Transferências Obrigatórias Constitucionais

1. Decorrem de mandamento constitucional e **são realizadas de forma automática** pelo ente incumbido de realizá-las.
2. A maior parte destas repartições de receita está prevista na seguinte seção do texto constitucional:
 - Título VI – Da Tributação e do Orçamento
 - Capítulo I – Do Sistema Tributário Nacional
 - Seção VI – Da Repartição das Receitas Tributárias.

Exemplos: FPM (CF art. 159, inciso I, alíneas “b”, “d” e “e”), FPE (CF art. 159, inciso I, alínea “a”) e IPI-Exportação (CF art. 159, inciso II).

Transferências Obrigatórias Legais

São as transferências cuja **obrigatoriedade decorre de lei**. Em geral, tratam-se de ações e programas incluídos no Anexo III da LDO, que trata de despesas que não serão objeto de limitação de empenho.

Exemplos:

- Transferências de Concursos de Prognósticos
- Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família





Classificação das Transferências

Transferências Discricionárias Específicas

No caso das discricionárias específicas, não é exigido o atendimento de requisitos fiscais pelo beneficiário. **Em geral estas transferências estão ligadas a programas essenciais de governo.** Elas exigem a celebração de um instrumento jurídico entre as partes envolvidas, e a sua execução orçamentária tem caráter discricionário, apesar de algumas delas serem definidas como transferências obrigatórias ou automáticas por intermédio de leis específicas.

Exemplos:

- Programa de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres
- Programa de Proteção a Pessoas Ameaçadas
- PAC (exceto as ações delegadas)

Transferências Discricionárias por Delegação

São as **transferências efetuadas entre entes federativos ou a consórcios públicos visando a execução descentralizada** de projetos e ações públicas de responsabilidade exclusiva do concedente e exigem a celebração de um instrumento jurídico entre as partes envolvidas.

Exemplos:

- Fiscalização em Metrologia e Qualidade
- Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável
- Programa de Aceleração do Crescimento - execução delegada





Classificação das Transferências

Transferências Discricionárias para Organizações da Sociedade Civil

São os repasses efetuados pela administração pública para **organizações da sociedade civil sem fins lucrativos** visando a realização de **atividades de interesse público**. Instrumentos legais para a celebração do contrato: **termo de colaboração ou termo de fomento**.

Exemplos:

- Contribuição à Academia Brasileira de Ciências
- Apoio Financeiro à Fundação Getúlio Vargas

Transferências Discricionárias Voluntárias

São repasses entregues aos entes federativos **a título de cooperação** e que não decorrem de determinação constitucional ou legal, nem sejam destinados ao Sistema Único de Saúde, mas **exigem o atendimento de determinados requisitos** fiscais pelo beneficiário.

Exigem a celebração de um instrumento jurídico entre as partes envolvidas. Visam a execução de um programa de governo em **regime de mútua cooperação** e, regra geral, exigem contrapartida financeira por parte do beneficiário. Instrumentos legais para a celebração do contrato: **convênio ou contrato de repasse**.

Exemplos:

- Qualificação, Certificação e Produção Associada ao Turismo





Transferências Voluntárias x Acordos de Cooperação

Características	Voluntárias	Acordos de Cooperação
Envolve transferência de recursos entre as partes?	Sim.	Não.

Acordos de Cooperação

é um instrumento jurídico formalizado entre órgãos e entidades da administração pública ou entre estes e entidades privadas sem fins lucrativos, visando à **mútua cooperação técnica** para a execução de programa, projeto, atividade ou evento de **interesse recíproco**, da qual não decorra obrigação de repasse de recursos entre os partícipes.

Exemplo: Intercâmbio de informações e conhecimentos, ensino e capacitação de pessoas, promoção de pesquisas e outros objetivos de desenvolvimento institucional.





Legislação (evolução)

1967

- Decreto nº 200/67
Organização da ADP

1997

- Instrução Normativa 01/97
Celebração de Convênios

2007

- Decreto nº 6.170/07
Transferências Voluntárias

2008

- Portaria Interministerial nº 127/08
Instrumentos Celebrados 2008 a 2011

2011

- Portaria Interministerial nº 507/11
Instrumentos Celebrados 2012 a 2016
Celebração de Convênios

2014

- **Lei nº 13.019/14**
Marco Regulatório das Organizações da
Sociedade Civil

2016

- Portaria Interministerial nº 424/16
- Instrumentos celebrados a partir de 2017

2016

- **Decreto nº 8.726/16**
Regulamenta a Lei nº 13.019/14

2023

- **Decreto nº 11.531/23**
Transferências Voluntárias

2023

- **Portaria Interministerial nº 33/23**

2024

- **Portaria Conjunta no 28/24**
Regime Simplificado

2023

- **Decreto nº 11.531/23**
Transferências Voluntárias

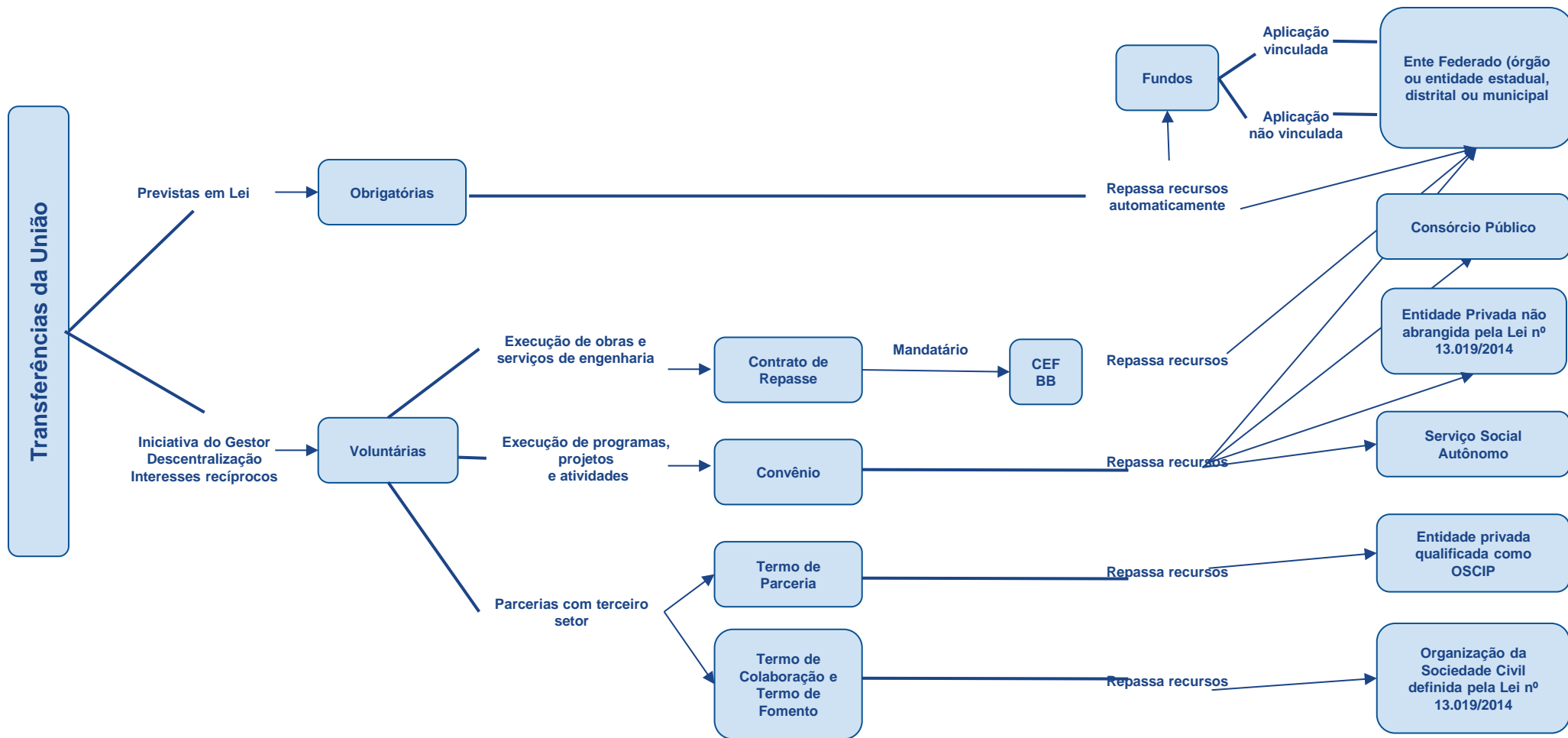
2022

- **Decreto nº 10.426**
Termo de Execução Descentralizada





Mapa Mental





Fases

Proposição

- Apresentação de **proposta** ao repassador, contendo:
 - 1- **plano de trabalho**, discriminando:
 - 1.1- **Objeto**
 - 1.2- **Objetivos desejados**;
 - 1.3- **Ações** a serem desenvolvidas;
 - 2- **Justificativas**, com:
 - 2.1- Indicação das **necessidades locais** a serem atendidas;
 - 2.2- Relação entre **ações previstas e finalidades do programa** federal.

Obs. Alguns repassadores podem abrir um processo de **chamamento público** com o intuito de selecionar propostas e projetos que melhor se adequem aos objetivos do programa governamental. Também pode ser exigida a apresentação do **projeto básico**, para obras e instalações, ou do **termo de referência**, para a aquisições de bens e prestação de serviços, a fim detalhar e quantificar o objeto almejado.

Celebração

- **Análise**, pelo concedente, sobre a **viabilidade técnica e financeira** do objeto e dos objetivos propostos, para aprovação da proposta de trabalho;

- Esta fase tem como objetivo **verificar o atendimento** de uma série de **condições e requisitos legais e regulamentares** para a celebração do termo de TVU, tais como, o cumprimento de exigências fiscais, a adimplência com a União e a previsão da contrapartida.;

- A análise sobre o projeto básico ou termo de referência pode ser postergada para esta fase, a critério do repassador, ou no máximo até o repasse da primeira parcela;
No final desta fase ocorre a assinatura e publicidade do termo de TVU, no qual estão descritas todas as responsabilidades e obrigações das partes envolvidas.

Execução

- Fase mais complexa. exigindo cuidado redobrado, de maneira que o **concedente deverá seguir** fielmente:
 - 1- O **planejamento aprovado**;
 - 2- As **normas de administração orçamentária e financeira** federais;
 - 3- Registrar **todos** os atos praticados, com os respectivos documentos comprobatórios, de modo a **elaborar a prestação de contas de forma concomitante com a execução do ajuste**.

Prestação de Contas

- Ao final da execução, o concedente deverá **apresentar a Prestação de contas** ao concedente da boa e correta aplicação dos recursos, tendo em vista que a União está descentralizando recursos para a execução de políticas públicas e programas governamentais previstos no seu orçamento, devendo garantir que os recursos sejam aplicados no destino para o qual estavam previstos.

Obs. Durante a execução ou ao final do ajuste pode haver a fiscalização de órgãos de controle federais, como a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU).

Tomada de Contas Especial

- Tomada de Contas Especial (TCE) é um **processo administrativo devidamente formalizado**, com rito próprio, **para apurar responsabilidade por ocorrência de dano à administração pública federal**, com apuração de fatos, quantificação do dano, identificação dos responsáveis e obter o respectivo ressarcimento. (art. 2º, caput, da IN/TCU 71/2012).

- O concedente deverá registrar tudo nos sistemas de apoio e guardar todos os documentos gerados ao longo da execução. Assim, a prestação de contas se torna mais fácil, evitando ainda a instauração de tomada de contas especial.





Instrumentos de Transferências Voluntárias

Instrumentos	Definição
Convênio	Instrumento formal que disciplina a transferência voluntária para órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal , direta ou indireta, consórcios públicos ou, ainda, para entidade privada sem fins lucrativos não abrangida pela Lei 13.019/2014, como no caso das entidades que atuam de forma complementar ao Sistema Único de Saúde – SUS (vide o art. 199, § 1º, da CF/1988) e dos serviços sociais autônomos, que incluem as entidades paraestatais do chamado “Sistema S” (vide art. 9º, III, b, da Portaria Interministerial 404/2016, alterada pela Portaria Interministerial nº 235, de 23/8/2018).
Contrato de Repasse	<p>Destina-se preferencialmente a execução de programa de trabalho que objetiva a realização de obras e serviços de engenharia e instalação, quando o repassador dos recursos não tiver estrutura própria para acompanhar a execução do convênio. Na prática, o convênio pode até ser usado para obras, mas os repassadores costumam direcionar esse tipo de objeto para o contrato de repasse, a fim de se desonerar da fiscalização local.</p> <p>O contrato de repasse se diferencia pela intermediação de instituição ou agente financeiro público federal (em geral, a Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil), atuando como mandatário ou representante da União na execução e fiscalização da TVU.</p>





Instrumentos de Transferências Voluntárias

Instrumentos	Definição
Termo de Parceria	Instrumento destinado à formalização de TVU com entidades privadas sem fins lucrativos para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco. Destaca-se que o Termo de Parceria é firmado com entidades qualificadas como Organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).
Termo de Colaboração	Instrumento destinado à formalização de TVU com entidades privadas sem fins lucrativos para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco. O Termo de Colaboração é pactuado com as Organizações da sociedade civil, com iniciativa do concedente.
Termo de Fomento	Instrumento destinado à formalização de TVU com entidades privadas sem fins lucrativos para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco. O Termo de Fomento também é pactuado com as Organizações da sociedade civil, porém a iniciativa é da própria entidade recebedora dos recursos.





Agentes envolvidos nas Transferências Voluntárias

Agentes	Conceito	Convênio	Contrato de Repasse
Proponente	Órgão ou entidade pública ou entidade privada sem fins lucrativos que manifeste , por meio de proposta ou plano de trabalho, interesse em celebrar TVU .	X	X
Concedente	Órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, responsável pela transferência dos recursos , verificação da conformidade financeira, acompanhamento da execução e avaliação do cumprimento do objeto da TVU.	X	X
Conveniente	Órgão ou entidade pública, de qualquer esfera de governo, consórcio público ou entidade privada sem fins lucrativos, com a qual a União pactua a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco por meio de convênios ou contratos de repasse.	X	X





Agentes envolvidos nas Transferências Voluntárias

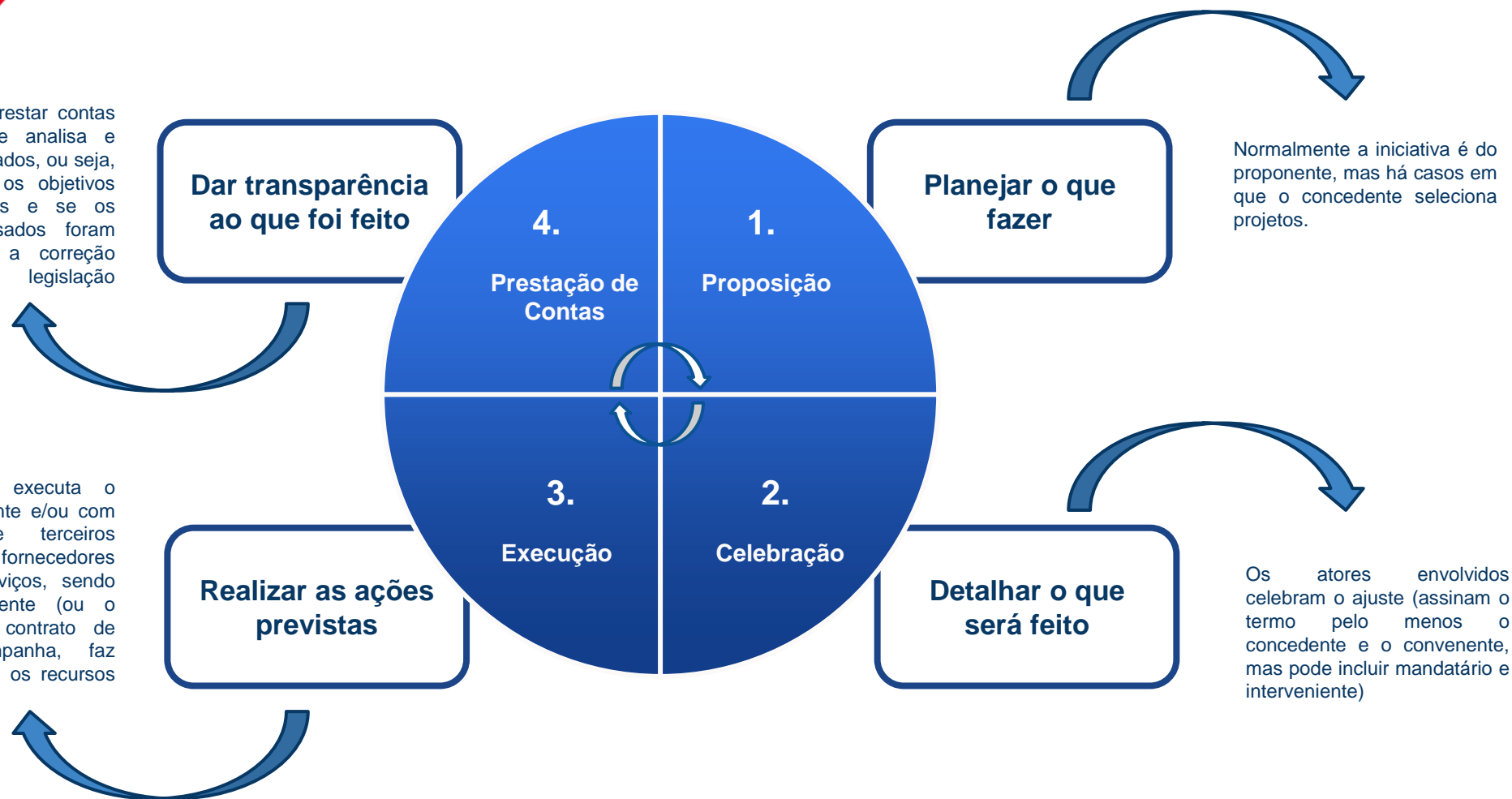
Agentes	Conceito	Convênio	Contrato de Repasse
Interveniente	Órgão ou entidade pública, de qualquer esfera de governo, ou entidade privada que participa da TVU para manifestar consentimento ou assumir obrigações em nome próprio . Na hipótese de TVU celebrada com entidade dependente ou órgão que não possui delegação de competência, o chefe do Poder Executivo local deve participar do termo como interveniente.	X	X
Mandatário	Instituições financeiras oficiais federais que celebram e operacionalizam a transferência voluntária, em nome da União.		X
Unidade executora	órgão ou entidade pública, das esferas estadual, distrital ou municipal, sobre o qual pode recair a responsabilidade pela execução dos objetos definidos na TVU , a critério do conveniente, desde que aprovado previamente pelo concedente, devendo ser considerado como partícipe no instrumento .	X	X



Ciclo de Gestão TVU

O conveniente prestar contas e o concedente analisa e verifica os resultados, ou seja, se o objeto e os objetivos foram cumpridos e se os recursos repassados foram aplicados com a correção exigida na legislação aplicável.

O conveniente executa o ajuste, diretamente e/ou com o apoio de terceiros contratados e fornecedores de bens e serviços, sendo que o concedente (ou o mandatário no contrato de repasse) acompanha, faz vistorias e libera os recursos previstos.





Agentes envolvidos nas Transferências Voluntárias

Agentes	Conceito	Convênio	Contrato de Repasse
Beneficiário final	População diretamente favorecida pelos investimentos	X	X



Proposta

- **Direcionada a um programa**
- Atentar para exigência do programa
- Requisitos mínimos:
 - ✓ Objeto
 - ✓ Valor
 - ✓ Duração
 - ✓ Justificativa
 - ✓ Capacidade Técnica
 - ✓ Agência de relacionamento





Características Comuns

- Objetiva à **execução de programas** de governo
- Interesse Recíproco
- Mútua Cooperação
- Envolve transferência de recursos financeiros





Programas

- Refletem **as políticas públicas** sob a responsabilidade dos órgãos e entidades federais
- São disponibilizados no **Módulo Discrecionárias e Legais** da Plataforma Transferegov anualmente para recebimento de propostas que devem seguir as diretrizes apontadas por cada Concedente
- Na aba anexo de cada Programa, em geral, são encontrados os documentos orientadores para a elaboração das propostas
- Modalidades de Programas:
 - Proposta voluntária
 - Proposta emenda
 - Proposta específica





Requisitos para celebração

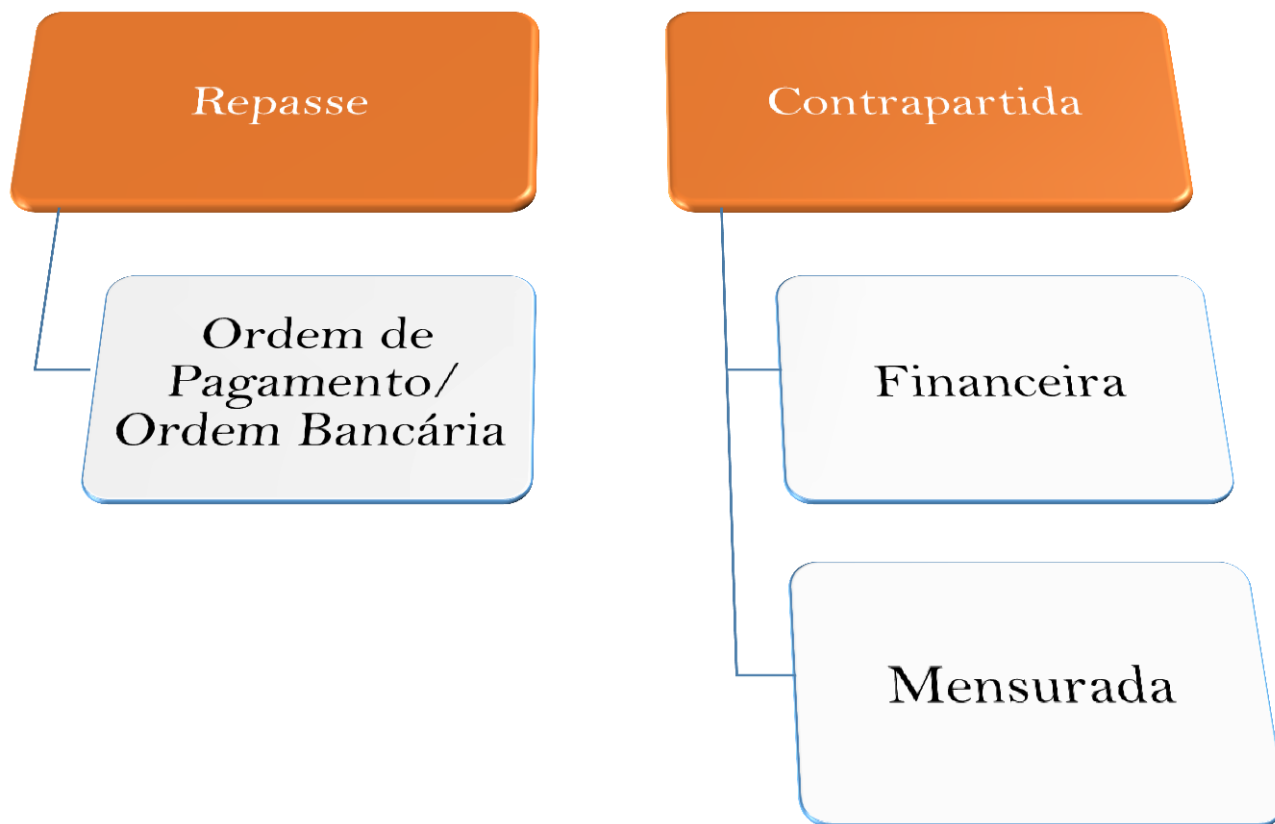
A verificação do cumprimento dos requisitos deve ser feita no momento da **assinatura do instrumento**, bem como na assinatura dos correspondentes **aditamentos de aumento de valor de repasse da União**, **não** sendo necessária **nas liberações financeiras de recurso**, que devem obedecer ao cronograma de desembolso previsto no instrumento.

O resultado da consulta ao CAUC será, para fins de instrução processual, enviado automaticamente à Plataforma Transferegov na data da assinatura.





Recursos do Convênio





Contrapartida

“Participação financeira que o beneficiário de uma transferência voluntária se compromete, contratualmente, a aplicar em um projeto.”

- Limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO de 2025.
- Lei 15.080, de 30 de Dezembro de 2024 – artigo 91.
- **Órgãos Públicos só podem oferecer contrapartida financeira, por força da LDO – art. 75, § 2º.**





Condições para Celebração

Cadastro do proponente atualizado no Transferegov

Plano de trabalho aprovado;

Apresentação das peças documentais de que trata o art. 24 (anteprojeto, projeto básico ou termo de referência, comprovação do exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, licença prévia e plano de sustentabilidade, quando houver previsão no programa

Atendimento aos requisitos constitucionais e legais;

Comprovação da disponibilidade da contrapartida do conveniente, quando couber;

Empenho da despesa pelo concedente;

Parecer jurídico;

Geração do identificador único no Transferegov.br, pelo proponente, nos casos em que o objeto seja voltado para a execução de projetos de investimento em infraestrutura, em atenção ao disposto no art. 5º do Decreto 10.496, de 28 de setembro de 2020.





Plano de Trabalho

Art. 20. O plano de trabalho conterá, no mínimo:

- I - descrição do objeto;
- II - justificativa;
- III - descrição das metas e etapas;
- IV - cronograma de execução física;
- V - cronograma de desembolso; e
- VI - plano de aplicação detalhado.





➡ Concedente - órgão ou entidade da administração pública **federal**, direta ou indireta responsável pela transferência dos recursos financeiros destinados à execução do objeto de convênio ou de contrato de repasse;



PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO
CORPORATIVA





Contrato de Repasse

Instrumento de interesse recíproco, por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição financeira oficial federal, que atua como mandatária da União;

- O órgão Concedente firma contrato de prestação de serviço com Instituição Mandatária
- Instituição **Mandatária** - instituição ou agente financeiro público federal, atuando como mandatário da União – Ex: Caixa Econômica Federal
- **Vedado** celebração de contrato de repasse exclusivamente para execução de custeio e aquisição de equipamentos





Mandatária

UNIÃO
CONCEDENTES



MANDATÁRIA



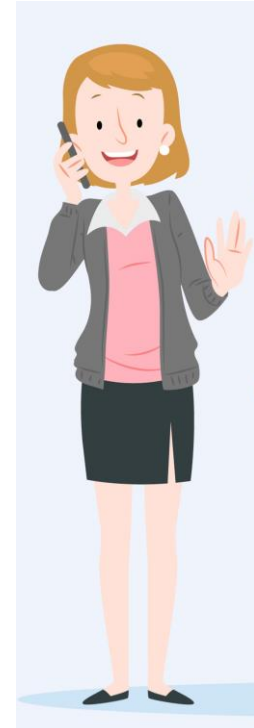
CONVENIENTES



Contrato de
Prestação de
Serviços -
CPS



Contrato de
Repasse





Termo de Parceria

- Instrumento Jurídico previsto na Lei 9.790/99
- Exclusivo para **OSCIP** – Organizações da Sociedade Civil para o Interesse Público
- Áreas específicas de atuação – educação, saúde, cultura...





Termo de Colaboração e Termo Fomento

- Exclusivo para **OSC** – Organizações da Sociedade Civil

Termo de Colaboração \neq Termo de Fomento



O **governo define a política** a ser atendida e a OSC se candidata



A **OSC propõe** a prioridade/necessidade





Cláusula Suspensiva

- Possibilidade de **celebração do instrumento com pendências**, ficando condicionada a liberação de recursos à apresentação destes documentos.
- Hipóteses:
 - Anteprojeto ou Projeto Básico
 - Termo de Referência
 - Licença Ambiental
 - Titularidade da área
 - Plano de sustentabilidade, quando houver previsão no programa
- Prazo: **deve ser fixado no instrumento** e não poderá exceder 09 meses, podendo ser prorrogado limitado ao prazo total de até 18 meses, a contar de sua assinatura.
- Previsão: Artigo 24 a 28 (Portaria 33)





Instrumentos **sem execução** por 365 dias

Inexecução ou paralisação da execução financeira

- A conta corrente específica do instrumento deverá ser bloqueada pelo prazo de até 180 dias.
- Suspende a liberação de recursos para novos instrumentos do conveniente no âmbito do mesmo órgão ou entidade concedente.
- Terminado o prazo, sem comprovação da retomada da execução financeira, o instrumento deverá ser rescindido (finalizado).





Resumo dos 365



ATENÇÃO!!

Suspender novos repasses para o conveniente dentro do mesmo órgão ou entidade concedente





Escalonamento de Valor

- **Regime simplificado** - até R\$ 1.500.000,00
- **Nível I** - Obra e serviços de engenharia – R\$ 1.500.000,00 e inferior a R\$ 5.000.000,00
- **Nível II** – Obra e serviços de engenharia – R\$ 5.000.000,00 e inferior a R\$ 20.000.000,00
- **Nível III** - Obra e serviços de engenharia – R\$ 20.000.000,00 e inferior a R\$ 80.000.000,00
- **Nível IV** - Obra e serviços de engenharia – superior a R\$ 80.000.000,00
- **Nível V** - Custeio ou aquisição de equipamentos – a partir de R\$ 1.500,00





Regimes de Obras

Regime Simplificado	Nível I	Nível II	Nível III
<ul style="list-style-type: none">• Dispensa do Aceite de processo licitatório;• Dispensa de vistorias intermediárias;• Verificação com 100% de execução	<p>Obras e serviços de engenharia no valor de R\$1.500 milhão a R\$5 milhões:</p> <ul style="list-style-type: none">• Vigência de até 48 meses;• Mínimo de 2 vistorias intermediárias	<p>Obras e serviços de engenharia no valor de R\$5 milhões a R\$20 milhões:</p> <ul style="list-style-type: none">• Vigência de até 48 meses;• Mínimo de 4 vistorias intermediárias	<p>Para instrumentos acima de R\$20 milhões e inferiores a R\$ 80 milhões:</p> <ul style="list-style-type: none">• Vigência de até 60 meses;• Mínimo de 7 vistorias intermediárias





Regimes de Custeio ou Equipamentos

Nível IV	Nível V
<p>Obras e serviços de engenharia no valor acima de R\$80 milhões:</p> <ul style="list-style-type: none">• Vigência de até 72 meses;• Mínimo de 11 vistorias intermediárias	<p>Custeio ou aquisição de equipamentos no valor igual ou superior a R\$ 1.500,00</p> <ul style="list-style-type: none">• Vigência de até 36 meses;• Acompanhamento por meio da documentação inserida na Transferegov.br





Processo de Execução

- **Início do processo licitatório** se dará em até **60 dias após a assinatura** em instrumentos celebrados sem cláusula suspensiva; ou **do aceite do termo de referência ou da emissão do laudo de verificação técnica**, em instrumentos celebrados com cláusula suspensiva.
- **O Concedente deverá dar o aceite em no máximo 30 dias contados do registro no sistema Transferegov.br.**

Aceite de Licitação

- **A liberação dos recursos** só ocorrerá **após à conclusão do processo licitatório** ou da cotação prévia dos itens de despesas apresentados; **e à verificação e aceite da realização do processo licitatório** ou da cotação prévia pelo concedente ou mandatária.
- A liberação da segunda parcela e demais subsequentes estará condicionada à execução de, no mínimo, 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente.
- Objetivo: Impedir o empoçamento de recursos na conta do convênio





Processo de Execução

- Instrumentos Níveis I e VI, no mínimo em 3 parcelas a 1º não poderá exceder 40% do valor global do instrumento;
- Instrumentos Nível V, preferencialmente, parcela única
- Só libera a 1ª parcela (ou a parcela única) após a licitação ser aceita pelo Concedente (não se aplica ao Regime Simplificado)
- A primeira parcela não poderá exceder 30% do valor do instrumento
- Demais parcelas, só com a comprovação mínima de execução de 70% das parcelas anteriores (pode ser excepcionalizada desde que em benefício da execução do objeto, devidamente justificado pelo conveniente e acatado pelo concedente/mandatária)





Gastos Proibidos

- ☐ Taxa de administração, de gerência ou similar;
- ☐ Itens que tenham finalidade diversa à necessária execução do objeto;
- ☐ Publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no plano de trabalho;
- ☐ Pagamentos, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal do órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal;
- ☐ Pagamentos de diárias e passagens a militares, servidores e empregados públicos da ativa, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal;
- ☐ Transferências para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar; e
- ☐ Outras vedações de aplicação dos recursos federais definidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal.





Prorrogação de Ofício

- ☐ Obrigação do **Concedente de prorrogar pelo exato período de atraso da liberação do repasse por sua culpa**
- ☐ Prescinde parecer jurídico





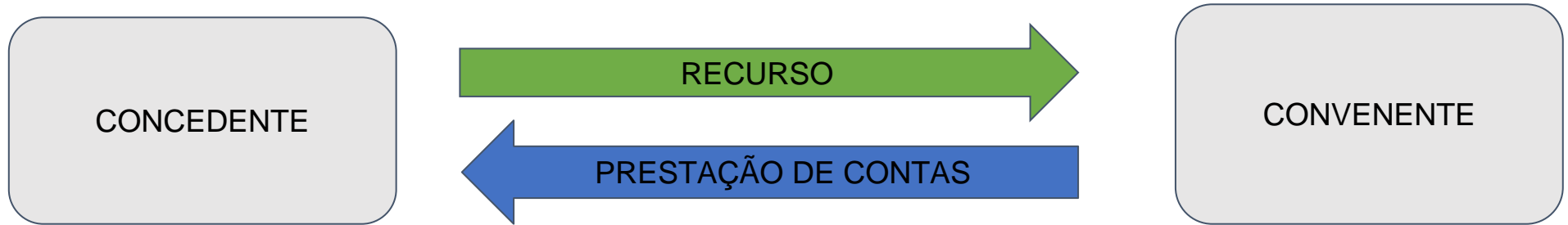
Prestação de Contas

- O objetivo da prestação de contas é demonstrar a correta aplicação dos recursos transferidos.
- A elaboração da prestação de contas é sempre responsabilidade do gestor que está em exercício na data definida para sua apresentação, quer ele tenha assinado ou não o termo de convênio.
- Compete ao prefeito sucessor apresentar as contas referentes aos recursos federais recebidos por seu antecessor, quando este não o tiver feito ou, na impossibilidade de fazê-lo, adotar as medidas legais visando ao resguardo do patrimônio público com a instauração da competente Tomada de Contas Especial, sob pena de responsabilidade (Súmula 230). TCU





Prestação de Contas



- Prestação de contas financeira: procedimento de acompanhamento sistemático da conformidade financeira, considerando o início e o fim da vigência dos instrumentos
- Prestação de contas técnica: procedimento de análise dos elementos que comprovam, sob os aspectos técnicos, a execução integral do objeto e o alcance dos resultados previstos nos instrumentos





Prestação de Contas

Art. 98. A prestação de contas final a ser apresentada pelo conveniente será composta por:

- I - documentos inseridos e informações registradas no Transferegov.br;
- II - Relatório de Cumprimento do Objeto;
- III - declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento;
- IV - recolhimento dos saldos remanescentes, quando houver;
- V- apresentação da licença ambiental de operação, ou sua solicitação ao órgão ambiental competente, quando necessário; e
- VI - termo de compromisso por meio do qual o conveniente será obrigado a manter os documentos relacionados ao instrumento, nos termos do § 2º do art. 9º.

§ 1º O Relatório de Cumprimento do Objeto deverá conter os subsídios necessários para a avaliação e manifestação do concedente ou mandatária quanto à execução do objeto pactuado.





Prestação de Contas

- Prestação de Contas se inicia concomitantemente com a liberação da primeira parcela dos recursos
- **Manter documentos** relacionados ao instrumento **pelo prazo de 05 anos** contados da data de aprovação da prestação de contas final.
- Prazo de até **60 dias para apresentação da prestação de contas final**, após o término da vigência ou a conclusão do objeto
- Prazo de **30 dias** (após o fim da vigência do instrumento/ conclusão/ rescisão) para **devolução dos recursos de repasse remanescentes**





Prestação de Contas

- O registro e a verificação da conformidade financeira, parte integrante do processo de prestação de contas, deverão ser realizados durante todo o período de execução do instrumento
- Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido no instrumento, o concedente estabelecerá o prazo máximo de 45 dias para sua apresentação. Descumprido esse prazo, o concedente registrará a inadimplência e notificará o conveniente para que, no prazo improrrogável de 30 dias, proceda a devolução total dos recursos





Prestação de Contas

A análise da prestação de contas pelo concedente ou mandatária poderá resultar em:

- aprovação;
- aprovação com ressalvas, quando evidenciada impropriedade ou outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao Erário; ou
- rejeição com a determinação da imediata instauração de tomada de contas especial.





Registro da Inadimplência

O registro da inadimplência ocorrerá nas seguintes hipóteses:

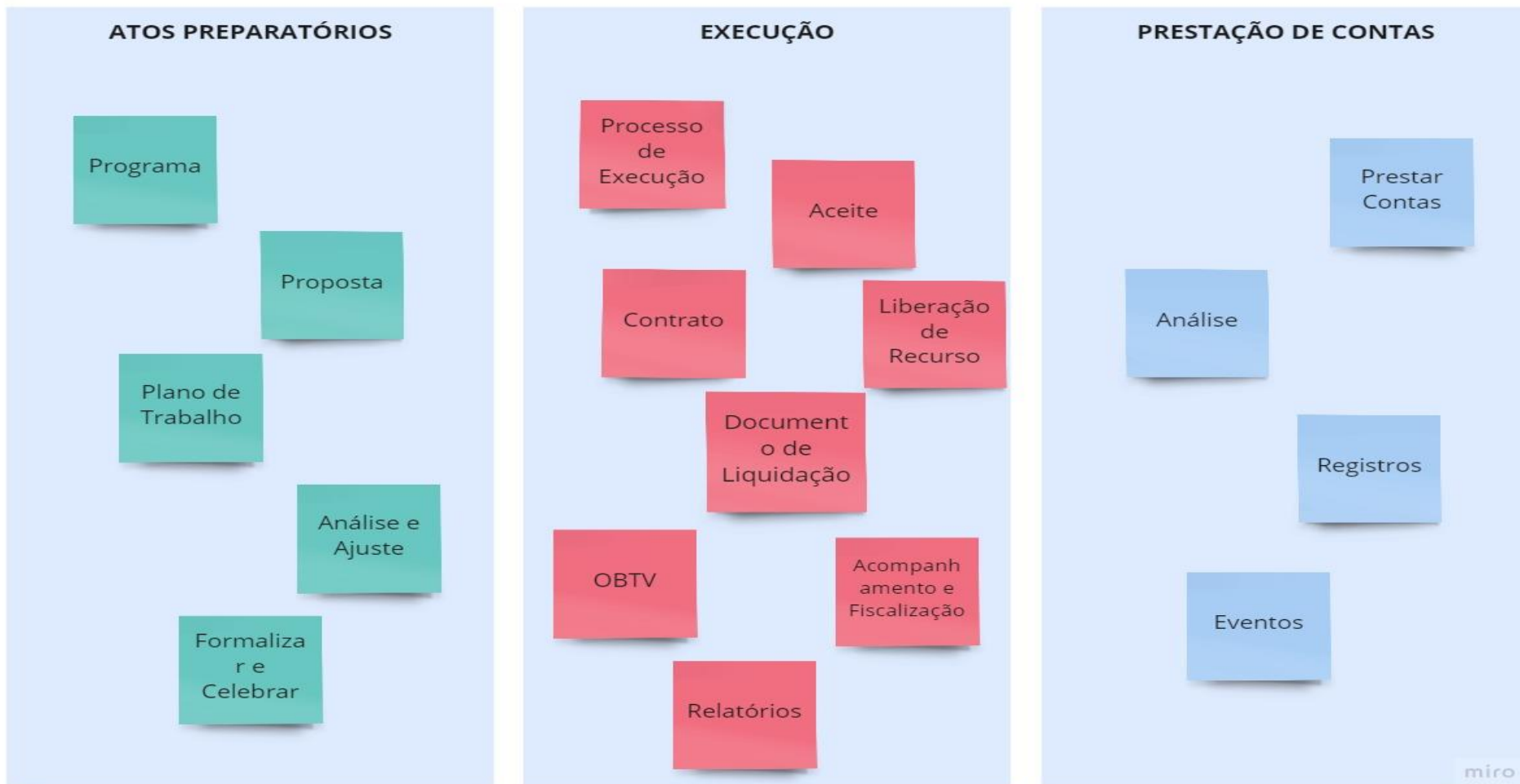
I - após o julgamento da tomada de contas especial ou de procedimento análogo pelo Tribunal de Contas da União, nas hipóteses de rejeição total ou parcial da prestação de contas; ou

II - após a notificação do conveniente e o decurso do prazo previsto no § 3º do art. 20, nas hipóteses de omissão na apresentação da prestação de contas, independentemente de instauração ou de julgamento da tomada de contas especial.





Fases dos Instrumentos





**ESCOLA DE
CONTROLE
INTERNO**

PROF. FRANCISCO
RIBEIRO • SCGE/PE

Plataforma Transferegov

Transferências Voluntárias (Discrecionárias e Legais)



PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**

Secretaria
da Controladoria
Geral do Estado



GOVERNO DE
**PER
NAM
BU**
ESTADO DE MUDANÇA



Transferegov

Transferegov

Constitui **ferramenta integrada e centralizada**, com dados abertos, destinada à **informatização e à operacionalização das transferências de recursos oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União** a órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital, municipal, direta ou indireta, consórcios públicos e entidades privadas sem fins lucrativos.





Transferegov



Substituiu a Plataforma + Brasil em 31/01/2023 e foi instituída pelo Decreto no 11.271/2022, é o Portal de Transferências e Parcerias da União.

A nova plataforma operacionaliza 26 modalidades de transferências de recursos da União, entre elas convênio, contrato de repasse, termos de parceria, colaboração e fomento. Também abrange repasses ao Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), Fundo Nacional Antidrogas Trabalhador (FAT), Transferências Especiais, Lei Aldir Blanc, Conectividade e Gratuidade do Idoso.

O objetivo é internalizar 42 modalidades de parcerias, disponível em:

<https://www.gov.br/transferegov/pt-br/sobre/mapeamento/instrumentos-de-parceria>





Transferegov

Transferências Discrecionárias e Legais	Transferências Fundo a Fundo	Transferências Especiais	Termo de Execução Descentralizada
Convênios Contratos de Repasse Termos de Parceria Termos de Colaboração Termo de Fomento Termos de Compromisso Convênios de ECTI Planos de Ações Articuladas	Fundo Nacional de Segurança Pública Fundo Penitenciário Nacional Fundo Nacional Antidrogas Fundo de Amparo ao Trabalhador Fundo Cultural - Lei Aldir Blanc Conectividade nas Escolas	Transferências Especiais	Termos de Execução Descentralizada





Transferegov



CARACTERÍSTICAS:

O Transferegov constitui ferramenta integrada e centralizada, com dados abertos, destinada à informatização e à operacionalização das transferências de recursos oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União a órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital, municipal, direta ou indireta, consórcios públicos e entidades privadas sem fins lucrativos.

BENEFÍCIOS:

Otimização dos gastos de recursos públicos;

Avaliação informatizada das prestações de contas;

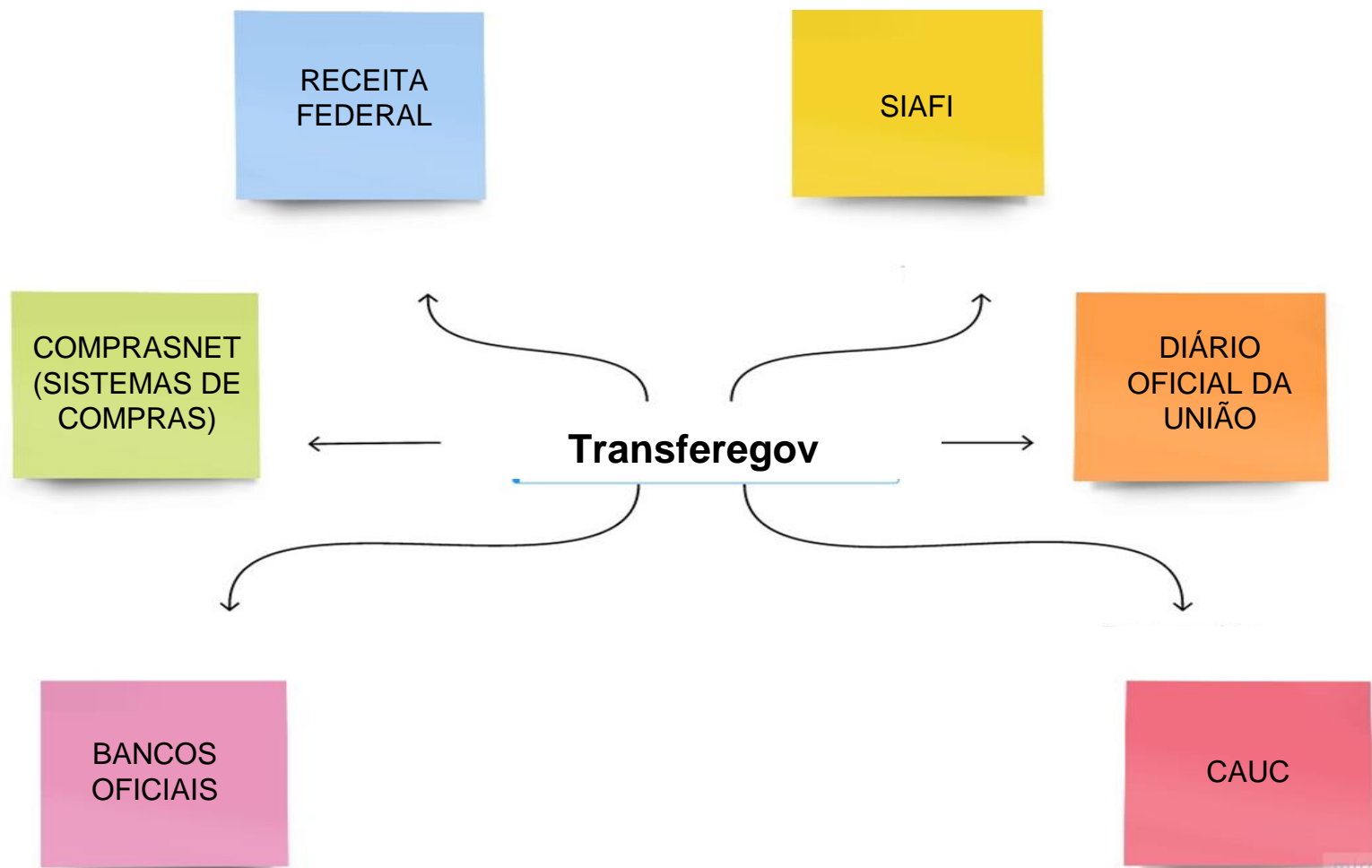
Rastreabilidade e menor custo de controle;

Monitoramento digital da execução das políticas públicas com fortalecimento do controle social;

Resultados para a sociedade por meio do fortalecimento da governança e da gestão públicas.



Integração de Sistemas – Transferências Voluntárias

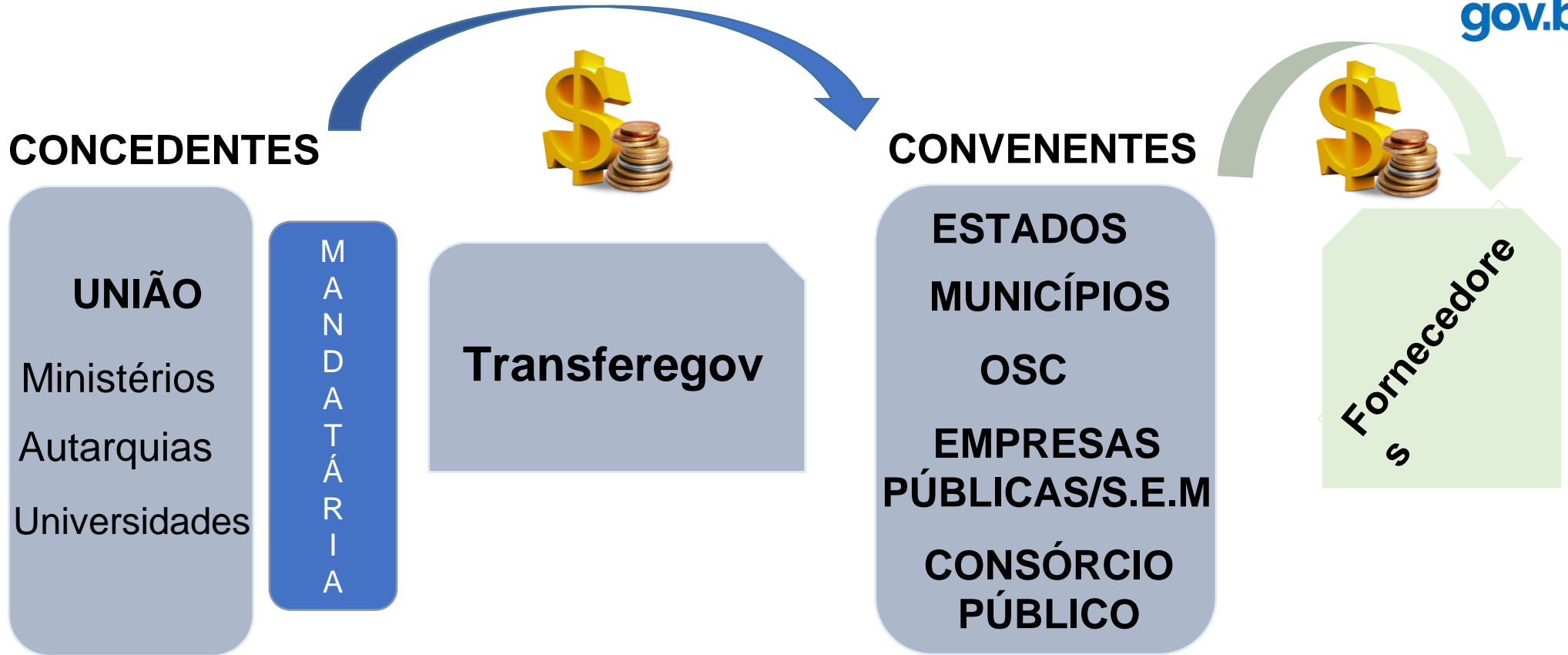




Fluxo do Módulo de Transferências Voluntárias



Transfere
gov.br





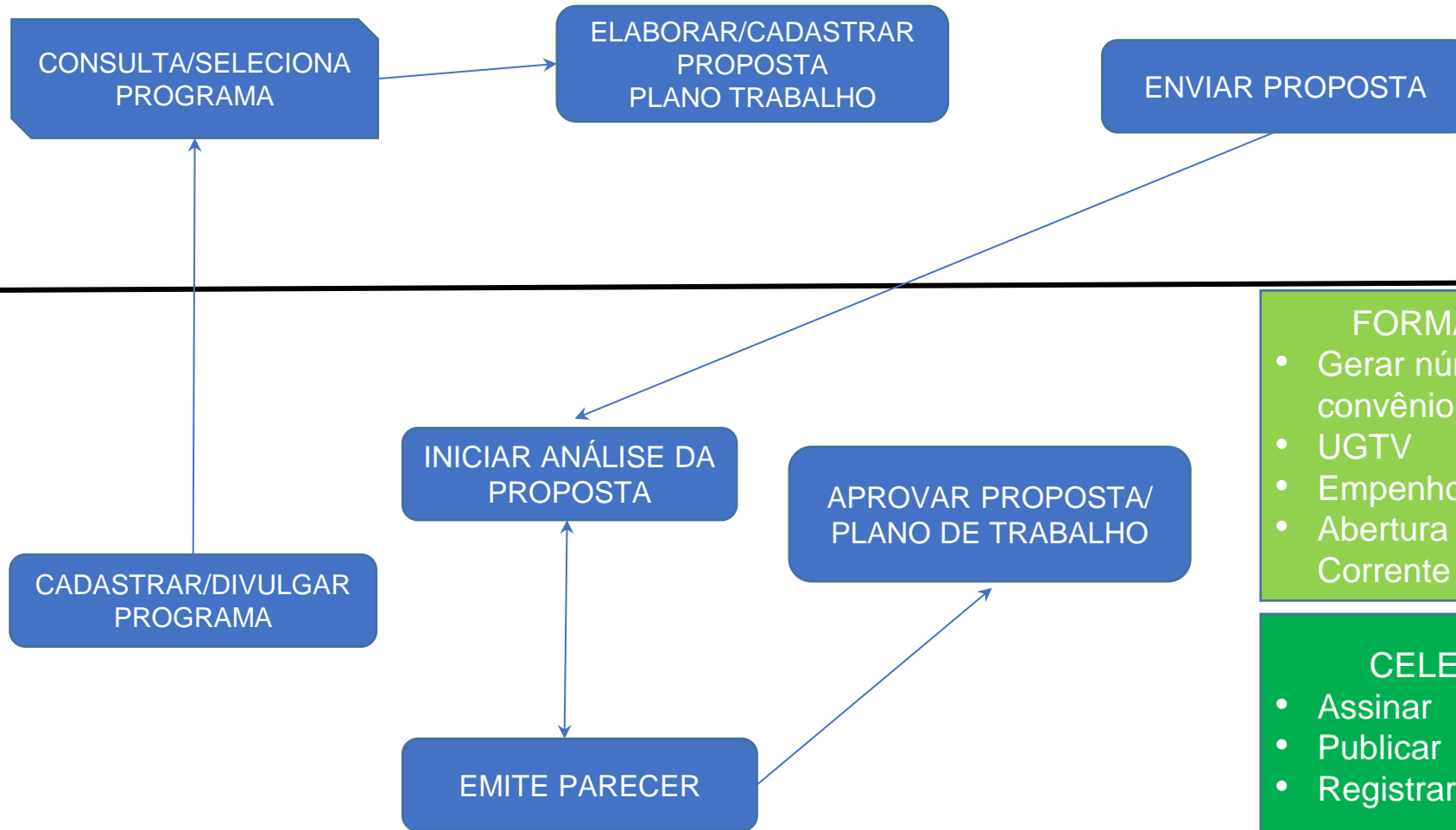
Transferegov – Atos Preparatórios



Transfere
gov.br

PROPOSANTE

CONCEDENTE





Transferegov – Fluxo Execução e Prestação de Contas

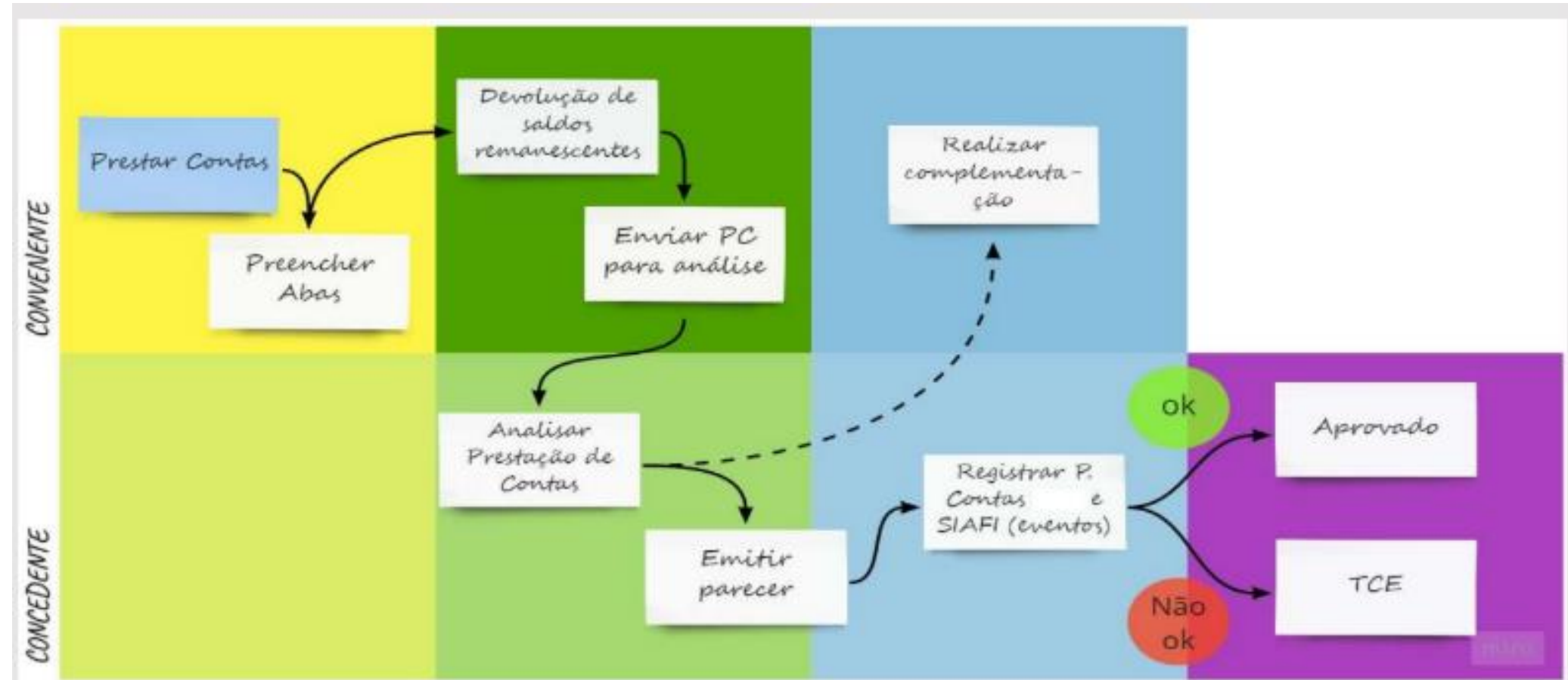
CONVENIENTE

CONCEDENTE





Prestação de Contas





Principais Perfis - Conveniente

Perfis	Atividade
Cadastrador de Proposta	Inserir Proposta/Plano de Trabalho . Porém não tem permissão para enviar para a análise do Concedente
Gestor de Convênio	Realiza atividade dentro do sistema, exceto os pagamento por OBTV. Envia a Proposta/Plano de Trabalho para análise
Gestor Financeiro	Para convênios que operam por OBTV é responsável por autorizar, cancelar e efetivar pagamentos . Está autorizado a registrar e enviar prestação de contas para análise
Ordenador de Despesa	Autorização final dos pagamento por OBTV
Cadastrador de Ente/Entidade	Incluir e excluir usuários, altera perfil, substitui responsável do proponente e executa relatórios
Dirigente/Representante	Altera os dados cadastrais, atribui perfis e pode cancelar propostas
Comissão de Licitação	Permite a inserção de dados de Licitação
Fiscal do Conveniente	Acompanha e fiscaliza o andamento do convênio – Acesso ao App



Acordo de Cooperação

- Ministério da Economia e Governo de Pernambuco (SCGE)



**ESCOLA DE
CONTROLE
INTERNO**

PROF. FRANCISCO
RIBEIRO • SCGE/PE



PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**

Secretaria
da Controladoria
Geral do Estado



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA



Cooperação em rede

A Rede de Parcerias tem por objetivo desenvolver ações voltadas à melhoria da gestão das parcerias da União operacionalizadas no Transferegov.br e dos projetos de investimentos em infraestrutura registrados no Obrasgov.br, além de promover e estimular ações de capacitação, comunicação e transparência.

A Rede de Parcerias atua em 3 eixos fundamentais:

- melhoria da gestão nos processos de transferências da União;
- capacitação; e
- comunicação e transparência.





Cooperação em rede

Benefícios:

- Fortalecimento da governança;
- Melhoria de processos;
- Compartilhamento de conhecimentos e boas práticas;
- Sinergia na comunicação entre os parceiros;
- Capacitação dos atores;
- Decisões colegiadas e legitimadas;
- Construção colaborativa de soluções e melhorias; e
- Gestão pública +ÍNTEGRA, +INTEGRADA, +INOVADORA, +TRANSPARENTE, +SIMPLES e +EFETIVA.





Cooperação em rede

ELO UNIÃO +

ELO ESTADOS +

ELO MUNICÍPIOS +

ELO JUSTIÇA +

ELO CONTAS E CONTROLE +

ELO ENSINO +

ELO LEGISLATIVO +

ELO MERCADO E CONTROLE SOCIAL +

ELO ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL +

OUTROS +

A Rede de Parcerias é organizada em elos, criados de acordo com o âmbito de atuação e esfera jurídica

<https://rede-parcerias.sistema.gov.br/parceiros>





Acordo de Cooperação

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Estabelecer a adesão à Rede +Brasil para o desenvolvimento de ações compartilhadas. Parágrafo único. Este Acordo contemplará ações de:

- a) **melhoria da gestão** nos processos de transferências da União, operacionalizadas por meio da Plataforma + Brasil;
- b) promoção e realização de ações de **capacitação**; e
- c) aprimoramento e implementação de **ações de comunicação e transparência**.





Acordo de Cooperação

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

Este Acordo terá vigência de **5 (cinco) anos**, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial da União.





Plano de Trabalho

Principais artigos





Plano de Trabalho

O acordo contemplará ações de:

- a. **melhoria da gestão** nos processos de transferências da União operacionalizadas por meio da Plataforma + Brasil;
- b. promoção e realização de **ações de capacitação**; (e)
- c. aprimoramento e implementação de **ações de comunicação e transparência**.





Plano de Trabalho

1. **Melhoria da gestão** nos processos de transferências da União
operacionalizadas por meio da Plataforma +Brasil

1.1. **Indicar servidores que acompanharão a execução do ACORDO**,
informando nome, CPF, telefone, e e-mail.

10 dias após o início da vigência

15 dias após o início da vigência

★ Plano de Trabalho coordenado pela DCON





Plano de Trabalho

- 1.3. **Apresentar semestralmente relatório das ações realizadas** relativas ao objeto do ACORDO.
- 1.5. **Promover a adesão de órgãos e entidades ao Modelo de Governança e Gestão (Gestão.Gov.Br).**
- 1.6. **Apoiar órgãos e entidades adesos ao Gestão.Gov.Br na implementação** do Modelo e seus instrumentos.
- 1.7. **Divulgar os resultados das ações de implementação do Gestão.Gov.Br.** (Ação compartilhada com a SEGES)





Plano de Trabalho

2. Capacitação dos usuários do Sistema

- 2.1. **Elaborar cronograma de formação de multiplicadores.** (Ação compartilhada com a SEGES)
- 2.3. **Organizar cursos presenciais na unidade federativa de atuação do signatário, após turma de multiplicadores.**

3. Comunicação e transparência

- 3.1. **Inserir banner para divulgação das ações da Rede +Brasil, notícia e pop-up em sua página oficial na Internet.**





Plano de Trabalho

3.2. Manter atualizados no sistema de Gestão da Rede, os dados referentes aos cursos realizados com as informações: quantidade de inscritos e concluintes e cópia das listas de frequência.

5. CRONOGRAMA FINANCEIRO

O Acordo não acarretará transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

As despesas necessárias à consecução do objeto serão de responsabilidade de cada partícipe no âmbito de sua atuação.





Transferências Especiais

Emenda Individual sem finalidade
definida

Constituição Federal;
Instrução Normativa TCU 93/2023;
Lei Complementar 210/2024;
Decreto Estadual nº 59.902/2022;
Resolução CPF nº 005/2022





Definição

É uma modalidade de transferência de recursos da União para Estados, Distrito Federal e Municípios, utilizada especificamente no caso de emendas individuais parlamentares impositivas, que foi introduzida no art. 166-A, inciso I, da Constituição Federal, pela promulgação da Emenda Constitucional 105/2019.

Art. 166-A. As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual poderão alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios por meio de:

- I - transferência especial; ou
- II - transferência com finalidade definida.

§ 1º Os recursos transferidos na forma do caput deste artigo não integrarão a receita do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios para fins de repartição e para o cálculo dos limites da despesa com pessoal ativo e inativo, nos termos do § 16 do art. 166, e de endividamento do ente federado, vedada, em qualquer caso, a aplicação dos recursos a que se refere o caput deste artigo no pagamento de:

- I - despesas com pessoal e encargos sociais relativas a ativos e inativos, e com pensionistas; e
- II - encargos referentes ao serviço da dívida.





Definição

§ 2º Na transferência especial a que se refere o inciso I do caput deste artigo, os recursos:

I - serão repassados diretamente ao ente federado beneficiado, independentemente de celebração de convênio ou de instrumento congênere;

II - pertencerão ao ente federado no ato da efetiva transferência financeira; e

III - serão aplicadas em programações finalísticas das áreas de competência do Poder Executivo do ente federado beneficiado, observado o disposto no § 5º deste artigo.

§ 3º O ente federado beneficiado da transferência especial a que se refere o inciso I do caput deste artigo poderá firmar contratos de cooperação técnica para fins de subsidiar o acompanhamento da execução orçamentária na aplicação dos recursos.





Definição

§ 4º Na transferência com finalidade definida a que se refere o inciso II do caput deste artigo, os recursos serão:

- I - vinculados à programação estabelecida na emenda parlamentar; e
- II - aplicados nas áreas de competência constitucional da União.

§ 5º Pelo menos 70% (setenta por cento) das transferências especiais de que trata o inciso I do caput deste artigo deverão ser aplicadas em despesas de capital, observada a restrição a que se refere o inciso II do § 1º deste artigo."





Definição

Afinal, de que estamos falando?

EC 105/2019

Emendas Individuais

***50% saúde**

Transferências especiais

Somente para entes federados

70% capital

30% custeio

Com finalidade definida

Instrumento de repasse ou
fundo a fundo





Definição



Reduzir a burocracia imposta pelo atendimento das regras das transferências voluntárias (A Caixa Econômica Federal–CEF, por exemplo, precisa verificar 29 requisitos para a contratação de um instrumento de repasse com entes federados);

Diminuir os custos de gestão pela CEF (instituição financeira mandatária), cuja taxa de administração variava de 2,5% a 11,7% sobre o valor das emendas; e

Estimular a atividade econômica local através do incentivo aos gestores, em especial para investimentos públicos em infraestrutura e/ou equipamentos públicos.





Definição



O critério das emendas parlamentares do orçamento impositivo é de natureza política e não técnica;

Não há relação com prioridades previamente definidas no PPA (ex.redução das desigualdades nacionais);

Falta de coordenação nacional para garantir que o resultado das múltiplas escolhas individuais seja aderente às necessidades;

Não havia obrigatoriedade de registro da execução dos recursos transferidos na plataforma Transferegov;e

Não estava claro a quem competia a fiscalização dos recursos repassados(a PEC original afastava competência dos órgãos federais).





Obrigações/Vedações Constitucionais

Não usar os recursos para o pagamento de **despesas com pessoal** e encargos sociais relativas a ativos e inativos, e com pensionistas' (§1º, inciso I);

Não usar os recursos para pagamento de 'encargos referentes ao **serviço da dívida**' (§1º, inciso II);

Usar os recursos exclusivamente 'em programações finalísticas das áreas de competência do Poder Executivo' local (§2º, inciso III); e

Usar '**pelo menos 70%**(setenta por cento)' dos recursos '**em despesas de capital**' (§5º).





Consulta



NOVO



Acórdão nº 518/2023
TCU Plenário





Acórdão nº 518/2023 TCU - Plenário

O TCU analisou a consulta sob a relatoria do ministro Vital do Rêgo;

A fiscalização sobre a regularidade na aplicação dos recursos de transferência especial compete ao controle local, incluindo o respectivo tribunal de contas;

Mas se for verificado o descumprimento de qualquer condicionante, o TCU poderá instaurar tomada de contas especial para a responsabilização do ente federado;

A ausência de prazos para execução atenta contra a eficiência administrativa;

A falta de prestação de contas vai contra o princípio da transparência; e

Determina a elaboração de uma Instrução Normativa sobre o tema...



❖ **Conta corrente específica:**

Os recursos recebidos deverão ser movimentados em uma conta corrente específica para cada transferência, vedada a transferência financeira para outras contas correntes;

Os recursos recebidos deverão ser movimentados em uma conta corrente específica para cada transferência, vedada a transferência financeira para outras contas correntes.

❖ **Comunicação ao Conselho**

No prazo de 30 dias do recebimento dos recursos, notificar o conselho local ou instância de controle social da área finalística na qual os recursos serão aplicados, onde houver, sobre o recebimento de recursos.

❖ **Prazos de Execução**

Foram estabelecidos três prazos: 36, 48 e 60 meses, de acordo com o volume de recursos recebidos pelo ente federado, atendendo aos critérios da proporcionalidade e razoabilidade



IN 93/2023 - TCU

❖ **Prestação de informações**

Inserir no Transferegov.br, informações sobre a programação finalística da área na qual os recursos serão aplicados e relatório de gestão sobre a execução parcial e final.

Valores Transferidos (R\$)	Prazos (Meses)
até 2,5 milhões	36
entre R\$ 2,5 e 5 milhões	48
acima de 5 milhões	60

*Causas de prorrogação do prazo estão previstas no art.5º da IN nº 93/2024



❖ Planejamento prévio

- Em até 60 dias após o recebimento dos recursos, inserir na plataforma Transferegov informações sobre a programação finalística da área na qual os recursos serão aplicados:
 - descrição do objeto a ser executado, com a metas a serem alcançadas;
 - estimativa dos recursos financeiros necessários à consecução do objeto;
 - classificação orçamentária da despesa (conforme classificação definida pela STN);e
 - previsão de prazo para conclusão do objeto(art.2º,§6º).



❖ Relatório de Gestão

O relatório de gestão deverá ser inserido na plataforma Transferegov até o dia 30 de junho do ano subsequente ao recebimento dos recursos, devendo ser atualizado, anualmente, a cada dia 30/6, até o final da execução do objeto da aplicação dos recursos, quando será inserido o relatório de gestão final.

Deverá conter:

documentação relacionada aos procedimentos administrativos vinculados às contratações do objeto, de modo a evidenciar a correção dos procedimentos legais;

contratos celebrados, notas de empenho, notas fiscais, recibos, ordens bancárias, extratos da conta corrente de movimentação dos recursos e termos de recebimento de obras, fornecimento e serviços; entre outros...



❖ Relatório de Gestão



A inserção dos Relatórios de Gestão e os prazos de execução se aplicam a todas as transferências realizadas antes da publicação da IN, cujo objeto não tenha sido concluído (art. 8º);

Os prazos começam a contar a partir do primeiro dia útil de 2025 (art. 8º, parágrafo único), e, portanto, o prazo de inserção de Relatório 30/6/2025.





IARGT

**Indicador de avaliação
de risco na gestão de
transferências**



Objetivos e estruturação **do indicador**

O Indicador de avaliação de risco na gestão de transferências - IARGT tem por **objetivo** avaliar o atendimento dos requisitos mínimos de governança e gerenciamento de riscos a serem atendidos pelos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual, no processo de gestão de transferências voluntárias e parcerias.



Base normativa

- [Decreto Estadual nº 46.855/2018](#): Dispõe sobre a política de governança da administração pública Estadual direta, autárquica e fundacional.
- [Portaria SCGE nº 30/2024](#): Estabelece os requisitos mínimos de governança e gerenciamento de riscos na administração estadual.
- [Portaria nº 67, DE 31 DE MARÇO DE 2017](#): Gestão de integridade, riscos e controles internos no âmbito das transferências de recursos da União.
- [Acórdão 2467/2013 - TCU/Plenário](#): divulga levantamento realizado para construção e divulgação de indicador que estimule o aperfeiçoamento da gestão de riscos no setor público.



Estruturação: Dimensões do IARGT

Estrutura e governança

existência das estruturas mínimas de governança para a celebração e execução das transferências e parcerias

Atuação

existência de procedimentos padronizados e formalizados que viabilizem o processo de gestão das transferências e parcerias

Gerenciamento de pessoas

existência de iniciativas para a promoção da capacitação das equipes técnicas envolvidas na gestão das transferências e parcerias

Gerenciamento de Riscos

existência de procedimentos para identificação e tratamento dos riscos associados à atividade de gestão das transferências e parcerias.

Materialidade

montante de recursos de transferência e quantidade de instrumentos gerenciados pelo órgão/entidade

Desempenho

indicadores de desempenho associados à atividade de gestão das transferências e parcerias



IARGT Fluxograma

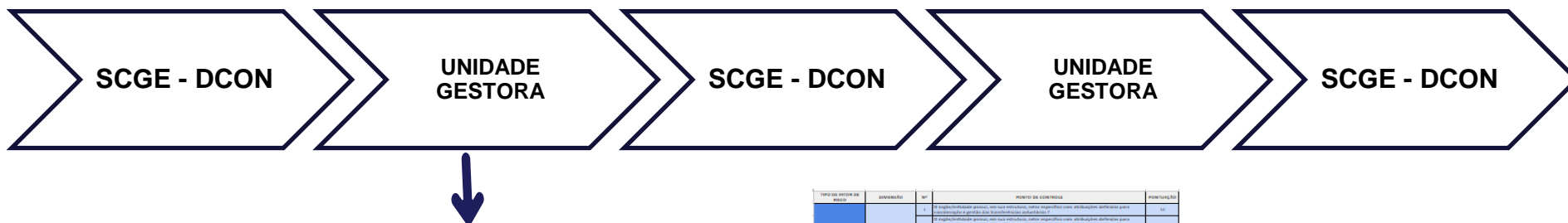


- Orienta os gestores de convênio e o controle interno
- Encaminha questionário para autoavaliação



IARGT

Fluxograma



- Analisa seu nível de aderência aos pontos de controle
- Responde [questionário](#) de autoavaliação

Tipo de Ação de Risco	Dimensão	Nº	Descrição do Risco	Indicador
Risco de Inadimplência	I	1	Existência de processos em andamento, sem recursos, com exigências diferenciadas para o pagamento e prazo de vencimento superior a 90 dias.	100
		2	Existência de processos em andamento, sem recursos, com exigências diferenciadas para o pagamento e prazo de vencimento superior a 90 dias, com recursos em andamento.	100
		3	Existência de processos em andamento, sem recursos, com exigências diferenciadas para o pagamento e prazo de vencimento superior a 90 dias, com recursos em andamento, com recursos em andamento.	100
		4	Existência de processos em andamento, sem recursos, com exigências diferenciadas para o pagamento e prazo de vencimento superior a 90 dias, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento.	100
		5	Existência de processos em andamento, sem recursos, com exigências diferenciadas para o pagamento e prazo de vencimento superior a 90 dias, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento.	100
		6	Existência de processos em andamento, sem recursos, com exigências diferenciadas para o pagamento e prazo de vencimento superior a 90 dias, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento.	100
		7	Existência de processos em andamento, sem recursos, com exigências diferenciadas para o pagamento e prazo de vencimento superior a 90 dias, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento.	100
		8	Existência de processos em andamento, sem recursos, com exigências diferenciadas para o pagamento e prazo de vencimento superior a 90 dias, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento.	100
		9	Existência de processos em andamento, sem recursos, com exigências diferenciadas para o pagamento e prazo de vencimento superior a 90 dias, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento.	100
		10	Existência de processos em andamento, sem recursos, com exigências diferenciadas para o pagamento e prazo de vencimento superior a 90 dias, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento.	100
Risco de Inadimplência	II	11	Existência de processos em andamento, sem recursos, com exigências diferenciadas para o pagamento e prazo de vencimento superior a 90 dias, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento.	100
		12	Existência de processos em andamento, sem recursos, com exigências diferenciadas para o pagamento e prazo de vencimento superior a 90 dias, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento.	100
		13	Existência de processos em andamento, sem recursos, com exigências diferenciadas para o pagamento e prazo de vencimento superior a 90 dias, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento.	100
		14	Existência de processos em andamento, sem recursos, com exigências diferenciadas para o pagamento e prazo de vencimento superior a 90 dias, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento.	100
		15	Existência de processos em andamento, sem recursos, com exigências diferenciadas para o pagamento e prazo de vencimento superior a 90 dias, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento.	100
		16	Existência de processos em andamento, sem recursos, com exigências diferenciadas para o pagamento e prazo de vencimento superior a 90 dias, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento.	100
		17	Existência de processos em andamento, sem recursos, com exigências diferenciadas para o pagamento e prazo de vencimento superior a 90 dias, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento.	100
		18	Existência de processos em andamento, sem recursos, com exigências diferenciadas para o pagamento e prazo de vencimento superior a 90 dias, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento.	100
		19	Existência de processos em andamento, sem recursos, com exigências diferenciadas para o pagamento e prazo de vencimento superior a 90 dias, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento.	100
		20	Existência de processos em andamento, sem recursos, com exigências diferenciadas para o pagamento e prazo de vencimento superior a 90 dias, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento, com recursos em andamento.	100

GOVERNO DE
PERNAMBUCO
ESTADO DE MUDANÇA

SECRETARIA
DA CONTROLADORIA
GERAL DO ESTADO

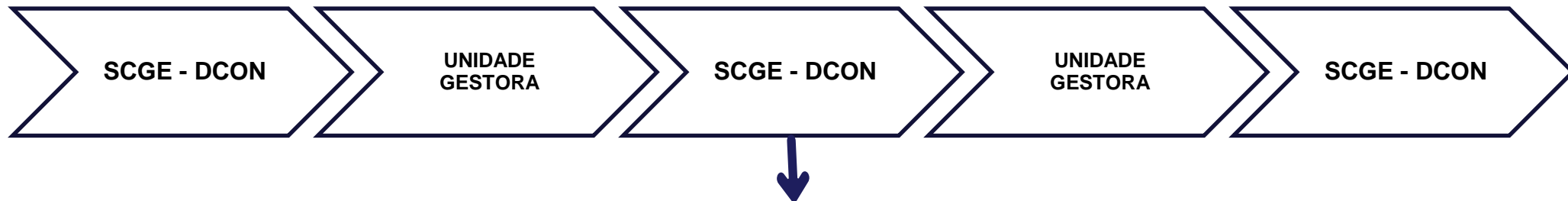
Autoavaliação - IARGT

O **Indicador de avaliação de risco na gestão de transferências - IARGT** tem por objetivo avaliar o atendimento dos requisitos mínimos para a formalização de novos convênios e contratos de repasse pelos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual.

As dimensões I a IV referem-se aos fatores associados à **probabilidade** de ocorrência do evento de risco, enquanto as dimensões V e VI referem-se aos fatores associados ao **impacto** do evento de risco.



Fluxograma

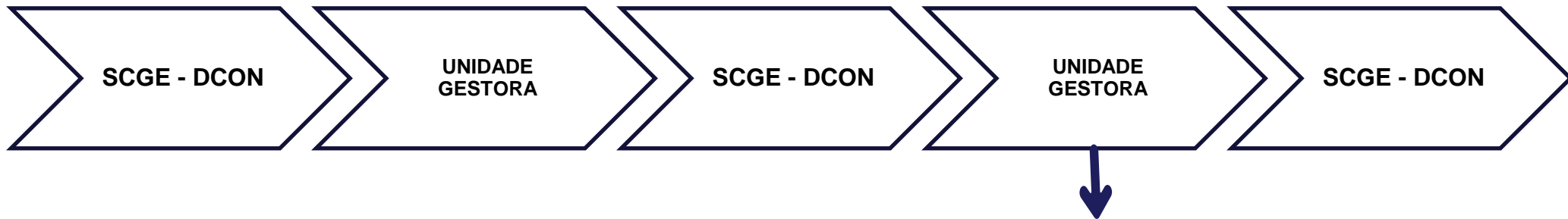


- Analisa as respostas do questionário
- Equipe técnica do IARGT realiza procedimentos de auditoria para validação da autoavaliação



IARGT

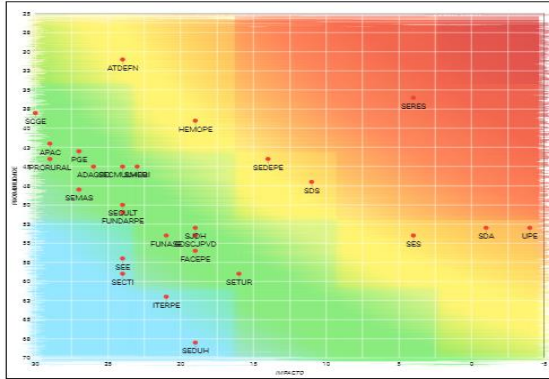
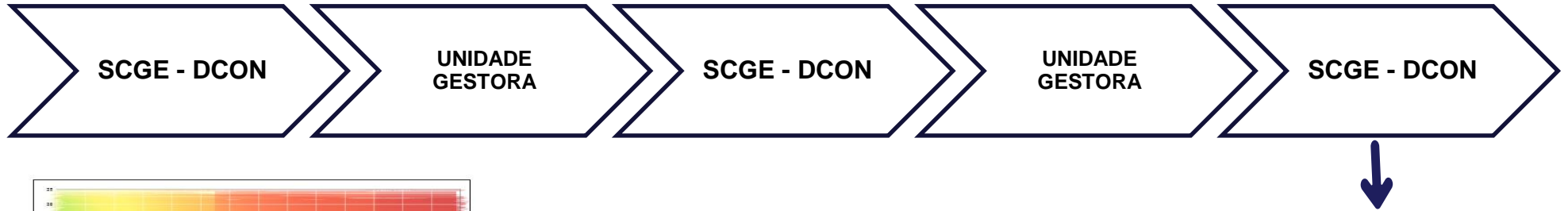
Fluxograma



- Apresenta justificativas ou documentação complementar, caso solicitado pela equipe de auditoria do IARGT



Fluxograma



PONTO DE CONTROLE	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
1. O órgão/entidade possui, em sua estrutura, setor específico com atribuições definidas para gestão, celebração, execução e prestação de contas dos instrumentos celebrados pelo Poder Executivo Estadual?	28	14	0
2. Há equipe técnica designada para a gestão, celebração, execução e prestação de contas dos instrumentos celebrados pelo Poder Executivo Estadual?	35	6	0
3. O órgão/entidade possui, em sua estrutura, Unidade Controle Interno, conforme o Decreto Estadual nº 47.087/2019?	0	2	40
4. Há equipe técnica designada para a Unidade Controle Interno, conforme o Decreto Estadual nº 47.087/2019?	33	5	0
5. O órgão/entidade possui, em sua estrutura, setor responsável pela análise de prestação de contas dos convênios e demais instrumentos de transferência?	0	0	42
6. Há equipe técnica designada para realizar a análise de prestação de contas dos convênios e demais instrumentos de transferência, respeitante ao princípio de segregação de funções?	0	0	42
7. O órgão/entidade possui, em sua estrutura, setor responsável pelo seu planejamento estratégico, tático e operacional?	0	0	42
8. Há equipe técnica designada para promover o planejamento estratégico, tático e operacional?	0	0	42
9. Os perfis dos usuários dos sistemas relacionados à gestão de transferências voluntárias são atualizados?	0	0	42
10. Existem procedimentos estabelecidos e formalizados para atualização dos cadastros de usuários nas plataformas do Governo Federal?	0	0	42
11. Existe monitoramento da devolução dos recursos não utilizados na execução do instrumento?	17	25	0
12. Os procedimentos relacionados à proposição e celebração dos instrumentos estão identificados e formalizados?	26	15	0
13. Os procedimentos relacionados à execução dos instrumentos estão identificados e formalizados?	26	15	0
14. Os procedimentos relacionados à prestação de contas dos instrumentos estão identificados e formalizados?	26	15	0
15. A área responsável pela gestão de convênios realiza o monitoramento dos prazos relacionados aos instrumentos (prorrogações, prestação de contas, etc)?	30	12	0
16. A área responsável pela gestão de convênios realiza o monitoramento da execução financeira do objeto?	30	12	0
17. A área responsável pela gestão de convênios realiza o monitoramento da execução física do objeto?	7	1	0
18. O órgão/entidade dispõe de estrutura adequada para o gerenciamento do processo de execução?	0	0	42
19. O órgão/entidade dispõe de estrutura adequada para a fiscalização do processo de execução?	0	0	42
20. Os processos de Tomada de Contas Especial são efetivamente acompanhados?	17	25	0
21. Existe monitoramento do atendimento às solicitações e recomendações do Concedente?	27	15	0
22. A equipe técnica da área de gestão de convênios realiza capacitações periódicas?	0	0	42
23. Os gestores e focos de contato possuem a qualificação mínima necessária para o desenvolvimento das atividades?	0	0	42
24. O órgão/entidade elabora planos de capacitação e desenvolvimento?	24	10	0
25. A equipe técnica da área de gestão de convênios possui a qualificação mínima necessária para o desenvolvimento das atividades?	0	0	42
26. O órgão/entidade realiza o mapeamento e o tratamento dos riscos associados à proposição e celebração da execução do projeto/atividade?	2	40	0
27. O órgão/entidade realiza o mapeamento e o tratamento dos riscos associados à execução do projeto/atividade?	2	40	0
28. O órgão/entidade realiza o mapeamento e o tratamento dos riscos associados à prestação de contas projeto/atividade?	2	40	0

- Elabora a matriz de risco
- Publica resultado do IARGT





Estrutura dos Pontos de controle - IARGT

DIMENSÃO	Nº	PONTO DE CONTROLE	PONTUAÇÃO
Estrutura de governança	1	O órgão/entidade possui, em sua estrutura, setor específico com atribuições definidas para coordenação e gestão das transferências voluntárias da União ?	10
	2	O órgão/entidade possui, em sua estrutura, setor específico com atribuições definidas para coordenação e gestão dos convênio de despesa e das parcerias celebrada com as OSC (caso existentes) ?	10
	3	A unidade de Controle Interno do órgão/entidade realiza o monitoramento da execução e prestação de contas das transferências voluntária e das parcerias celebradas com OSC (caso existentes) ?	3
	4	A unidade de controle interno do órgão/entidade realiza o monitoramento das exigências do concedente e das recomendações dos órgãos de controle relativas às transferências voluntária e das parcerias celebradas com OSC (caso existentes) ?	3
	5	O órgão/entidade possui, em sua estrutura, setor responsável pela análise da prestação de contas dos instrumentos de transferência (convênios de receita e de despesa e parcerias) ?	3
	6	O órgão/entidade possui, em sua estrutura, setor responsável pela captação de recursos ?	2
	7	O órgão/entidade aderiu ao Modelo de Governança e Gestão (Gestão.gov.br) ?	2



Estrutura dos Pontos de controle - IARGT

DIMENSÃO	Nº	PONTO DE CONTROLE	PONTUAÇÃO
Atuação	8	Os perfis dos usuários dos sistemas relacionados à gestão de transferências voluntárias são atualizados ?	1
	9	Existem procedimentos estabelecidos e formalizados para atualização dos cadastros de usuários na plataforma TRANSFEREGOV ?	1
	10	Existe monitoramento da devolução dos recursos não utilizados na execução do instrumento ?	1
	11	Os procedimentos relacionados à proposição e celebração dos instrumentos estão identificados e formalizados ?	1
	12	Os procedimentos relacionados à execução dos instrumentos estão identificados e formalizados ?	1
	13	Os procedimentos relacionados à prestação de contas dos instrumentos estão identificados e formalizados ?	1
	14	A área responsável pela gestão de transferências e parcerias realiza o monitoramento dos prazos relacionados aos instrumentos (prorrogações, prestação de contas, etc.)?	2
	15	Os processos de contratação (compras, convênio e parcerias) realizados com recursos de Transferências Especiais são monitorados pela área responsável (caso existentes) ?	2



Estrutura dos Pontos de controle - IARGT

DIMENSÃO	Nº	PONTO DE CONTROLE	PONTUAÇÃO
Atuação	16	A área responsável pela gestão de transferências e parcerias realiza o monitoramento da execução financeira do objeto ?	3
	17	A área responsável pela gestão de transferências e parcerias realiza o monitoramento da execução física do objeto ?	3
	18	O órgão/entidade dispõe de estrutura adequada para o gerenciamento dos processo de execução (contratos) ou das parcerias ?	3
	19	O órgão/entidade dispõe de estrutura adequada para a fiscalização dos processo de execução (contratos) ou das parcerias ?	3
	20	Existe monitoramento do atendimento às solicitações e recomendações do Concedente ?	3
	21	O órgão/entidade realiza o acompanhamento das Tomadas de Contas Especiais instauradas devido a não aprovação de prestação de contas?	2
Gerenciamento de pessoas	22	A equipe técnica da área de gestão de convênios realiza capacitações periódicas ?	1
	23	Os gestores e fiscais de contrato possuem a qualificação mínima necessária para o desenvolvimento das atividades ?	1
	24	O órgão/entidade elabora planos de capacitação e desenvolvimento ?	1
	25	A equipe técnica da área de gestão de convênios possui a qualificação mínima necessária para o desenvolvimento das atividades ?	1



Estrutura dos Pontos de controle - IARGT

DIMENSÃO	Nº	PONTO DE CONTROLE	PONTUAÇÃO
Gerenciamento de Riscos	26	O órgão/entidade realiza o mapeamento e o tratamento dos riscos associados à proposição e celebração da execução do projeto/atividade ?	3
	27	O órgão/entidade realiza o mapeamento e o tratamento dos riscos associados à execução do projeto/atividade ?	3
	28	O órgão/entidade realiza o mapeamento e o tratamento dos riscos associados à prestação de contas projeto/atividade ?	3
Desempenho	29	Não há Instrumentos com baixa execução financeira?	0 a 2
	30	Não há instrumentos do órgão/entidade que não atingiram integralmente os objetivos ?	0 a 3
	31	Não há instrumentos de receita com prestação de contas em atraso ?	0 a 2
	32	Não há instrumentos de despesa com análise de prestação de contas em atraso ?	0 a 2
	33	Não há instrumentos de receita com prestação de contas reprovadas ?	0 a 3





Estrutura dos Pontos de controle - IARGT

DIMENSÃO	Nº	PONTO DE CONTROLE	NÍVEL	PONTUAÇÃO
Materialidade	34	Montante de recursos de transferência da união recebidos pelo órgão/entidade	NÍVEL 1	10
			NÍVEL 2	8
			NÍVEL 3	5
			NÍVEL 4	3
			NÍVEL 5	0
	35	Quantidade de instrumentos gerenciados pelo órgão/entidade	NÍVEL 1	5
			NÍVEL 2	4
			NÍVEL 3	3
			NÍVEL 4	2
			NÍVEL 5	0
PONTUAÇÃO TOTAL DO IARGT				100





Gestão das Transferências de Recursos da União



O novo módulo no sistema e-Fisco para Gestão das Transferências de Recursos da União - GTU consiste em **importar e gerir** todas as etapas possíveis dos convênios, contratos de repasse e Termos de Compromisso, firmados entre o Governo Federal e o Estado de Pernambuco, inseridas no módulo Transferências Discricionárias e Legais do Transferegov.br, antigo Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (Siconv), utilizando a base de dados abertos deste, de modo a **evitar o retrabalho** dos gestores na inserção de informações já registradas, tendo em vista que, atualmente, os registros são efetuados tanto no e-Fisco quanto no Transferegov.br, de maneira a concatenar os lançamentos realizados em ambos.

Recurso proveniente do BID

Prazo limite de entrega: Outubro/2025



RESUMO

PROJETO	Implantação de novo módulo do e-Fisco - GTU - Gestão das Transferências de Recursos da União.
CLIENTE FINAL	<ul style="list-style-type: none">• Gestores de Convênio (UGE);• Órgãos de Controle;• Gestor Financeiro (UGE);• Contadores (GCT);• Câmara de Programação Financeira (CPF); etc.
PROBLEMÁTICA	Inconsistência de valores, ausência de informações, retrabalho, ausência de acompanhamento/fiscalização da execução do convênio.
BENEFÍCIOS	Apoio à conciliação financeira/contábil, produção de informações para construção de painéis, facilitação da transparência e das ações de controle.
DIFERENCIAIS	Permite a integração do Transferegov.br com o sistema financeiro Estadual (e-Fisco), de modo a evitar a duplicidade de esforços para lançamento de informações, bem como possibilita a emissão de alertas de controle, com melhor usabilidade.





Fases dos Instrumentos

ATOS PREPARATÓRIOS

1. Programa;
2. Proposta;
3. Plano de Trabalho;
4. Análise e Ajuste;
5. Formalização e Celebração.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

1. Prestar Contas;
2. Análise;
3. Registros;
4. Eventos.

EXECUÇÃO

1. Processo de Execução;
2. Aceite;
3. Contrato;
4. Liberação de Recurso;
5. Documento de Liquidação;
6. OBTV;
7. Acompanhamento e Fiscalização;
8. Relatórios.

Apenas a parte final da fase de Atos Preparatórios (formalização e celebração) será contemplada no GTU.





GTU - Macroatividades do Projeto

MACROATIVIDADES

EXECUÇÃO

Macro 1 - Importar dados do Transferegov

EXECUÇÃO

Macro 2 - Pré-cadastrar Instrumento

EXECUÇÃO

Macro 3 - Cadastrar Instrumento

EXECUÇÃO

Macro 4 - Processos de Execução

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Macro 5 - Prestação de Contas

NOTIFICAÇÕES

Macro 6 - Notificações

Fase atual do projeto

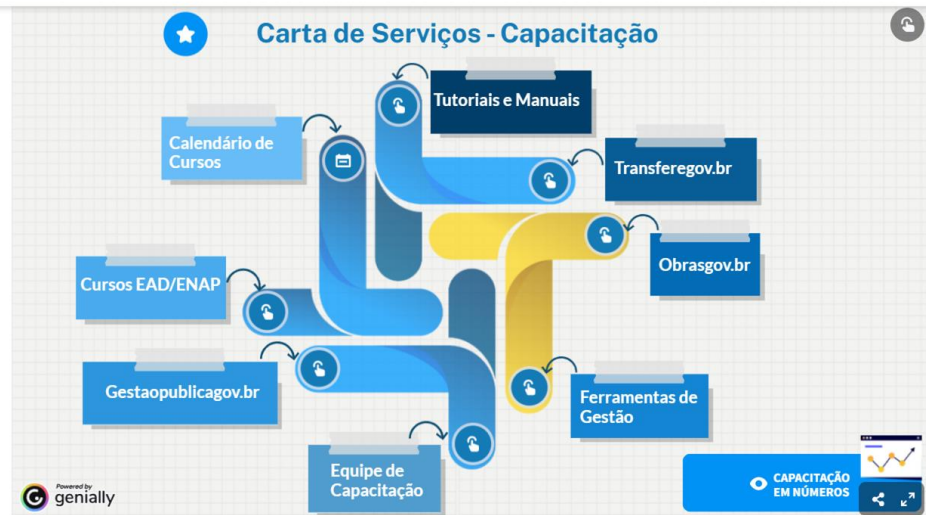




Material de Apoio

Transferegov.br

O que você procura?



<https://www.gov.br/transferegov/pt-br/rede-parcerias>

<https://www.gov.br/transferegov/pt-br>

<https://transparencia.pe.gov.br/receitas/transferencias-obrigatorias-da-uniao/>



Coordenadoria de Convênios de Despesa - CCD



**ESCOLA DE
CONTROLE
INTERNO**

PROF. FRANCISCO
RIBEIRO • SCGE/PE



PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**

Secretaria
da Controladoria
Geral do Estado



GOVERNO DE
**PER
NAM
BU**
ESTADO DE MUDANÇA



Transferências de Recursos

Convênios de DESPESA



Termos de Colaboração
Termos de Fomento
Acordo de Cooperação





Transferências Voluntárias

LRF - Lei Complementar nº 101/2000;
Decreto Estadual nº. 39.376/13 e nº 44.474/2017;
Portaria SCGE nº 55/13;
Portaria Conjunta SCGE/SEFAZ/SEPLAG nº 001/17;
Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei Estadual nº 18.661/24 - para o exercício de 2025;





Introdução

Modalidades de Transferências



Transferências Compulsórias

Constitucionais

Legais

SUS



Transferências Voluntárias

Convênios

Conceito de Transferência Compulsória

□ As transferências compulsórias compreendem os repasses de recursos financeiros de uma entidade política para outra por força do ordenamento jurídico, notadamente da Constituição Federal. São ditas obrigatórias porque independem da vontade dos entes envolvidos, decorrem de lei e fazem parte do acordo federativo do país.



Introdução

Conceito de Transferência Voluntária

É a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde. (Art. 25, LRF).

Convênio: Acordo ou ajuste que estabelece vínculo de colaboração entre as partes e disciplina a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual, visando à execução conjunta de programa de governo, projeto, atividade ou evento de relevância pública e interesse recíproco. (Art. 1º, §1º, III, Decreto Estadual nº 39.376/13).



Introdução

Transferência Voluntária

A transferência voluntária observa a discricionariedade, ou seja, os critérios de conveniência e oportunidade, para que o gestor público decida quanto ao repasse do recurso, diferentemente daquele repasse estabelecido em disposição legal ou constitucional, cujo cumprimento é obrigatório.





Introdução

Principais Características

1 Interesses recíprocos

2 Mútua colaboração

3 Conjugação de esforços dos partícipes para atingimento de finalidade comum

4 Utilização exclusiva dos recursos no objeto do convênio



Introdução

A execução das transferências voluntárias requer a observância de normas federais e estaduais que disciplinam, principalmente, os procedimentos a serem adotados na transferência de recursos, os requisitos exigidos para o repasse e as regras de prestação de contas de modo que haja a regular aplicação dos recursos públicos e o atingimento dos objetivos do convênio. As principais normas acerca do tema são:



Fundamento Legal

- Lei Federal N° 13.019/14;
- Decreto Estadual nº. 39.376/13 e nº 44.474/2017;
- Portaria SCGE nº 55/13;
- Decreto nº 41.466/15;
- **Portaria Conjunta SCGE/SEFAZ/SEPLAG nº 001/17;**
- Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei Estadual nº 18.661/24 - para o exercício de 2025;
- LRF - Lei Complementar nº 101/2000;





Decreto Estadual nº 39.376/2013



Fundamentação Legal

**Decreto Estadual nº
39.376/13 + Portaria
SCGE nº 55/13**

**Convênios com Entes
Públicos e entidades
privadas sem fins
econômicos**

**Decreto Estadual nº
44.474/17**

**Parcerias com
Organizações da
Sociedade Civil- OSC
*MROSC - Lei nº 13.019/14**



Decreto Estadual nº 39.376/13

Art. 1º Este Decreto regulamenta as transferências voluntárias de recursos do Tesouro Estadual mediante celebração de convênios com órgãos ou entidades públicas ou entidades privadas sem fins econômicos, para a execução conjunta de programas de governo, projetos, atividades ou eventos de relevância pública e interesse recíproco.



Participantes



Concedente - órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, direta ou indireta, **responsável pela transferência dos recursos** financeiros destinados à execução do objeto do convênio



Conveniente - órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta de qualquer unidade da Federação, bem como entidade privada sem fins econômicos, com o (a) qual a **Administração Estadual celebra convênio para a execução conjunta de programa governamental, projeto, atividade, ou evento;**



Interveniente - órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, ou entidade privada que participa do convênio para manifestar consentimento ou assumir obrigações em nome próprio





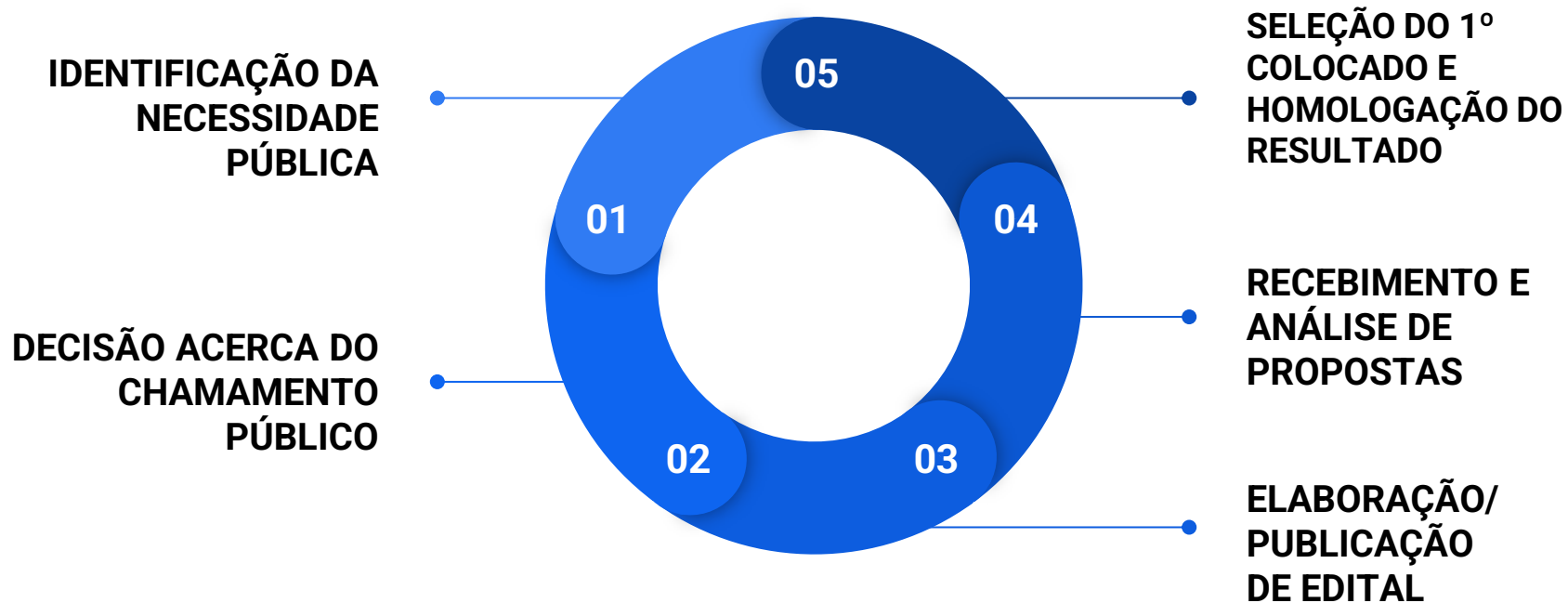
Etapas de Celebração dos Convênios





Etapas de Celebração dos Convênios

Etapas do Planejamento



Fase: Planejamento

Chamamento Público



- Processo seletivo de propostas de convênio;
- Visa selecionar a melhor proposta, bem como aferir a capacidade técnica e operacional do proponente para realizar o objeto do convênio, observado o princípio impessoalidade;
- Facultativo para celebração de convênios com entes públicos.



Fase: Planejamento



Elaboração de Edital

O edital do chamamento público é o instrumento no qual são **definidas todas as regras da seleção**, de modo que os interessados possam ser informados sobre como e quando devem encaminhar suas propostas e quais os critérios para definição do vencedor.



Fase: Planejamento

PLANO DE TRABALHO

Detalhamento das ações que serão executadas pelo conveniente e tem por finalidade orientar o concedente em relação ao acompanhamento de **metas, etapas e fases da execução** do objeto convenial, além de estabelecer parâmetros objetivos para a correta **composição e apresentação** dos elementos constitutivos da sua **prestação de contas**.



Fase: Planejamento

Certificado de Regularidade de Transferências Estaduais - CERT

- O CERT corresponde a documento expedido pela SCGE para os órgãos e entidades públicas ou entidades privadas sem fins econômicos (OSC) considerados habilitados à celebração de convênios, após análise dos respectivos processos no Cadastro de Regularidade de Transferências Estaduais - CRT.
- O interessado deve acessar o site da [SCGE](#) no qual estão disponibilizados: manual do CRT, checklists da documentação a ser enviada para análise, modelos de declaração, link para acesso ao sistema.



Fase: Planejamento

Em que situações deve ser apresentado CERT



Envio de propostas/planos de trabalho



Celebração de convênios



Aditamentos de valor



Fase: Celebração

“Ação de competência exclusiva do **ente transferidor** dos recursos que consiste em **avaliar a viabilidade** da proposta de convênio apresentada pelo proponente/conveniente, **verificar o atendimento das exigências** necessárias para a efetivação de transferências voluntárias de recursos públicos, **analisar** e aprovar ou rejeitar o **plano de trabalho**, elaborar e publicar o **instrumento de convênio**. (GESTÃO DE CONVÊNIOS, Escola de Serviço Público do Espírito Santo)



Fase: Celebração

DAS CONDIÇÕES DE CELEBRAÇÃO



Abertura de conta específica



Licença Ambiental Prévia



Exercício Pleno sobre o Imóvel



Contrapartida





Fase: Celebração

DAS CONDIÇÕES DE CELEBRAÇÃO



Emissão de Empenho



Visto do Setor Técnico e Jurídico



Gestor do Convênio



Visto da PGE



Fase: Celebração

CONTRAPARTIDA - ASPECTOS IMPORTANTES

- Percentuais mínimos de Contrapartida - LDO vigente:

Habitantes	% de Contrapartida
até 50.000	2%
acima de 50.000 até 100.000	5%
Demais Municípios.	10%

Admite-se redução dos limites de contrapartida, mediante justificativa do titular do órgão concedente, desde que observadas as hipóteses previstas na LDO. (§3º do art. 25 da LDO- 2025)





Fase: Celebração

O cumprimento das condições de celebração é exigido no momento da **assinatura do respectivo convênio, bem como da assinatura dos correspondentes aditamentos**, sendo dispensável nas liberações financeiras de recurso, que devem obedecer ao cronograma de desembolso previsto no convênio.



Fase: Celebração

**Valores de
convênios
para 2025**

Art. 25.(...)

§ 8º Fica estabelecido o **valor mínimo de R\$ 60.000** (sessenta mil reais) para as transferências previstas no caput, admitidas, excepcionalmente, a celebração com valores inferiores mediante autorização do Chefe do Poder Executivo ou Secretário da Casa Civil

§ 9º Para fins de alcance dos limites estabelecidos no parágrafo 8º, é permitido o estabelecimento de consórcio entre os órgãos e entidades da Administração Pública direta ou indireta dos municípios.

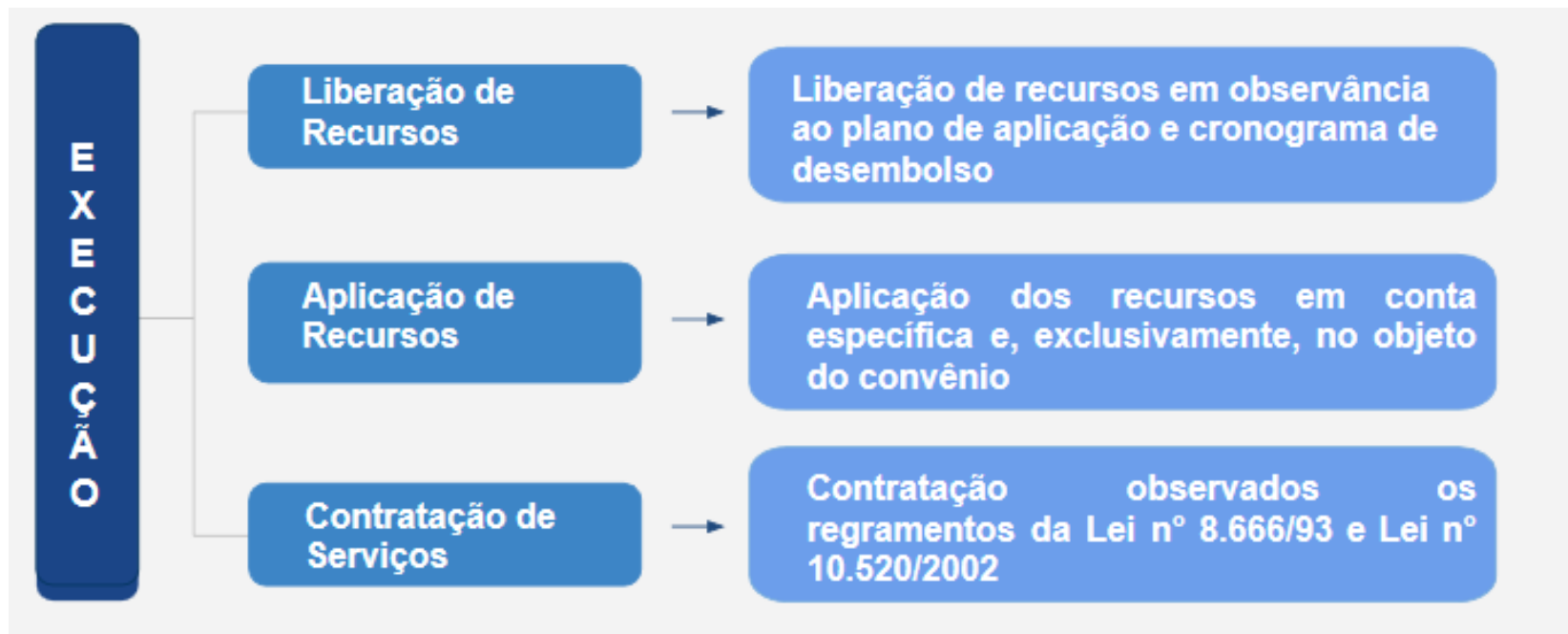


Fase: Execução

□ “Fase em que são desenvolvidas pelo conveniente as atividades que visam à **consecução do objeto** do convênio, por meio da plena e efetiva execução das metas físicas e financeiras previstas no plano de trabalho e pactuadas com o concedente no instrumento convenial.” (GESTÃO DE CONVÊNIOS, Escola de Serviço Público do Espírito Santo)



>>> Fase: Execução



Fase: Execução

Da Movimentação dos recursos

A movimentação financeira far-se-á em **conta bancária específica**;

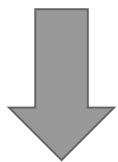
Os pagamentos a terceiros, no âmbito da execução das atividades objeto do convênio, serão realizados exclusivamente mediante **crédito na conta bancária** de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços;

Pagamentos realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade do próprio conveniente, nos casos de ressarcimento decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo concedente.

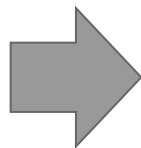


>>> Fase: Execução

DA APLICAÇÃO DOS
RECURSOS (enquanto
não empregados em sua
finalidade)



- **Caderneta de poupança**
- previsão de uso dos recursos igual ou superior a um mês.
- **Fundo de aplicação financeira** - utilização ocorrer em prazos inferiores a um mês.



- Rendimentos de aplicação devem ser usados, obrigatoriamente, no objeto do convênio, sendo sujeitas às mesmas condições de prestação de contas do recurso principal;
- Rendimentos de aplicação não podem ser usados como contrapartida.

Fase: Execução

Da Alteração dos Convênios

O convênio deverá ser executado em estrita observância às cláusulas avençadas e às normas pertinentes, sendo vedado alterar seu objeto, exceto no caso de ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto conveniado.

O convênio poderá ser alterado mediante proposta, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao concedente dentro do prazo de vigência do convênio.



Fase: Acompanhamento e Fiscalização

A execução será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto, respondendo o conveniente pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do convênio ou instrumento congênere..” (GESTÃO DE CONVÊNIOS, Escola de Serviço Público do Espírito Santo)



Fase: Acompanhamento e Fiscalização

GESTOR DO CONVÊNIO



A execução do convênio deve ser acompanhada por um representante do concedente, especialmente designado, que anotará, no relatório de acompanhamento da execução do objeto, todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, registrando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.



Fase: Acompanhamento e Fiscalização

GESTOR DO CONVÊNIO


- Valer-se de apoio técnico de terceiros;
- Delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, com tal finalidade;
- Reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento.



Fase: Acompanhamento e Fiscalização



Comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável e nos termos do convênio;



Compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no Plano de trabalho e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;



Cumprimento das metas do Plano de Trabalho nas condições estabelecidas.

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO OBJETO



Fase : Prestação de Contas

□ “Consiste na **comprovação**, por parte do conveniente, **aplicação dos recursos públicos transferidos** pelo concedente, estabelecimento do nexo entre o desembolso dos recursos comprovantes de despesas apresentados.” (GESTÃO DE CONVÊNIOS, Escola de Serviço Público do Espírito Santo)



>>> Fase : Prestação de Contas



Fase : Prestação de Contas

Prestação de Contas Final



É exigida quando do término da vigência do convênio ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro e deverá ser apresentada no prazo de 30 (trinta) dias.

Prestação de Contas Parcial



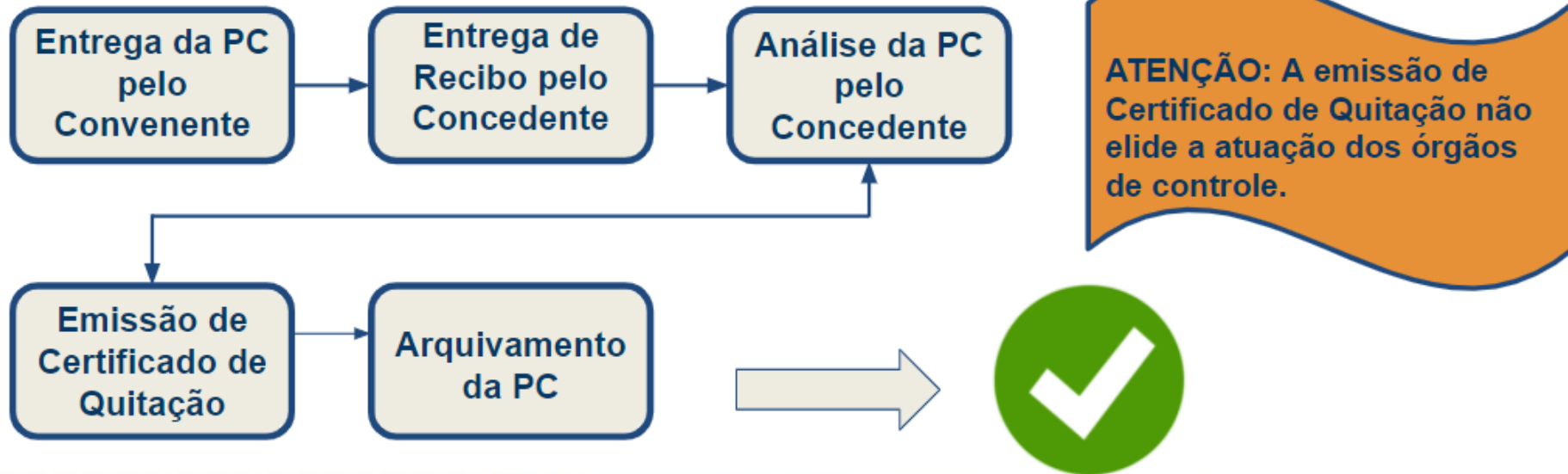
É exigida conforme o previsto no instrumento convenial, observado o cronograma de liberação dos recursos.





Fase : Prestação de Contas

FLUXO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS



Fase : Prestação de Contas

- As despesas deverão ser comprovadas, nas prestações de contas parcial e final, mediante documentos originais, devendo as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios ser emitidos em nome do conveniente e devidamente identificados com o número do convênio.
- Excepcionalmente, serão admitidas segundas vias dos documentos, desde que observado o que preceitua o Código de Administração Financeira do Estado de Pernambuco, quanto ao extravio de documentos.



>>> Fase : Prestação de Contas

A Prestação de Contas pode ser observada pelos seguintes aspectos:

- ❖ **FÍSICO** - Foco no cumprimento do objeto pactuado e o atingimento dos objetivos do convênio.
- ❖ **FINANCEIRO** - Foco na regularidade da aplicação dos recursos repassados ao conveniente.



Fase : Prestação de Contas

**NÃO
APROVAÇÃO
DA
PRESTAÇÃO
DE CONTAS**



**AUSÊNCIA DE
PRESTAÇÃO
DE CONTAS**

**Suspensão de
parcelas
subsequentes**



**Prazo de 30 dias
para a apresentação
da PC ou
recolhimento dos
valores**

**Adoção de
medidas
administrativas**

**Instauração de
Tomada de Contas
Especial (*)**

*** Responsabilização solidária /
Comunicação de TCESP à SCGE**



Fase : Prestação de Contas

Da Restituição dos Valores



Os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao concedente, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento.

A devolução observará a proporcionalidade dos recursos transferidos e os da contrapartida financeira previstos na celebração, independentemente da época em que foram aportados pelas partes.

O recolhimento dos recursos será à conta única do Estado.



Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC

Lei Federal nº 13.019/2013
Decreto Estadual nº
44.474/2014



**ESCOLA DE
CONTROLE
INTERNO**

PROF. FRANCISCO
RIBEIRO • SCGE/PE




PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**

Secretaria
da Controladoria
Geral do Estado



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCA**
ESTADO DE MUDANÇA



lógica processual da Lei 13.019/14

A parceria entre os órgãos ou entidades da administração pública e as OSCs envolve cinco fases principais:

**Planejamento e
Gestão
Administrativa**

**Seleção e
Celebração**

Execução

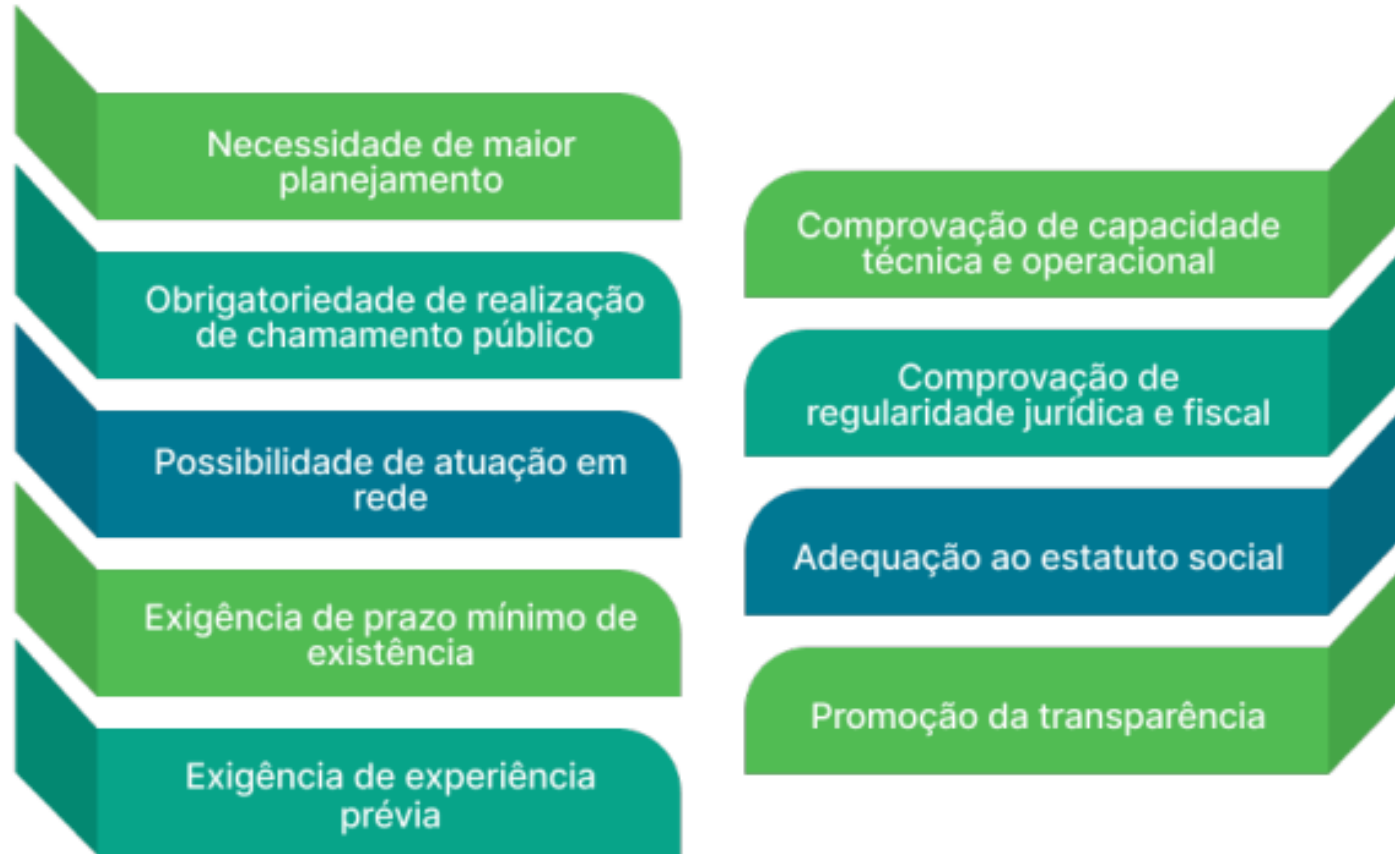
**Monitoramento
e Avaliação**

**Prestação de
Contas**



Elementos do MROSC

INOVAÇÕES TRAZIDAS PELA NOVA LEGISLAÇÃO





Elementos do MROSC

Organização da Sociedade Civil

Engloba **associações, fundações, cooperativas e organizações religiosas**. Não se exige certificação

Instrumento Jurídico Próprio

Substitui os convênios por instrumentos próprios, mantendo os convênios apenas entre **entes federativos** e nos casos do inciso IV do art. 3º.

Termo de Colaboração

Execução de projetos ou atividades parametrizadas pela administração pública.

Termo de Fomento

Incentivo ou reconhecimento de projetos desenvolvidos ou criados por organizações da sociedade civil.

Acordo de Cooperação




Parcerias sem transferência de recursos financeiros, com ou sem compartilhamento de recurso patrimonial.



Instrumentos Jurídicos

TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE FOMENTO

 FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	ATUAR EM COLABORAÇÃO COM AS OSC'S PARA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.	INCENTIVAR E RECONHECER AÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO DESENVOLVIDAS PELAS OSC'S.
 CONCEPÇÃO	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
 GESTÃO PÚBLICA DEMOCRÁTICA	A COLABORAÇÃO DAS OSC'S COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INCENTIVA A PARTICIPAÇÃO SOCIAL APROXIMANDO AS DEMANDAS LOCAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E COMPARTILHANDO OS RESULTADOS.	O FOMENTO ÀS INICIATIVAS DAS OSC'S INCENTIVA A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E ASSEGURA MAIOR AUTONOMIA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, ALÉM DE CONTRIBUIR PARA A INOVAÇÃO E MAIOR ALCANCE DA ATUAÇÃO ESTATAL.
 FORMA DE SELEÇÃO	PRÉVIA, VIA CHAMAMENTO PÚBLICO.	PRÉVIA, VIA CHAMAMENTO PÚBLICO.
 OBJETIVO	EXECUÇÃO DE PROJETO OU ATIVIDADE.	INCENTIVO ÀS PROJETOS.
 PLANO DE TRABALHO	A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PROPÕE OS TERMOS ESTABELECENDO PARÂMETROS MÍNIMOS, DETERMINANDO OBJETO, INDICADORES E METAS PARA QUE AS OSC'S COMPLEMENTEM A ATUAÇÃO ESTATAL COM A SUA EXPERTISE, MEDIANTE AÇÕES CONHECIDAS E ESTRUTURADAS.	MAIS LIBERDADE PARA CONSTRUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO, POIS VISA ATENDER UMA DEMANDA DA PRÓPRIA ORGANIZAÇÃO. PERMITE APRESENTAREM IDEIAS COM CARACTERÍSTICAS EXCLUSIVAS DA OSC COMO INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE.



Elementos do MROSC

Abrangência Nacional

Administração direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios

Novos fundamentos, diretrizes e princípios

Participação social, gestão pública democrática e fortalecimento da sociedade civil, entre outros.

Chamamento Público obrigatório

Transparência e democratização do acesso às parcerias com os editais. Comissão de Seleção ou Conselho Gestor

Plataforma eletrônica

Gestão das parcerias processadas na plataforma eletrônica de cada ente federativo

Contrapartida facultativa

Não será exigida contrapartida financeira, sendo facultativa a de bens e serviços

Elementos do MROSC

Tempo de existência e sede

03 anos no âmbito federal comprovados por cadastro ativo no CNPJ. São 02 anos para os estados e 01 ano para os municípios. Deve comprovar endereço de funcionamento por documento como conta de consumo ou contrato de locação. Manter CNPJ atualizado

Experiência e capacidade técnica

Comprova experiência (federal: 1 ano) na realização do objeto da parceria ou de objeto semelhante por: instrumentos de parceria firmados com outras pessoas jurídicas; relatórios de atividades; publicações e pesquisas; currículos; declarações de experiência e capacidade; prêmios de relevância. Não se confunde com capacidade instalada.

Regularidade Fiscal

i) Certidão de débitos relativos a créditos tributários federais e à dívida ativa da União; ii) certificado de regularidade do FGTS; e iii) certidão negativa de débitos trabalhistas — CRT

Vedações para celebrar parcerias

OSC com: i) Omissão de prestar contas de parceria; ii) dirigente membro de Poder ou MP, ou parente até 2º. grau; iii) contas rejeitadas pela Adm. nos últimos 5 anos; iv) efeito de sanções administrativas; v) contas da OSC ou dirigente julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal de Contas nos últimos 8 anos.



Elementos do MROSC

Comissão de Seleção

Seleção feita por **Comissão de Seleção ou Conselho Gestor de Fundos**

Atuação em rede

Agregação de projetos, valorizando as redes e a integração entre OSCs (federal: previsão no edital).

Acessibilidade

Pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida com previsão no edital e garantia de inclusão na capacitação e comunicação.

Inexigibilidade

Natureza singular do objeto da parceria; acordo internacional; subvenção social.

Dispensa de Chamamento

I) Urgência, II) calamidade pública, III) programa de proteção, IV) serviços continuados em assistência social, educação e saúde.

Emenda Parlamentar

Ausência de chamamento público na alocação do orçamento com escolha do beneficiário por parlamentar

Elementos do MROSC

Monitoramento e Avaliação

Comissões de Monitoramento e Avaliação nos órgãos, visita técnica in loco e pesquisa de satisfação junto a beneficiários

Prestação de Contas

Verificar o **alcance de metas e o cumprimento do objeto** da parceria. Foco no controle de resultados.

Ações Compensatórias

Apresentação de novo plano de trabalho para devolução de recursos, desde que não tenha havido fraude ou não seja o caso de restituição integral.

Prescrição das sanções

Prazo de 5 anos de prescrição para aplicação de sanções, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas.

Harmonia com políticas setoriais

Observância das competências das políticas setoriais e de suas instâncias de pactuação e deliberação

Elementos do MROSC

Procedimento de Manifestação de Interesse Social

Elaboração de propostas para realização de chamamento público pelas próprias OSCs, movimentos sociais e cidadãos interessados.

Entrada em vigor

23 de janeiro de 2016, para União, DF e Estados.
1º de janeiro de 2017, para Municípios.



Elementos do MROSC

O QUE MUDA PARA AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

- **Regime jurídico próprio**, mais adequado à forma de funcionamento das organizações
- **Clareza** sobre as regras a serem cumpridas, que antes **variavam ano a ano, entre órgãos e entre entes**
- Permite **pagamento da equipe de trabalho** e de **despesas administrativas**, proporcionalmente ao uso no objeto da parceria
- Cria os **Termos de Colaboração** (iniciativa da administração, para execução de políticas) de **Fomento** (para fomentar ideias novas, que contribuam para as políticas públicas - permite a iniciativa da sociedade civil) e o **Acordo de Cooperação** (parcerias sem transferência de recursos financeiros)

O QUE MUDA PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- **Organiza, em uma única lei nacional**, o regramento do repasse de recursos para OSC
- **Consolida regras** como:
 - **chamamento público**, garantindo transparência e oportunidades iguais;
 - **exigência de “ficha limpa”** para organizações e seus dirigentes;
 - **exigência de tempo de existência** (3 anos) e **experiência** no objeto da parceria
- Simplifica a **prestação e análise de contas** para as parcerias, com **foco no alcance de metas e resultados**
- Amplia as **exigências de planejamento das parcerias** com a sociedade civil

FLUXO MACRO

PARCERIAS COM OSC's (Decreto nº 44.474/2017)

PLANEJAMENTO

Identificar demandas da sociedade

Realizar PMIS, se for o caso

Realizar seleção

Justificar casos de dispensa, inexigibilidade ou emendas

SELEÇÃO

Edital de chamamento público

Termo de colaboração

Termo de fomento

Apresentação das propostas+documentos pelas OSC's

Avaliação das propostas, verificação dos requisitos de celebração e convocação da 1ª classificada provisoriamente para apresentar PT e regulamento de compras

Análise do PT e reg. compras

Prazo para ajustes

Divulgação do resultado

Prazo para recursos

Divulgação do resultado definitivo

CELEBRAÇÃO

Análise dos Apresentação do CERT válido e demais documentos pela OSC

Programação financeira e empenho

Elaborar instrumento

Parecer jurídico, técnico e PGE, se necessário

Assinatura do Termo

Publicação do extrato no DOE

EXECUÇÃO

Liberação de recursos

Utilização de recursos em até 365 dias

Devolução de recursos

Pagamento a fornecedores e guarda da documentação

Solicitação de aditamento / apostilamento, e publicação, se aprovado

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Visita técnica *in loco* / Pesquisa de satisfação

OSC apresenta PC anual (Rel. Parciais de Execução do Objeto e de Execução Financeira)

Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação

PRESTAÇÃO DE CONTAS

OSC apresenta Relatórios Finais de Execução do Objeto e Execução Financeira

OSC realiza previsão de recursos para pagamento de verbas rescisórias

OSC efetua devolução de saldo remanescente

Emissão de Parecer Técnico Conclusivo

Aprovar PC

Aprovar com ressalvas

Rejeitar PC

Ações compensatórias ou ressarcimento ao erário

Solicitar, autorizar, instaurar TCEsp, se for o caso

Fase: Planejamento

Certificado de Regularidade de Transferências Estaduais - CERT

- O CERT corresponde a documento expedido pela SCGE para os órgãos e entidades públicas ou entidades privadas sem fins econômicos (OSC) considerados habilitados à celebração de convênios, após análise dos respectivos processos no Cadastro de Regularidade de Transferências Estaduais - CRT.
- O interessado deve acessar o site da [SCGE](#) no qual estão disponibilizados: manual do CRT, checklists da documentação a ser enviada para análise, modelos de declaração, link para acesso ao sistema.



Fase: Seleção

Edital de Chamamento Público



- Procedimento para selecionar OSC para formalizar termo de colaboração ou termo de fomento
- Tem por objetivo garantir a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos;
- Pode selecionar uma ou mais propostas (previsão em edital do objeto em lotes)
- Deve ser bem planejado e eficaz de forma que atenda às necessidades diagnosticadas
- Pode decorrer do PMIS ou a critério da administração pública para atingir seus objetivos em conformidade com suas políticas públicas.



Fase: Seleção

Edital de Chamamento Público

- Não busca proposta mais vantajosa como na licitação, busca as transformações socioambientais que são de relevância pública, levando em consideração as peculiaridades e complexidade de cada objeto necessárias para a execução das políticas públicas.
- Na seleção, não pode haver distinção ou preferência por participantes em função de localidade ou outros motivos irrelevantes para a execução do objeto, exceto quando amparados em critérios específicos, como por exemplo, ações de fomento em determinada região onde poderão ser selecionadas propostas apenas de organizações sediadas ou atuantes naquele local beneficiando aquela comunidade específica.



Fase: Seleção

EDITAL DE CHAMAMENTO - ASPECTOS IMPORTANTES

É o documento essencial onde são **estabelecidos critérios e condições para a seleção da OSC**. O edital servirá de **roteiro para a elaboração das propostas**, por isso, deve trazer de forma clara quais são os objetivos e deve especificar os pontos importantes para que as OSCs façam seu planejamento técnico, financeiro e o cronograma de execução do objeto.



Fase: Celebração

CONTRAPARTIDA - ASPECTOS IMPORTANTES

O edital **não pode exigir contrapartida financeira** como requisito para celebração da parceria, mas, desde que necessária e devidamente justificada, pode exigir contrapartida em bens e serviços com expressão monetária prevista no edital e identificada no instrumento. A OSC, por sua vez, deverá discriminar os elementos que compõem o objeto da contrapartida e apresentar os parâmetros econômicos a valores de mercado.



Fase: Celebração

Valores de
parcerias para
2025

Valor mínimo de repasse para as transferências estaduais a **entidades privadas sem fins econômicos** → **R\$ 100.000,00 (Cem mil reais)**, salvo emendas parlamentares. A celebração destes instrumentos em valor inferior será **admitida, excepcionalmente, se autorizada pelo Chefe do Poder Executivo ou Secretário da Casa Civil.**

Valor mínimo para transferência de recursos destinados a entidade privadas sem fins econômicos via **emenda parlamentar** → **R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).**



LEGISLAÇÃO

LDO/2025
(Lei nº 18.661, de 02
de setembro de
2024)



Fase: Execução

LIBERAÇÃO DE RECURSOS

A organização da sociedade civil será responsável pelo **gerenciamento dos recursos recebidos**, tanto em relação à parte financeira quanto administrativa.

A administração pública deve indicar a instituição financeira pública onde os recursos da parceria serão depositados

Conta corrente específica que será isenta de tarifa bancária.

Os recursos serão automaticamente aplicados em caderneta de poupança, aplicação de curto prazo ou títulos da dívida pública, enquanto não empregados em sua finalidade, os quais poderão ser utilizados no objeto, se autorizados em termo de apostilamento.



Fase: Execução

LIBERAÇÃO DE RECURSOS

REGRA: Obedecerá ao cronograma de desembolso e guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto da parceria;

EXCEÇÃO: - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

- quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento;
- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.



Fase: Execução

ALTERAÇÕES - TERMO ADITIVO



Fase: Execução

ALTERAÇÕES - TERMO DE APOSTILAMENTO





Monitoramento e Avaliação

Monitoramento e Avaliação	→	Visitas técnicas <i>in loco</i>	Deve ser comunicada com três dias úteis de antecedência e não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria.
	→	Pesquisa de satisfação	Sempre que possível, parcerias com mais de um ano poderá realizar pesquisa de satisfação buscando captar elementos dos usuários para o monitoramento e avaliação na perspectiva do controle dos resultado. Poderá ser realizada em parceria. As OSCs poderão opinar sobre o conteúdo do questionário. O resultado será sempre sistematizado e enviado à OSC, para conhecimento, esclarecimentos e eventuais providências.
	→	Apoio técnico de terceiros	A administração pode utilizar apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local da parceria, para colaborar com as ações de monitoramento.
	→	Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação	O relatório técnico de monitoramento e avaliação do gestor da parceria será submetido à Comissão de Monitoramento e Avaliação para homologação.
	→	Controle Social	Determina que as parcerias estarão também sujeitas aos mecanismos de controle social previstos na legislação, como os conselhos de políticas públicas e de direitos.





Gestor da Parceria



GESTOR DA PARCERIA



ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DA PARCERIA;



INFORMAR AO SEU SUPERIOR HIERÁRQUICO A EXISTÊNCIA DE FATOS QUE COMPROMETAM OU POSSAM COMPROMETER AS ATIVIDADES OU METAS DA PARCERIA E DE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES NA GESTÃO DOS RECURSOS, BEM COMO AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS OU QUE SERÃO ADOTADAS PARA SANAR OS PROBLEMAS DETECTADOS;



EMITIR RELATÓRIO TÉCNICO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO;



EMITIR PARECER TÉCNICO PARA AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DA PARCERIA, EM RELAÇÃO ÀS PRESTAÇÕES DE CONTAS ANUAIS E FINAL;



EMITIR PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO DE ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO O CONTEÚDO DOS RELATÓRIOS TÉCNICOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, QUANDO HOVER;



DISPONIBILIZAR MATERIAIS E EQUIPAMENTOS TECNOLÓGICOS NECESSÁRIOS ÀS ATIVIDADES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.





Prestação de Contas



PRESTAÇÃO DE CONTAS

Objetivos:

- Demonstrar o alcance de metas e dos resultados
- Deve conter elementos que permitam a avaliação acerca:
 - do cumprimento da finalidade;
 - da execução do objeto;
 - do nexo de causalidade da receita e da despesa





Prestação de Contas

Composição:

PRESTAÇÃO DE
CONTAS

- **Relatório de Execução do Objeto, que conterà:**

- a) a demonstração do grau de alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;
- b) a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- c) os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como listas de presenças, fotos, vídeos, entre outros; e
- d) os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver;





Prestação de Contas

Composição:

**PRESTAÇÃO DE
CONTAS**

- **Relatório de Execução Financeira, que conterá:**

- a) a relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
- b) o comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;
- c) o extrato da conta bancária específica;
- d) a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso; e
- e) a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver.



Cadastro de Regularidade de Transferências Estaduais - CRT



Ações:

- Manuais
- Padrões
- Reuniões
- Notas Técnicas
- Telefone
- E-mail (Institucional)



O Cadastro de Regularidade de Transferências Estaduais (CRT) tem por objetivo **assegurar**, perante à Administração Pública Estadual, **a regularidade fiscal e legal dos órgãos e entidades públicas ou privadas** que **pleiteiam recursos** do tesouro estadual por meio de **celebração de convênios** ou outros **instrumentos congêneres**.

O CRT **restringe-se à verificação dos requisitos** para realização de **transferência voluntária**, conceituada pela Lei de Responsabilidade Fiscal como “**a entrega de recursos a outro ente da Federação**, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, **que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS)**”

Benefícios do CRT

- **Consolidação dos requisitos legais** necessários à **habilitação** para celebração de convênios e parcerias com Entes Públicos e Organizações da Sociedade Civil ;
- Aprimoramento do controle (a ser realizado pela SCGE) quanto ao cumprimento das exigências estabelecidas;
- **Facilidade de consulta pelos gestores públicos** da situação no CRT dos interessados em celebrar convênio e parceria;
- Envio de mensagens de **alerta aos usuários** pelo sistema para fins de **atualização do Pré-Cadastro**;
- **Emissão, via internet**, do Certificado de Regularidade de Transferência Estadual – **CERT, CERTN e CERTPN**;
- Manutenção das exigências já contempladas na legislação existente.



Exemplos de Requisitos Legais Abrangidos pelo CRT

- Certidão de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Federal e Estadual;
- Estatuto Social;
- Leis instituidoras e atas recentes que comprovem o efetivo funcionamento dos Conselhos Municipais de Saúde, de Direitos e Tutela da Criança e do Adolescente, de Assistência Social, de Educação, de acompanhamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), bem como da alimentação escolar, no caso de haver convênio firmado com o Estado para municipalização da merenda escolar;
- Relatório de Gestão Fiscal (RGF), Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO);
- Certidão Negativa de Prestação de Contas emitida pela SCGE;
- Cópia do documento de identificação do Representante legal etc.




Demais Requisitos Legais **Não** Abrangidos pelo CRT

- licença ambiental prévia, quando o convênio envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais;
- comprovação, por parte do beneficiário, de previsão orçamentária de contrapartida;
- comprovação do exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, quando o convênio tiver por objeto a execução de obras ou benfeitorias em imóvel;



Certificado de Regularidade de Transferências Estaduais

- Documento expedido pela SCGE/DCON que indica a habilitação no CRT;
- Prazo de validade do CERT corresponde ao **menor prazo de validade dos documentos apresentados** pelos interessados;
- Prazo de expedição pela SCGE – 10 dias úteis;
- Em caso de irregularidades, prazo para regularização – 5 dias úteis.



CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS

Ente Público:	MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES		
CNPJ:	10.377.679/0001-96		
Número do Certificado:	CERT241991	Data de Habilitação:	05/09/2024
Data de Validade do CERT: 23/09/2024			

Certificamos que o Ente Público acima identificado está HABILITADO no Cadastro de Regularidade de Transferências Estaduais – CRT, nos termos do Decreto nº 44.279/2017 e Portaria Conjunta SCGE/SEFAZ/SEPLAG Nº 01/2017, para celebração de convênios com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual de Pernambuco. O presente certificado não dispensa o Ente Público do atendimento aos demais requisitos necessários à celebração de convênios, conforme legislação vigente, e a validação dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual de Pernambuco quanto à autenticidade deste documento.

O prazo de validade do CERT corresponderá ao menor prazo de validade dos documentos registrados e analisados no CRT.

Secretaria da Controladoria Geral do Estado
Rua Santo Estevão, 531 – Espinheiro, Recife-PE - CEP: 52.020-016
Telefone: (81) 3183-0587



Certidão Narrativa

CERT Narrativa

A legislação de convênios prevê tratamento especial para a execução de emenda parlamentar, convênios nas áreas de saúde, educação e assistência social e em situações de calamidade pública, em que determinados requisitos legais são dispensados de sua apresentação.

Nestas hipóteses, a SCGE emite a Cert Narrativa que autoriza a celebração de convênios.



Certidão Narrativa

- Documento expedido pela SCGE/CCR que indica a existência de **pendência no CRT**;
- **A não habilitação** do interessado no CRT **impossibilita a celebração de convênios** com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, **ressalvadas as hipóteses de exceção legalmente previstas**, a exemplo das transferências voluntárias decorrentes de emendas parlamentares;
- É de responsabilidade das Unidades Gestoras a adequada utilização da CERT-Narrativa e a observância aos demais requisitos necessários à celebração de convênios, conforme legislação vigente.

Secretaria da Controladoria Geral do Estado

CERTIDÃO NARRATIVA DE REGULARIDADE DE TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS

Ente Público: MUNICÍPIO DE CARUARU
CNPJ: 10.091.536/0001-13
Número do Certificado: CERTN240002 Data de Habilitação: 02/12/2024
Data de Validade do CERTN: 15/12/2024

Certificamos que para o Ente Público acima identificado consta a pendência abaixo relacionada no Cadastro de Regularidade de Transferências Estaduais – CRT, nos termos do Decreto n° 44.279/2017 e Portaria Conjunta SCGE/Sefaz/Seplag N° 01/2017.

A não habilitação do interessado no CRT impossibilita a celebração de convênios com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, ressalvadas as hipóteses de exceção legalmente previstas indicadas no Anexo I. É de responsabilidade dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual a adequada utilização da CERT-Narrativa e a observância aos demais requisitos necessários à celebração de convênios, conforme legislação vigente.

O prazo de validade da CERT-Narrativa corresponderá ao menor prazo de validade dos documentos registrados e analisados no CRT.

Pendências

1. Certidão de Regularidade Fiscal da Secretaria da Fazenda Estadual de Pernambuco

Secretaria da Controladoria Geral do Estado
Rua Santo Elias, 535 - Espinheiro, Recife-PE - CEP: 52.020-095
Telefone: (81) 2193-0857



Situação	Documentação dispensada para fins de celebração de convênios	Fundamentação
Emenda Parlamentar	Certidão de Prestação de Contas.	Lei nº 17.371/21 - LDO Vigente (art. 54, § 3º)
	Certidão de Regularidade da Fazenda Estadual	
Convênios nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social	Certidão de Prestação de Contas	LRF (art. 25, §3º da LRF) e Lei nº 17.371/21 - LDO Vigente (art. 25, § 1º)
	Certidão de Regularidade da Fazenda Estadual	
	Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO (limites constitucionais relativos à educação e à saúde)	
	Relatório de Gestão Fiscal - RGF (limites das dívidas consolidada e mobiliária; de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita; de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal)	
	Recibo de entrega das contas ao Poder Executivo da União	
	Certidão de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Federal relativa a tributos e à Seguridade Social	Lei 8.212/91 (Art. 47, § 6º, “d”)

Certidão Narrativa

Situação	Documentação dispensada para fins de celebração de convênios	Fundamentação Legal
Calamidade Pública/Situação de Emergência (reconhecida por Assembleia Legislativa e pelo Congresso Nacional)	Relatório de Gestão Fiscal – RGF (limites de despesa de pessoal e dívida consolidada)	LRF (Art 65, inc. I) e Lei nº 17.371/21 - LDO Vigente (art. 25, § 6º)
	Certidão de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Federal relativa a tributos e à Seguridade Social	Lei 8.212/91 (Art. 47, § 6º, “d”)
Calamidade Pública (reconhecida pelo Congresso Nacional, nos termos de decreto legislativo, em parte ou na integralidade do território nacional)*	Relatório de Gestão Fiscal - RGF (limites das dívidas consolidada e mobiliária; de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita; de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal)	LRF (art. 65, §1º, inc. I, “d”, e inc. II c/c art. 25, §1º, IV)
	Certidão de Prestação de Contas	
	Certidão de Regularidade da Fazenda Estadual	
	Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO (limites constitucionais relativos à educação e à saúde)	
	Recibo de entrega das contas ao Poder Executivo da União	

Cert Positiva com Efeito Negativa

CERT Positiva com Efeito de Negativa

Existem situações em que, o Município, mesmo em situação de pendência no CRT, obtém o direito de celebrar parceria com a Administração Pública Estadual, através de determinação judicial.

Nestes casos, a SCGE emite a Cert Positiva com Efeito de Negativa, nos termos da decisão judicial.



Certificado de Regularidade de Transferências Estaduais

Modalidades de CERT

TIPO	COMO SOLICITAR	O QUE REPRESENTA
CERT	Via Sistema CRT	Todos os requisitos legais foram cumpridos
CERT NARRATIVA	Via Sistema CRT	Há requisitos legais não cumprido (ver exceções legais)
CERT POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA	Via Sistema CRT	Há requisitos legais não cumprido (demanda judicial)



Principais problemas identificados nas análises de processo

- **Envio de documentação indevida** para fins de atendimento das exigências legais, tais como declarações sem assinatura do representante legal, ausência de atualização dos dados na aba de dados gerais;
- Envio de documentação **incompleta, ilegível** ou com **vigência vencida**, a exemplo das atas dos conselhos municipais;
- **Não atendimento às orientações da SCGE** para fins de regularização das pendências identificadas;
- **Não cumprimento das exigências previstas na LRF**, especialmente, a relacionada ao limite constitucional de educação e Prestação de Contas.





GERENCIAMENTO DE
TRANSFERÊNCIAS
VOLUNTÁRIAS E PARCERIAS



ESCOLA DE
**CONTROLE
INTERNO**

PROF. FRANCISCO
RIBEIRO • SCGE/PE

Gestão de Transferências Voluntárias e Parcerias - GTV



PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**

Secretaria
da Controladoria
Geral do Estado



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

O Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias e Parcerias - GTV, ferramenta a ser utilizada no âmbito do Estado de Pernambuco, para fins de operacionalização, gestão e acompanhamento dos repasses efetuados por meio de **convênios**, **termos de fomento** e **colaboração**, encontra-se atualmente em fase de testes.

Na próxima fase, serão realizados treinamentos voltados às Unidades Gestoras, aos Municípios e às Organizações da Sociedade Civil (OSC), com o objetivo de capacitar os usuários para o uso adequado do Sistema GTV.

Em seguida, será realizada a fase de projetos piloto com duas Unidades Gestoras: a SAS (Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas) e a SEMAS (Secretaria de Meio Ambiente, Sustentabilidade e de Fernando de Noronha de Pernambuco). Essa etapa permitirá validar o sistema em ambiente real e ajustar eventuais melhorias antes da implementação definitiva.

Benefícios do GTV

- Gestão ampliada das transferências desde a fase de projeto até a conclusão da parceria ;
- Transparência e controle dos resultados na execução das políticas públicas pretendidas;
- Integração dos processos/sistemas já utilizados pelo poder executivo estadual na execução de transferências;
- Acompanhamento dos níveis de devolução de recursos das parcerias firmadas.



Funcionalidades Desenvolvidas do GTV

CADASTRO DE USUÁRIOS

O acesso ao Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias - GTV deverá ser concedido através de cadastro no sistema E-Fisco com vistas a atender aos seguintes requisitos:

- 1º) **Cadastro dos usuários** vinculados aos Órgãos e Entidades do Estado
- 2º) **Cadastro de Ente/OSC** (Ente Público, Organização da Sociedade Civil, Administração Indireta, Consórcio Público) e respectivos usuários.

CADASTRO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Funcionalidade de **cadastro/divulgação** de **Chamamento Público/Dispensa/Inexigibilidade** realizados pelos órgãos e entidades da administração pública referentes a celebração de convênios, termo de fomento e colaboração, contratos de gestão e termos de parceria, nos termos dos Decretos Estaduais nº 39.376/13 e 44.474/17 e Lei Estadual nº 11.743/00. O sistema deve disponibilizar detalhamento de informações, dentre outras, relativas à divulgação do resultado de chamamento público e análise de recursos interpostos.



Funcionalidades Desenvolvidas do GTV

CELEBRAÇÃO - PROPOSTA VENCEDORA

Funcionalidade de cadastro de **celebração de convênios**/termo de fomento/termo de colaboração/contrato de gestão/termo de parceria a serem firmados pelos órgãos e entidades da administração pública, nos termos dos Decretos Estaduais nº 39.376/13 e 44.474/17 e Lei Estadual nº 11.743/00.

O sistema deve permitir a validação pelo órgão concedente das propostas/planos de trabalho, **cumprimento dos requisitos necessários à celebração**, bem como efetuar a celebração do instrumento de convênio, termo de fomento, termo de colaboração, contrato de gestão e termo de parceria, com indicação das informações relativas à etapa de publicação.



Funcionalidades Desenvolvidas do GTV

EXECUÇÃO

Funcionalidade de cadastro de **todas as informações referentes à execução da parceria**, a exemplo do registro dos valores liberados pelo concedente, os valores de contrapartida, rendimentos de aplicação financeira, notas fiscais de fornecimento ou contratação de serviços, local de execução da parceria, etc. O sistema deve permitir cadastro da execução financeira e física de convênio/termo de fomento/termo de colaboração/contrato de gestão/termo de parceria e aditivos a ser realizado pelo proponente.



Funcionalidades Desenvolvidas do GTV

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Funcionalidade de cadastro e análise da prestação de contas referente à **execução física e financeira da parceria**. O sistema deve permitir a realização do relatório de execução do objeto (física) e de execução financeira para análise dos concedentes, bem como, **notificar os convenientes quanto às exigências** identificadas durante a sua análise, e, respectiva regularização. O sistema concluirá o processo mediante a aprovação da prestação de contas, aprovação com ressalva ou prestação de contas rejeitadas, hipótese em que poderá ser encaminhado para a instauração de tomada de contas especial






Acessando Ambiente e-Fisco

Acessibilidade: 1 Alto contraste Ir para: Topo 1 Conteúdo 2 Ambiente: HOMOL


efisco
Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco


Tributário  **Financeiro** Planejamento Administrativo


FINANCEIRO


Busca


A busca será realizada na área Financeira





 Licitações e Contratos


 Dívida Pública


 Transferências Federais


 **Transferências Estaduais**

 Programação Financeira

 Execução Orçamentária e Financeira

 Gestão Contábil

 Prestação de Contas

 Visão por Sistema

Link: https://efisco2.sefaz.pe.gov.br/sfi_com_sca/PRMontarMenuAcesso



Acompanhamento da Regularidade Estadual

• Unidade Regularidade Estadual - UDRE



**ESCOLA DE
CONTROLE
INTERNO**

PROF. FRANCISCO
RIBEIRO • SCGE/PE



PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**

Secretaria
da Controladoria
Geral do Estado



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA



AGENDA

- Decretos de Regularidade:
 - Decreto N° 36.775 de 11/07/2011;
 - Decreto N° 50.061 de 13/01/2021;
- Monitoramento do CAUC;
- Atuação SCGE;
- Manual Regularidade.





DECRETO DE REGULARIDADE

Estabelece procedimentos a serem adotados pelos **Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual** para a manutenção da regularidade:

- Jurídica;
- Fiscal;
- Econômico-financeira;
- Administrativa.



Regularidade Jurídica

Compreende a prova da **atualização permanente da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ**, da Receita Federal do Brasil, com indicação do nome e do endereço do Órgão ou da Entidade, bem como da autoridade legal responsável.





DECRETO DE REGULARIDADE

Regularidade Fiscal

Compreende a **atualização permanente** dos seguintes documentos:

- **Certidão Negativa de Débitos** relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, emitida **conjuntamente RFB e PGFN**;
- **Certidão Negativa de Débito**, emitida pela Receita Federal do Brasil, relativa ao Cadastro Específico do Instituto Nacional do Seguro Social - **CEI/INSS** para obras de construção civil, se for o caso;
- Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - **CRF-FGTS**, emitida pela Caixa Econômica Federal - CEF;
- **Certidão Negativa de Débito**, emitida pela Fazenda Estadual e Fazenda Municipal.





DECRETO DE REGULARIDADE

Regularidade Econômico-Financeira

Compreende a **inexistência de pendências ou restrições**:

- No Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados do Setor Público Federal - **CADIN**;
- Quanto às **prestações de contas de transferências voluntárias** de recursos anteriormente recebidos.





DECRETO DE REGULARIDADE

Regularidade Administrativa

O titular do Órgão ou da Entidade deverá determinar que todos os **setores atuem de forma articulada e coordenada no planejamento, na execução e no controle das ações e atividades** que possam influir direta ou indiretamente na manutenção da regularidade jurídica, fiscal, econômico-financeira.





DECRETO DE REGULARIDADE

Responsável pelo acompanhamento da Regularidade e dos Procedimentos:

- **Titular do órgão ou entidade**, ou a quem for delegada mediante Portaria;
- O responsável **deverá verificar e acompanhar, sistematicamente, a validade dos documentos e a existência de pendências ou restrições no CAUC**, nos cadastros municipais, bem como tomar todas as providências cabíveis, **no prazo de 10 (dez) dias úteis**, visando às atualizações e regularizações que se fizerem necessárias;
- **Após** esse prazo **(10 dias úteis)**, será enviado **Ofício à Câmara de Programação financeira (CPF)**.





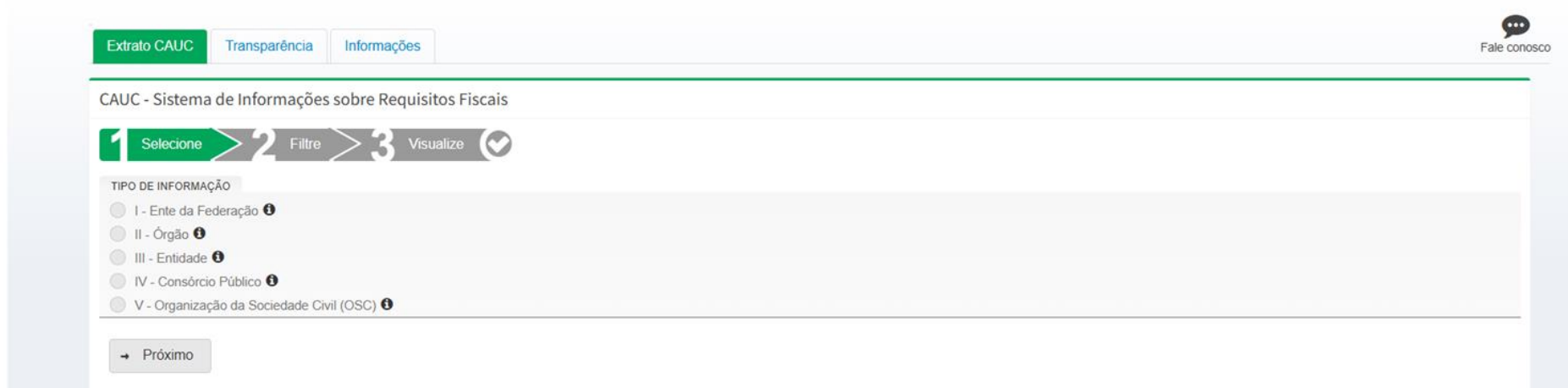
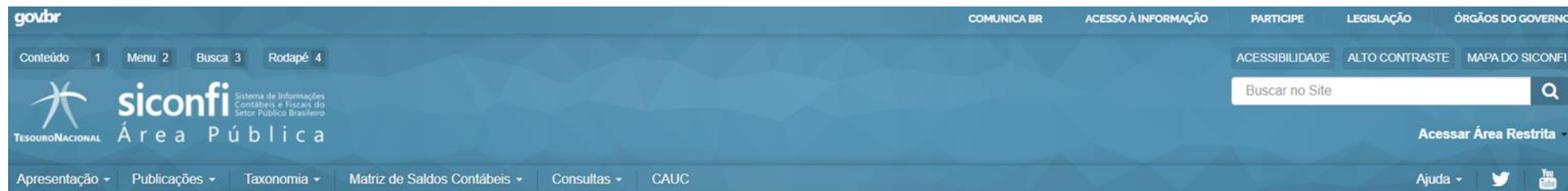
MONITORAMENTO DO CAUC

- Processo deve ser efetuado por **todas as Unidades Gestoras**;
- Consulta ao site do CAUC:
https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/sti/iframe_sti.jsf;
- Atualização do Paine Operacional:
https://docs.google.com/spreadsheets/d/1YNvRj_MfFYVw7mBtYwvKzcxJ5aW3GMqAkU9gF_coN5I/edit#gid=1062909642;
- Acompanhamento do Portal DCON:
<https://lookerstudio.google.com/u/0/reporting/76edc460-1d4b-4826-80e2-928fde3f00de/page/fijUD>;
- Acompanhamento do ARE: <http://10.8.20.115/Login>.





MONITORAMENTO DO CAUC



https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/sti/iframe_sti.jsf





ATUAÇÃO DA SCGE

- CONTROLE PREVENTIVO;
- CONTROLE REPRESSIVO.





ATUAÇÃO DA SCGE - CONTROLE PREVENTIVO

- Envio automático de alertas preventivos (e-mail): CND, FGTS, CRP, MSC, RGF, RREO e CADIN (Correios), entre outros.

CND	FGTS	CRP	CADIN
60, 45, 30, 15, 10, 05 e 1 dia(s) de antecedência	10 dias de antecedência	10 dias de antecedência	Após encaminhamento de faturas vencidas pelo Correios

Parcerias

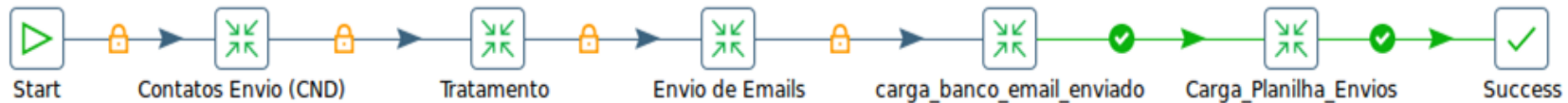




ATUAÇÃO DA SCGE - CONTROLE PREVENTIVO

- Utilização de Plataforma do Pentaho - PDI;
- Utilização da Lista de Contatos dos Gestores Estaduais;
- Identificação das Unidades Gestoras;
- Alertas Preventivos Automáticos

Envio de e-mails preventivos (Automação CAUC)





ATUAÇÃO DA SCGE - CONTROLE PREVENTIVO

Alerta de proximidade do vencimento da prova de regularidade fiscal da EPC junto à Fazenda junto à Fazenda

Externa

Caixa de entrada x



✦ Resumir este e-mail

Regularidade CGE

para expedito.frazao, regularidade, tamires.castro, Cco:regularidade ▼

ter., 22 de abr., 09:42 (há 3 dias)



Cumprimentando-os cordialmente e considerando o disposto no art. 13, § 1º do Decreto Estadual nº 36.775, de 11 de julho de 2011, com a nova redação dada pelo Decreto Estadual nº 50.061, de 13 de janeiro de 2021, vimos informar que a **Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União** do CNPJ nº 17.659.736/0001-79, referente à EMPRESA PERNAMBUCO DE COMUNICAÇÃO S/A - EPC, **está válida até o dia 21/05/2025**, de modo que se faz necessária a emissão de nova certidão, em regra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em relação ao termo final de validade do documento.

Nesse sentido, cumpre ressaltar que é possível identificar a(s) pendência(s) existente(s) por meio de consulta ao Portal e-CAC da RFB (<https://cav.receita.fazenda.gov.br>), com o uso do certificado digital e-CNPJ da EPC, ou com o uso de um certificado digital e-CPF devidamente habilitado por meio de procuração eletrônica.

Ademais, impende registrar que a não renovação da referida certidão em tempo hábil implicará em inscrição do CNPJ dessa entidade no CAUC.

Diante do cenário, e tendo em vista a competência do Órgão ou Entidade de verificar e acompanhar a validade dos documentos e existência de pendências ou restrições no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), bem como promover as atualizações e regularizações que se fizerem necessárias, contamos com o seu estimado apoio no sentido de sanar a(s) pendência(s) existente(s), bem como de providenciar a renovação da Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.

Aguardamos retorno e renovamos, nesta oportunidade, expressões de estima e consideração.

www.pe.gov.br

Secretaria
da Controladoria
Geral do Estado



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

Unidade de Regularidade Estadual
Diretoria de Convênios e Regularidade - DCON
Telefone: 81.3183.0857

PERNAMBUCO





ATUAÇÃO DA SCGE - CONTROLE PREVENTIVO - FGTS

Certificado de Regularidade do FGTS (CRF)

Painel do FGTS (CRF)

Clique em "+" para mostrar mais informações
Marcador em **verde** demonstra que a unidade gestora está OK
Marcador em **amarelo** indica que a unidade gestora está com pendência, porém o CRF ainda está válido
Marcador em **vermelho** demonstra que a unidade gestora está com o CRF Vencido

Dados atualizados no dia 09/04/2025 às 14:45:04

Administração Direta

ADAGRO	AEG	ALEPE	APEVISA	CACH-URUBU	CAMIL
CASACIVIL	CAS-CBMPE	CBM	CEDCA	CEDI	CEFOSPE
CG-FEDC-PE	CNPJ-PRINCIPAL	CORREGEDORIA	CPM	DASIS	DEFENSORIA
DETELPE	ECPBG	ESPORTES	FAPRT-TCE	FDJS	FEAS
FEDCA	FEDIPE	FEHAB	FEHEPE	FEHIDRO	FEM
FERM-PJPE	FES	FESPDS	FESP-PJPE	FET-PE	FPP
FRF	FUDERM	FUNAFIN	FUNAPREV	FUNCULTURA	FUNPEPE
FUNREPOL	FUPES-PE	GABGOV	GABVICEGOV	GAPE	INOVAR-PE
PGE	PGJ	PMPE	POLICIACIVIL	PRODEPE	PRODETUR-PE
PROMATA	PRORURAL	SAD	SARA	SCGE	SCJ
SDEC	SDS	SDSCJ	SEART	SECHAB	SECMULHER
SECOPA	SECTI	SECULT	SEDUH	SEE	SEFAZ
SEI	SEIRH	SEMAS	SEPLAG	SERES	SES
SETEQ	SETRA	SETUREL	SJDH	SPVD	SRHE
TCE	TJPE				

Administração Indireta

ADEPE	AGEFEPE	APAC	ARPE	ATI	CEHAB
CEPE	COMPESA	CONDEPE-FIDEM	COPERGÁS	CPRH	DEFN
DER/PE	DETRAN	EMPETUR	EPC	EPTI	FACEPE
FUNASE	FUNASE	FUNDARPE	FUSAM	FUSAM-D1	GRANDE-RECIFE
HEMOPE	IPA	IPEM	IRH	ITERPE	JUCEPE
MRAE - I	MRAE - II	PERPART	PORTO-REC	UPE	UPE - GARAMHUNS
UPE - HUOC	UPE - POLI	UPE - PROCAPE			

Próximo do vencimento

STATUS	UG	CNPJ	DATA DE EMISSÃO	DATA DE VALIDADE	DIAS RESTANTES
●	CBM	00.358.773/0001-44	13/02/2025	14/03/2025	15
●	CEPE	10.921.252/0001-07	13/02/2025	14/03/2025	15
●	COPERGÁS	41.025.313/0001-81	13/02/2025	14/03/2025	15
●	DER/PE	11.554.474/0001-00	13/02/2025	14/03/2025	15
●	FEAS	01.063.487/0001-14	13/02/2025	14/03/2025	15
●	FUNASE	11.722.741/0001-00	13/02/2025	14/03/2025	15
●	FUNDARPE	08.032.567/0001-51	13/02/2025	14/03/2025	15
●	FUSAM	09.794.975/0001-03	13/02/2025	14/03/2025	15
●	FUSAM-D1	09.794.975/0270-60	13/02/2025	14/03/2025	15
●	HEMOPE	10.564.953/0001-36	13/02/2025	14/03/2025	15
●	IPA	10.912.293/0001-37	13/02/2025	14/03/2025	15
●	IPEM	10.975.589/0001-05	13/02/2025	14/03/2025	15
●	IRH	11.944.899/0001-17	13/02/2025	14/03/2025	15

http://10.8.20.206:8080/pentaho/api/repos/%3Apublic%3ADOGI%3AFGTS_CRF_NOVO.wcdf/generatedContent





ATUAÇÃO DA SCGE - CONTROLE PREVENTIVO - eCac

PORTAL eCac: <https://cav.receita.fazenda.gov.br/autenticacao/login;>



CENTRO VIRTUAL
DE ATENDIMENTO

Para cadastrar um procurador, o contribuinte pode utilizar:

- a opção "Procuração Eletrônica", disponível no Portal e-CAC (o contribuinte e seu procurador precisam ter Conta GovBr com nível de confiabilidade Prata ou Ouro);
- a opção "Solicitação de Procuração para a Receita Federal", disponível fora do Portal e-CAC (apenas o procurador precisa ter Conta GovBr com nível de confiabilidade Prata ou Ouro).

Restrições de Acesso:

Visando maior estabilidade do sistema, foram adotadas medidas de controle de acesso ao e-CAC:

- durante o período das 8:00 às 18:00, serão permitidos acessos realizados por aplicações robotizadas que realizem volume de acesso considerados aceitável, ou seja, 500 requisições por segundo, da mesma origem;
- após as 18 horas, serão liberados os acessos robotizados de grande volume;
- acessos por humanos podem ser efetuados sem restrição de horário.

ACESSO GOVBR

O GovBR é um serviço online de identificação e autenticação digital do cidadão em único meio, para acesso aos diversos serviços públicos digitais.

[Entrar com gov.br](#)

[Saiba mais sobre GOV.BR](#)

ATENÇÃO:

As informações contidas nos sistemas informatizados da Administração Pública estão protegidas por sigilo. Todo acesso é monitorado e controlado. Ao dar continuidade à navegação neste serviço o usuário declara-se ciente das responsabilidades penais, civis e administrativas descritas na Política de Privacidade e Uso.





ATUAÇÃO DA SCGE - CONTROLE PREVENTIVO - - eCac


The screenshot shows the eCac portal home page. At the top, the user is logged in as 'Títular (Acesso GOV.BR por Certificado)' with the procurador '10.571.962/0001-25 - ESTADO DE PERNAMBUCO'. The page features a sidebar with 'SERVIÇOS EM DESTAQUE' (Processos Digitais (e-Processo)) and 'SERVIÇOS MAIS ACESSADOS' (Caixa Postal, Consulta Pendências - Situação Fiscal). The main content area has a 'LOCALIZAR SERVIÇO' search bar and a grid of service buttons. The 'Certidões e Situação Fiscal' button is highlighted with a yellow border. Below the buttons, a welcome message for the contributor is displayed, along with a link to 'Alterar perfil de acesso'.

This screenshot shows the 'Certidões e Situação Fiscal' menu selected. The sidebar now includes 'Débitos Inscrição em Dívida Ativa da União' under 'SERVIÇOS MAIS ACESSADOS'. The main content area shows a list of services under the 'Situação Fiscal' category, with 'Consulta Pendências - Situação Fiscal' highlighted by a yellow border. The top navigation bar includes links for 'Simplifique!', 'Comunica BR', 'Participe', 'Acesso à informação', 'Legislação', and 'Canais'.





ATUAÇÃO DA SCGE - CONTROLE PREVENTIVO - - eCac

 **BRASIL**

Simplifique! | Comunica BR | Participe | Acesso à informação | Legislação | Canais

 **eCac**
CENTRO VIRTUAL DE ATENDIMENTO

Titular (Acesso GOV.BR por Certificado): [REDACTED]
Procurador de: 10.571.982/0001-25 - ESTADO DE PERNAMBUCO

Sair com Segurança

LOCALIZAR SERVIÇO

Alterar perfil de acesso | Você tem novas mensagens

Situação Fiscal do Contribuinte

CNPJ: 10.571.982

- Diagnóstico Fiscal
- Informações Cadastrais
- Gerar Relatório
- Avaliar

Diagnóstico Fiscal


Selecione as opções para visualizar as informações cadastrais e fiscais recuperadas nos controles da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Esta pesquisa não abrange eventuais procedimentos de fiscalização em andamento, incluindo-se a revisão de declarações (malha fiscal).


Análise efetuada às 11:18 de 20/02/2025.

A atualização da análise pode ser solicitada após 12:18 de 20/02/2025.

Atualizar Análise

 **BRASIL**

Simplifique! | Comunica BR | Participe | Acesso à informação | Legislação | Canais

 **eCac**
CENTRO VIRTUAL DE ATENDIMENTO

Titular (Acesso GOV.BR por Certificado): [REDACTED]
Procurador de: 10.571.982/0001-25 - ESTADO DE PERNAMBUCO

Sair com Segurança

LOCALIZAR SERVIÇO

Alterar perfil de acesso | Você tem novas mensagens

Situação Fiscal do Contribuinte

CNPJ: 10.571.982

- Diagnóstico Fiscal
- Informações Cadastrais
- Vinculados
- Gerar Relatório
- Avaliar

Gerar Relatório

Para visualizar o relatório, é necessário que tenha em seu computador um software de leitura de arquivo PDF.

Como sugestão, indicamos o [Adobe Reader](#), que pode ser instalado gratuitamente.

Gerar Relatório





ATUAÇÃO DA SCGE - CONTROLE PREVENTIVO - eCac

Microsoft Edge
Deseja definir o Microsoft Edge como seu navegador padrão?

BRASIL
Simplifique! Comunica BR Participe Acesso à informação Legislação

Recita Federal
eCac
CENTRO VIRTUAL DE ATENDIMENTO

LOCALIZAR SERVIÇO

Situação Fiscal do Contribuinte
CNPJ: 10.571.982

- Diagnóstico Fiscal
- Informações Cadastrais
- Vinculados
- Gerar Relatório
- Avaliar

Gerar Relatório

Para visualizar o relatório, é necessário que tenha em seu computador um software de leitura de arquivo PDF.
Como sugestão, indicamos o [Adobe Reader](#), que pode ser instalado gratuitamente.

Gerar Relatório

O relatório de situação fiscal foi emitido com sucesso para o CNPJ 10.571.982/0001-25. Por favor, verifique se o arquivo PDF foi apresentado ou se houve download do arquivo no navegador.

Ok



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
INFORMAÇÕES DE APOIO PARA EMISSÃO DE CERTIDÃO

Por meio do e-CAC - CPF do certificado: [REDACTED]

20/02/2025 11:18:41

Página: 1 / 39

CNPJ: 10.571.982 - ESTADO DE PERNAMBUCO

Dados Cadastrais da Matriz

CNPJ: 10.571.982/0001-25 - Ente Federativo Responsável
UA de Domicílio: DRF RECIFE-PE
Endereço: R IMPERADOR DOM PEDRO II, S/N
Bairro: SANTO ANTONIO
CEP: 50010-240 Município: RECIFE UF: PE
Responsável: 301.609.361-87 - WILSON JOSE DE PAULA
Situação: ATIVA
Natureza Jurídica: 123-6 - ESTADO OU DISTRITO FEDERAL
CNAE: 8411-6/00 - Administração pública em geral
PJ Acompanhamento Diferenciado em 2025
Data de Abertura: 14/02/1975
Código da UA: 04.101.00

Sócios e Administradores

QUADRO SOCIETÁRIO NÃO OBRIGATÓRIO POR SUA NATUREZA JURÍDICA

Certidão Emitida

CNPJ: 10.571.982/0001-25
Certidão Positiva com Efeitos de Negativa: 2BD7.02DC.CD21.IF0D Emissão: 11/02/2025 Data de Validade: 10/08/2025
Emitida considerando a liberação RFB

Diagnóstico Fiscal na Receita Federal

Processo Fiscal com Exigibilidade Suspensa (SIEF)

CNPJ: 10.571.982/0001-25
Processo Situação Localização
10480.729.506/2018-30 AGUARDANDO CIENCIA-DESPACHO DENEGATORIO REC.ESP.DO CONTRIBUINTE(CON CONSELHO ADMINIST RECURSOS FISCAIS-MF-DF

Diagnóstico Fiscal na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Inscrição com Exigibilidade Suspensa (SIDA)

CNPJ: 10.571.982/0001-25
Inscrição Receita Inscrito em Ajuizado em Processo Tipo de Devedor
40.6.23.006026-36 4480-MULTA COD BRAS 08/03/2023 67220.020.826/2013-02 DEVEDOR PRINCIPAL
ASBRON
Situação: ATIVA NAO AJUIZAVEL COM EXIGIBILIDADE DO CREDITO SUSPENSA-DEC-JUD





ATUAÇÃO DA SCGE - CONTROLE PREVENTIVO - CADIN

gov.br | Ministério da Fazenda

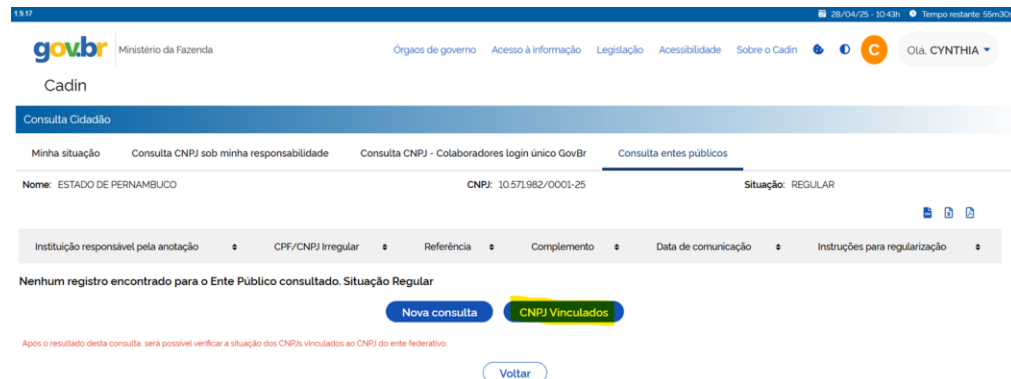
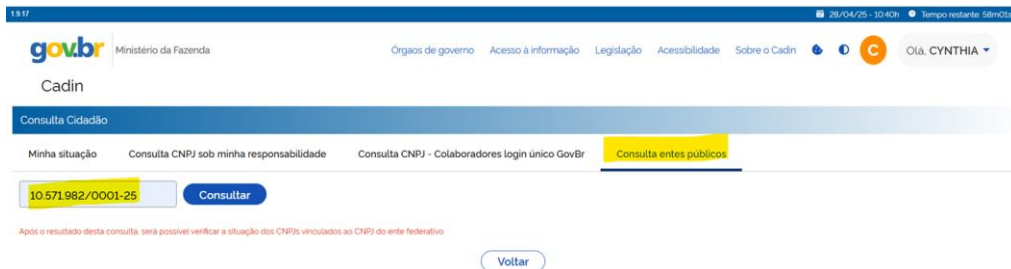
Órgãos de governo | Acesso à informação | Legislação | Acessibilidade | Sobre o Cadin



Acesso ao sistema

Entrar com gov.br

Precisa de ajuda?





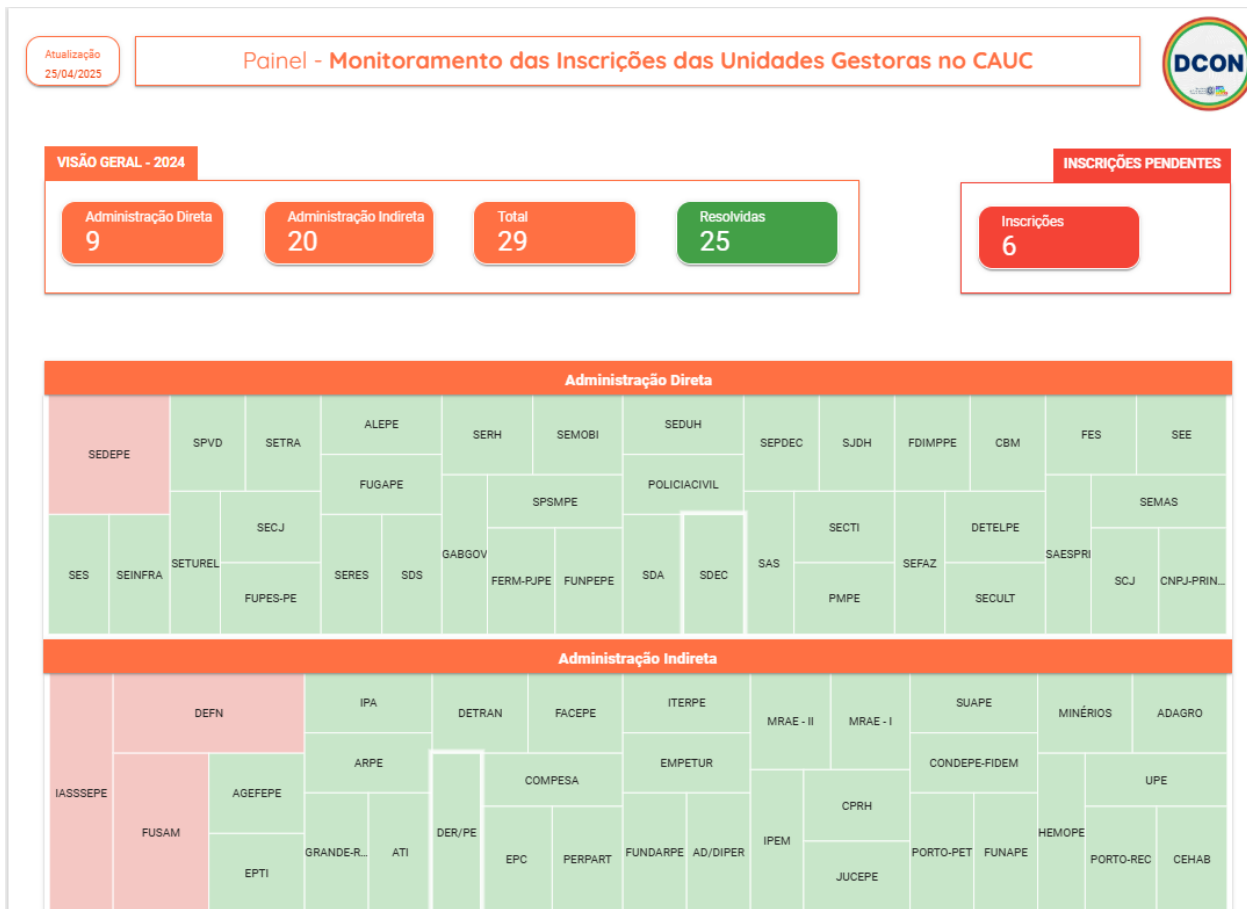
ATUAÇÃO DA SCGE - CONTROLE REPRESSIVO

- **Notificações** à Unidade Gestora inscrita para regularização da pendência em até **10 dias úteis**;
- **Articulação com as Unidades Gestoras** e os Órgãos responsáveis pela inscrição;
- Envio de **Ofício à CPF** (Câmara de Programação Financeira).



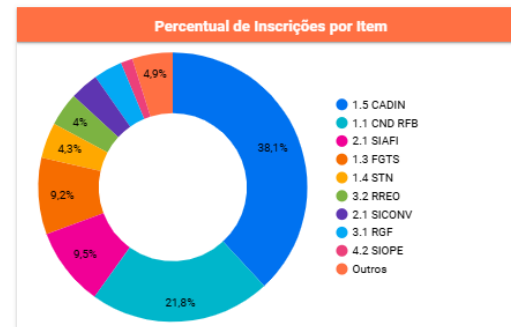
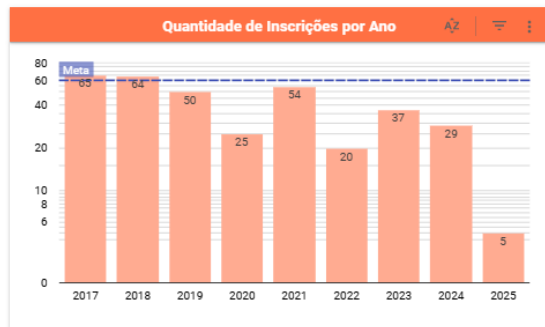


ATUAÇÃO DA SCGE - Painel Monitoramento DCON





ATUAÇÃO DA SCGE - PAINEL MONITORAMENTO DCON



DETALHAMENTO DAS INSCRIÇÕES							
ORGÃO		ADMINISTRAÇÃO		ITEM		ANO	
MÊS							
ORGÃO	ITEM	ENTRADA	SAÍDA	TEMPO(Dias)	NOTIFICAÇÃO	MOTIVO INSCRIÇÃO	STATUS
1. SEDEPE	2.1.2 TRANSFEREGOV	22/04/2025	Não há dados	3	012/2025	IMPUGNAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - TRANSFEREGOV	INSCRITO
2. IASSEPE	1.5 CADIN	01/11/2024	Não há dados	174	021/2024	AUTOS DE INFRAÇÃO TRABALHISTA.	INSCRITO
3. IASSEPE	1.1 CND RFB	01/11/2024	Não há dados	174	021/2024	AUTOS DE INFRAÇÃO TRABALHISTA.	INSCRITO
4. DEFN	1.5 CADIN	28/11/2024	Não há dados	147	027/2024	Não há dados	INSCRITO
5. DEFN	1.5 CADIN	10/06/2024	Não há dados	315	012/2024	Não há dados	INSCRITO
6. FUSAM	1.1 CND RFB	30/04/2019	Não há dados	2155	025/2019	AUSÊNCIA DE ENVIO DE GFIPS.	INSCRITO
7. SES	2.1 SIAFI	25/02/2017	03/03/2017	8	005/2017	214 - IRREGULARIDADE NA EXECUCAO FISICA DO OBJETO	OK
8. SCJ	1.5 CADIN	17/02/2017	08/03/2017	21	003/2017	DÉBITO COM CORREIOS. FATURAS Nº 76289, VALOR R\$ 19.24, VENCIMENTO 23/06/2016 E Nº 81676, VALOR R\$ 1.426.98, VENCIMENTO 24/10/2016	OK
9. CEHAB	1.5 CADIN	19/01/2018	23/01/2018	4	Não há dados	INSCRIÇÃO INDEVIDA, REFERENTE À ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL-FISCAL (ECF-IRPJ)	OK
10. SEMAS	1.5 CADIN	08/01/2018	22/01/2018	14	001/2018	NÃO PAGAMENTO DA MULTA REFERENTE AO ENVIO EM ATRASO DA DCTF.	OK
11. IPA	2.1	23/02/2018	17/05/2023	1884	007/2018	ATRASO NA ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.	OK





ATUAÇÃO DA SCGE - ARE

Objetivo

Sistema desenvolvido pela SCGE que tem por objetivo monitorar a regularidade do Estado de Pernambuco e mantê-lo em condições de contratar operações de crédito e receber transferências voluntárias oriundas do Governo Federal.

Benefícios

- ✓ Envio automático de alertas preventivos (CAUC, eCAC, CND, CORREIOS, FGTS, convênios, dentre outros);
- ✓ Acompanhamento sistemático das inscrições no CAUC (atualização dos status de cada uma das inscrições);
- ✓ Controle do prazo validade das certidões (CND/CPD-EN e FGTS).



Secretaria
da Controladoria
Geral do Estado





ATUAÇÃO DA SCGE - ARE

[Início](#)[Controle Preventivo](#)[Controle Repressivo](#)[Cadastro de CNPJ](#)[Envio de alertas](#)[Configuração de módulos](#)[Configuração de usuário](#)

ARE CGE
Online

Controle Repressivo / Administração direta e indireta

Upload de Arquivo CAUC

Emitir relatório semanal

Prazo de validade das certidões

CAUC - ESTADO DE PERNAMBUCO								
Administração Direta								
ADAGRO	ALEPE	APEVISA	CACH-URUBU	CAMIL	CAS-CBMPE	CASACIVIL	CBM	CEDCA
CEDI	CG-FEDC-PE	CNPJ-PRINCIPAL	CORREGEDORIA	CPM	DASIS	DEFENSORIA	DETELPE	ECPBG
ESPORTES	FAPRT-TCE	FDIMPE	FDJS	FEAS	FEDCA	FEDIPE	FEHEPE	FEHIDRO
FEHIS	FEM	FEPSA	FERM-PUPE	FES	FESP-PUPE	FESPOS	FET-PE	FPP
FRF	FUGAPE	FUNAFIN	FUNAPREV	FUNCULTURA	FUNDERM	FUNPEPE	FUNREPOL	GABGOV
INOVAR-PE	PGE	PGJ	PMPE	POLICIACIVIL	PRODEPE	PRODETUR-PE	PROMATA	PRORURAL
SAD	SAESPRI	SAS	SCGE	SCJ	SDAAPP	SDC	SDS	SEAP
SEART	SECHAB	SECJ	SECMULHER	SECOPA	SECTI	SECULT	SEDEPE	SEDUH
SEE	SEFAZ	SEI	SEINFRA	SEMAS	SEMPE	SEPDEC	SEPE	SEPLAG
SES	SETRA	SETUREL	SJDH	SPSMPE	SPVD	SRHES	TCE	TJPE
VICEGOV								
Administração Indireta								
ADAGRO	ADEPE	AGEFEPE	APAC	ARPE	ATI	CEHAB	CEPE	COMPESA
CONDEPE-FIDEM	COPERGÁS	COPERTRENS	CPRH	DEFN	DER/PE	DETRAN	EMPETUR	EPC
EPTI	FACEPE	FUNAPE	FUNASE	FUNDARPE	FUP	FUPES-PE	FUSAM	HEMOPE
IASSEPE	IPA	IPEM	ITERPE	JUCEPE	LAFEPE	MINÉRIOS	MRAE - I	MRAE - II
PERPART	PORTO-PET	PORTO-REC	SUAPE	UPE				

Administração Direta

Estamos há 67 dias com inscrições

Unidade gestora

Pesquisar...

ESTADO DE PERNAMBUCO

UNIDADE TECNICA AGENCIA DE DEFESA E FISCALIZACAO AGROPECUARIA DE PERNAMBUCO ADAGRO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

AGENCIA PERNAMBUCANA DE VIGILANCIA SANITARIA

PARQUE ECO TURISTICO E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA CACHOEIRA DO URUBU

Administração Indireta

Estamos há 287 dias com inscrições

Unidade gestora

Pesquisar...

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GAS COPERGAS

AUTARQUIA TERRITORIAL DISTRITO ESTADUAL DE FERNANDO DE NORONHA

FUNDACAO DE SAUDE AMAURY DE MEDEIROS

INSTITUTO DE ATENÇÃO À SAÚDE E BEM-ESTAR DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO

AGENCIA DE DEFESA E FISCALIZACAO AGROPECUARIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO





ATUAÇÃO DA SCGE - ARE

Administração Direta

Estamos há 67 dias com inscrições.

Unidade gestora	
ESTADO DE PERNAMBUCO	⚠
UNIDADE TECNICA AGENCIA DE DEFESA E FISCALIZACAO AGROPECUARIA DE PERNAMBUCO ADAGRO	●
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO	●
AGENCIA PERNAMBUCANA DE VIGILANCIA SANITARIA	●
PARQUE ECO TURISTICO E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA CACHOEIRA DO URUBU	●

Administração Indireta

Estamos há 2187 dias com inscrições.

Unidade gestora	
COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GAS COPERGAS	⚠
AUTARQUIA TERRITORIAL DISTRITO ESTADUAL DE FERNANDO DE NORONHA	⚠
FUNDACAO DE SAUDE AMAURY DE MEDEIROS	⚠
INSTITUTO DE ATENÇÃO À SAÚDE E BEM-ESTAR DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO	⚠
AGENCIA DE DEFESA E FISCALIZACAO AGROPECUARIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO	●

Inscrições por Ano

Filtrar por:

2025

Todos

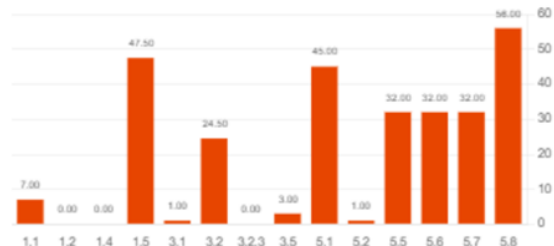


Tempo médio de inscrições por item

Filtrar por:

2025

Todos

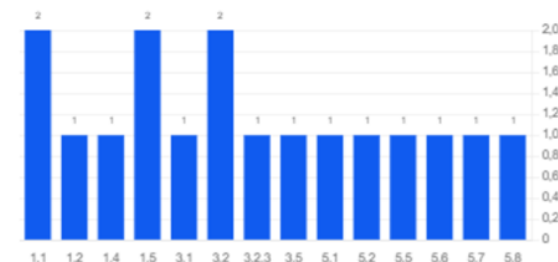


Quantidade de inscrições por item

Filtrar por:

2025

Todos





MANUAL DE REGULARIDADE

- Disponível em: <https://www.scge.pe.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Manual-de-regularidade-DCON.pdf>;
- Traz informações sobre as atividades, processos e boas práticas relacionadas ao acompanhamento e manutenção da regularidade estadual.

* Está em fase de atualização.





Boas Práticas - Regularidade

- Acessar o CAUC diariamente;
- Periodicamente, emitir o relatório fiscal através do Portal e-Cac e efetuar consulta ao CADIN e PGFN;
- Manter atualizadas as informações de inscrição do CNPJ (nome, endereço do órgão e responsável legal) perante a RFB e CAIXA, dentre outros;
- Atentar para os alertas preventivos (email) enviados pela UDRE/DCON;
- Regularizar com maior brevidade possível as pendências que, porventura, apareçam.

Obrigado pela atenção!

Bom curso!



**ESCOLA DE
CONTROLE
INTERNO**

PROF. FRANCISCO
RIBEIRO • SCGE/PE



PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**

Secretaria
da Controladoria
Geral do Estado



GOVERNO DE
**PER
NAMBUCO**
ESTADO DE MUDANÇA